



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

RAFAEL JÚNIOR DOS SANTOS

**“SANTANA, MEU AMOR”: CHAGAS VASCONCELOS E OS EMBATES DA
POLÍTICA EM SANTANA DO ACARAÚ (1958-2005)**

FORTALEZA

2019

RAFAEL JÚNIOR DOS SANTOS

“SANTANA, MEU AMOR”: CHAGAS VASCONCELOS E OS EMBATES DA POLÍTICA
EM SANTANA DO ACARAÚ (1958-2005)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SI" SANTOS, Rafael Júnior dos.
"Santana, meu amor": Chagas Vasconcelos e os embates da política em Santana do Acaraú (1958-2005). / Rafael Júnior dos SANTOS. – 2019.
149 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva.

1. Santana do Acaraú. 2. Chagas Vasconcelos. 3. Cultura Política. 4. Memória. I. Título.

CDD 900

RAFAEL JÚNIOR DOS SANTOS

“SANTANA, MEU AMOR”: CHAGAS VASCONCELOS E OS EMBATES DA POLÍTICA
EM SANTANA DO ACARAÚ (1958-2005).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antonio Luiz Macedo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Edvanir Maia da Silveira
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

A Deus.

Aos meus pais, à história.

AGRADECIMENTOS

Gratidão. Palavra gasta, porém necessária. Em tempos nos quais impera assustadoramente o Narciso que há em nós, ser grato parece nos redimir da sanha descabida do *eu* em querer suplantar o *outro*.

Nessas tantas horas de pessoas, gratidão aos meus pais Antônio e Marlene, a quem amo com loucura e devaneio.

Às minhas irmãs Preta, Nega e Nem. Mulheres fortes e que sonhavam junto comigo a cada nova etapa. Zilene, tu és meu amor. Obrigado pela proteção e por não medir esforços para que este menino crescesse e chegasse à academia. Aos meus irmãos, Luciano e Fernando (*in memoriam*), vocês são uma das partes mais bonitas da minha existência.

Ao meu orientador, Jailson Pereira da Silva, poeta que “nas calhas da roda gira a entreter a razão”. Obrigado pelo olhar atento, pela habilidade com as palavras e por me ajudar a perder o medo de navegar nestas “altas ideias”.

Aos meus muitos sobrinhos, em especial, Alyson, por assumir as funções de assessor de assuntos acadêmicos em Fortaleza enquanto eu me matinha recluso em Mutambeiras.

Aos colegas de turma, pelas horas de conversas, os (des)encontros e o compartilhamento das dores da pós-graduação. Marcela e Ramona, um cheiro grande nas duas!

Aos professores do PPGH/UFC, pelas instigantes aulas, dicas e leituras provocativas que nos deslocavam e nos incomodavam a ponto de revermos conceitos e visões de mundo.

Aos professores do Curso de História da UVA, que compartilharam comigo a felicidade de ser aprovado no processo seletivo. Vocês têm significativa importância na minha formação como ser humano e profissional da história.

Aos funcionários da Seção de Arquivo Geral da Assembleia Legislativa do Ceará, da Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel e da Câmara Municipal de Santana do Acaraú.

Às pessoas queridas e solidárias, como Dona Francisca Rosa, Maíra, Manoelzinho Canafistula e tantas outras que juntas formaram uma rede de colaboração para que as fontes chegassem até mim.

À Leila Velez, de quem gosto “num descomum, com meu coração nos pés, por pisável”. Obrigado por não me deixar desistir do caminho quando ele parecia sombrio e assustador.

Ao Romário, cuja amizade desencadeou numa estranha e feliz conexão. Gratidão pelas longas conversas com tom existencial, refletindo o ser, a vida e a morte.

Ao Edcarlos, cuja autenticidade e altivez de espírito me fazem querê-lo por perto (ainda que sua presença não se faça física).

Às amigas de longa data Rogelma e Giselle, pela amizade que supera as barreiras do tempo e da distância.

Aos queridos Carlos, Bruna e Geyson pela amizade e o apoio espiritual em tempos de conflito.

Aos meus amigos de Mutambeiras (Leandro, Gleissa, Fabrício, Belly, Fabinho, Ana Íris, Maria, Mikaelle, David, Alzenira), pessoas com quem a gente gosta de conversar e tira prazer de estar próximo, de quem a gente é amigo sem precisar saber por quê é que é.

Às minhas meninas Dâmaris, Suh e Belly Christina. Nossa conexão terá sempre um significado especial para a minha existência.

Ao Ariel, querido e paciente, pela habilidade na elaboração de mapas. Valeu, meu amigo!

Às bandas de forró Mastruz com Leite e Cavalo de Pau, pela interpretação impecável das belíssimas canções de Rita de Cássia que embalavam e inspiravam minhas tardes e, por vezes, me levavam ao “sétimo céu” de Geraldo Azevedo.

Ao casal Ricardo e Edvanir, pessoas onde a amizade, o carinho e o respeito fazem morada. Gratidão por serem parte essencial da minha vida e me acolherem como integrante da família.

Aos amigos de perto, de longe, obrigado pela a presença (que não se faz apenas física).

A Deus, sinônimo de amor e esperança.

Agradeço à FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa, permitindo que nossa pesquisa fosse viabilizada.

Por fim, encerro com esse mantra: “tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro. Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro.”

“A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir.”

Michel Foucault.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a História Política da cidade de Santana do Acaraú-CE, tendo como ponto central a figura do político Francisco das Chagas de Vasconcelos. Desta forma, o objetivo do trabalho é problematizar os modos como ele foi inventado, institucionalizado e materializado por uma série de mecanismos discursivos. Sua imagem foi erigida por pequenos jogos e arrumações de palavras que fizeram dele um dos personagens mais centrais e influentes na cidade. Perscrutar e problematizar estes jogos e dizeres, a partir da análise dos documentos que assim o apresentam, perfaz ainda as intenções deste trabalho. São estes dizeres e os efeitos de verdade a eles associados que balizam nosso estudo. Ademais, investigar como a memória opera neste processo de invenção e como a presença de Chagas se materializa pela cidade como espectro são as questões pertinentes neste trabalho. Analisamos ainda, a partir de singularidades de sua trajetória, alguns dos fenômenos do político, problematizando temas relacionados à cultura política, tendo como uma de nossas balizas, a análise do discurso. As problemáticas deste trabalho foram desenvolvidas a partir de um conjunto documental que abrange periódicos, documentos dos poderes Legislativo e Judiciário, entre outros.

Palavras-chave: Santana do Acaraú. Chagas Vasconcelos. Cultura Política. Memória.

ABSTRACT

This paper deals with the Political History of the city of Santana do Acaraú-CE, with the figure of the politician Francisco das Chagas de Vasconcelos as its central point. In this way, the objective of the work is to problematize the ways in which it was invented, institutionalized and materialized by a series of discursive mechanisms. His image was erected by small games and tidy words which made him one of the most central and influential characters in the city. Scrutinize and problematize these games and sayings, from the analysis of the documents that present it, still makes the intentions of this work. It is these sayings and the actual effects associated with them that mark our study. Moreover, to investigate how memory operates in this invention process and how the presence of Chagas materializes through the city as a spectrum, are the pertinent questions in this work. We also analyze, from the singularities of its trajectory, some of the political phenomena, problematizing themes related to political culture having as one of our goals, the analysis of the discourse. The problems of this work were developed from a documentary set that covers periodicals, documents of the Legislative and Judicial powers, among others.

Keywords: Santana do Acaraú. Chagas Vasconcelos. Political Culture. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Panfleto o Advogado dos Pobres.	2
Figura 2 – Logomarca do <i>Correio Santanense</i>	2
Figura 3 – Edição do <i>Correio Santanense</i> em homenagem a Chagas Vasconcelos.	2
Figura 4 – Estátua de Chagas Vasconcelos.	2
Figura 5 – Tribuna Vereador Chagas Vasconcelos	2
Figura 6 – Praça Vereador Chagas Vasconcelos.	2
Figura 7 – Convite para a inauguração da estátua de Chagas.	2
Figura 8 – EEEP Francisco das Chagas Vasconcelos	2
Figura 9 – CRAS Chagas Vasconcelos.	2
Figura 10 – Mapa: Localização dos equipamentos públicos em homenagem a Chagas Vasconcelos na cidade de Santana do Acaraú.	2
Figura 11 – Chagas se emociona enquanto Totonho discursa.	2
Figura 12 – Panfleto de campanha do vereador Victor Vasconcelos.	2

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ENTRE FIOS, TRAMAS E INTERTÍCIOS DA MEMÓRIA: INVENÇÃO, MATERIALIZAÇÃO E ESPECTRO DE CHAGAS VASCONCELOS	21
2.1	A invenção de Chagas Vasconcelos a partir dos documentos: reflexões sobre fontes históricas e as relações de poder na construção de uma imagem de sujeito	21
2.2	Cidade, memória e luto: o adeus à Chagas Vasconcelos nas páginas do Correio Santanense	35
2.3	A cidade e o espectro	49
3	O POLÍTICO EM CENA: CHAGAS VASCONCELOS NAS TEATRALIZAÇÕES E TRAMAS DO PODER	65
3.1	MDB: percursos e nuances de uma oposição	65
3.2	O affaire entre Governo e Oposição: Chagas Vasconcelos e o MDB no Ceará	71
3.3	Práticas discursivas e produção de sentidos na atuação parlamentar de Chagas Vasconcelos	86
4	CONSOLIDAÇÃO, ABALOS E TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA POLÍTICO: O PODER TRADICIONAL EM CONTESTAÇÃO	102
4.1	O voto em perspectiva: o Ceará nas eleições para o Senado em 1978	102
4.2	Cultura política, clientelismo e poder em Santana do Acaraú	106
4.3	Crise e declínio do poder carismático	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	FONTES	141
	REFERÊNCIAS	143

1 INTRODUÇÃO

Aos três dias do mês de outubro de 1958, transcorriam pelo Brasil as eleições gerais nos 22 estados e nos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima. Com número equivalente a 3.573 (TRE-CE, 2001) eleitores à época, o município de Santana do Acaraú elegia como prefeito o advogado de 28 anos Francisco das Chagas de Vasconcelos¹. Vindo das fileiras do movimento estudantil, militante do Partido Social Democrático (PSD), Chagas Vasconcelos, funcionário público do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), derrotava naquele ano o udenista José Henrique Araújo. O jovem advogado chegava à prefeitura embalado com a juventude. Trazia ainda a experiência na administração pública, adquirida durante os anos como servidor junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza e ao IAPI.

A relativa juventude foi um desafio para ocupar o primeiro cargo dessa magnitude. Mas o recém-eleito prefeito buscava meios para firmar-se como primeiro mandatário da cidade e, de certa forma, atrair para si os holofotes. Vejamos a repercussão de um dos primeiros atos do prefeito na matéria a seguir, publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em 1959:

SATANADO ACARAÚ – Por João Américo da Ponte – O Prefeito desta cidade acaba de tomar uma providência que vem tendo a mais viva repercussão nos diversos meios da cidade. Trata-se do pedido de devolução a esta Prefeitura do motor que fornece energia ao novo Município de Morrinhos, ex-Distrito desta Comuna, para tanto foi dirigido ao Sr. Raimundo Nonato Rocha, Prefeito Municipal de Morrinhos, o ofício do seguinte teor: Of. N° 25/59, Santana do Acaraú, 8 de Setembro de 1959. Senhor Prefeito: Consta dos arquivos desta Prefeitura, que a mesma possui, nesse Município, um conjunto para luz constando de um motor diesel de baixa rotação e alto rendimento, marca “Robson”, fabricação inglesa, de 21 HP x 250 RPM e um gerador ALDI de 15 KVA para corrente alternada de 220 volts, 50 ciclos, acoplado sob o sistema de correias, com reostato de excitação, painel de controle composto de 1 reostato, 1 voltímetro, 1 amperímetro, 1 chave trifásica e 3 chaves monofásicas, além da correspondente rede aérea. Segundo informações recebidas, essa municipalidade vem utilizando o motor e o material acima referidos, na iluminação pública dessa cidade. Estando no momento, a prefeitura municipal de Santana do Acaraú, necessitando de todos os objetos atrás mencionados, venho solicitar a V. Exa., providências no sentido de serem entregues a esta Prefeitura, sua proprietária com a possível urgência. Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. meus protestos

¹ Chagas Vasconcelos nasceu em Santana do Acaraú em 1930, onde concluiu seus estudos primários e, mais tarde, seguiu para Sobral para completar o ginásio. Em Fortaleza, completou seus estudos no Liceu do Ceará e logo após formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Filho de Miguel Galvino Arcanjo e Maria José de Vasconcelos, Chagas ainda que (in)voluntariamente, foi conduzido por uma rede de relações de caráter personalista que o proporcionaram ocupar espaços dificilmente acessíveis com os poucos recursos de seus pais. A partir destas informações, é importante que esta história, pontuada pela presença de Chagas Vasconcelos, seja pensada sob a perspectiva de uma conexão entre as partes e o todo. Neste sentido, Sabina Loriga nos indica que “o eu não é nem uma essência nem um dado invariável, mas uma entidade frágil, que se desenvolve na relação com os outros”. Isso posto, a ideia da conexão possibilita-nos escaparmos de análises generalizantes, que sobreponham o individual ao coletivo e vice-versa. Ver LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 219.

consideração. Atenciosamente, Francisco das Chagas Vasconcelos, Prefeito Municipal (?/09/1959, p. 04).

A ação acima, ainda que pretendesse reaver e resguardar o patrimônio do município, sugeria a tentativa do jovem prefeito em mostrar serviço e construir a imagem de uma gestão transparente e compromissada com o bem público. Ao final da nota jornalística, o autor conclui: “elogiável, portanto esta medida que acaba de tomar o Dr. Francisco das Chagas, na qualidade de Prefeito Municipal desta cidade em defesa do patrimônio público” (*idem*). Realçar a imagem recém construída do político ideal, por vezes recorrendo à sua juventude, que estava a serviço da cidade, foi fundamental como estratégia discursiva para a afirmação de Chagas Vasconcelos no universo da política.

A gestão Chagas Vasconcelos buscava apresentar-se como inauguradora de uma nova realidade, pois, diante do contexto no qual chegara ao poder, Vasconcelos era a opção às administrações anteriores alternadas entre PSD e UDN. Embora partidário do PSD, a juventude e desenvoltura de Chagas no movimento estudantil e nas manifestações do partido foram elementos para que começasse a se pensar um “novo” prefeito para Santana. Dava-se, desta forma, o surgimento de um discurso do qual emergia uma figura de sujeito pensada estrategicamente por uma série de elementos, jogos e arrumações de palavras captados em sua dispersão.

Neste sentido, a travessia pela construção desta personagem busca deslocar nosso olhar numa direção menos linear, para além da soma de dizeres laudatórios, na tentativa de acompanhar o efeito de verdades cristalizadas no cotidiano da cidade. São estes dizeres e os efeitos de verdades a eles associados e como eles são capturados em sua dispersão que balizam nosso estudo. O exercício de ver onde estão presentes estes mecanismos que dão existência a Chagas Vasconcelos parte da análise documental. O documento viabiliza o nosso pensar sobre *onde* e *como* este sujeito é materializado. Neste sentido, nosso trabalho busca entender a serialização, os modos como os documentos sobre Chagas Vasconcelos foram organizados, agrupados a partir de discursos múltiplos. Dessa forma, desejamos desnaturalizar o documento, deslocando-o da condição de portador de uma verdade, fazer dele um ponto de perguntas, e não, apenas, de respostas. Ademias, nosso trabalho pretende ainda perscrutar, além destes discursos que o inventaram, discursos dos quais ele se apropriara e reverberara como seus a partir de quando se posicionava como sujeito.

Apreender estes elementos da dispersão discursiva que materializam Chagas Vasconcelos remete à singularidade dada ao acontecimento. Isto não significa, porém, escaparmos do tempo, tão essencial para nós historiadores. Pensar a história fora da delimitação

temporal seria no mínimo um risco, ela se caracteriza pela percepção das mudanças e permanências no tempo. Os sujeitos são uma construção de seu tempo, portanto, ele não é algo exterior ao sujeito ou mesmo à história. Dessa forma, ao iniciarmos nossa investigação em 1958, ano que inaugura o “nascimento público” de Chagas Vasconcelos, chegando à sua morte física, em 2003, pretendemos pensar outros entendimentos temporais, que não pensem, por exemplo, apenas o sequencial, mas também o simultâneo. Para tal, buscamos perceber o acontecimento com a irrupção de uma singularidade histórica. A função da “acontecimentalização”, no sentido proposto por Michel Foucault,

[...] é a ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas [...]. Além disso, a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade (FOUCAULT, 2006, p. 339).

Dito isto, procuramos pensar, a partir das considerações apresentadas, o tempo fora da linearidade convencional, fazendo surgir singularidades nestes intervalos onde Chagas Vasconcelos é dado a existir. A genealogia do acontecimento nos dá condições de perceber os “pequenos começos” onde é possível apreender estes discursos e demais mecanismos que operam no processo de invenção deste sujeito.

Ademais, nosso trabalho aspira ainda discutir alguns dos fenômenos do político a partir de momentos da trajetória de Chagas Vasconcelos. Neste sentido, traçamos um percurso teórico a partir da cultura política, conceito multidisciplinar que objetiva uma análise comportamental das sociedades, considerando os aspectos subjetivos nas análises políticas (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999). Temos a plena convicção de que a cultura política não é a explicação unívoca da complexidade dos comportamentos humanos diante do poder, porém nos dá *insights* na problematização de determinadas práticas de um sujeito ou grupo. Deste modo, uma história conceitual do político aspira, por exemplo, refazer velhas questões, explorar os não ditos, observar decepções e não realizações rechaçando a centralidade das análises das instituições, das formas de governo e do Estado como explicadores unívocos do social (ROSANVALLON, 1995). De outro modo, nossa análise evidencia ainda a existências das relações de poder exercidas entre os sujeitos, observando os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado do aparelho de Estado, segundo Michel Foucault (1979).

Perscrutar fenômenos do político, a partir de singularidades da trajetória de Chagas Vasconcelos impõe à nossa tarefa a atenção para seus modos de fazer política. Como político, ele abraçou um leque largo de posições diante das questões políticas. Oscilou, foi ambivalente, embora não possamos afirmar que todos esses posicionamentos foram tomados de forma

consciente. Entendia que o jogo da política exige pensar e agir estrategicamente para a garantia e permanência no poder. Nesta senda, este trabalho centrado na análise dos mecanismos discursivos que fabricam o sujeito Chagas Vasconcelos, dispersos e insinuados nos e pelos documentos, pretende também investigar as práticas discursivas e as produções de sentido nos seus pronunciamentos.

Líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) entre 1966 e 1979 e deputado federal na década de 1980, Chagas proferiu discursos sobre os mais variados temas e protagonizou dissabores com o governo. Sua trajetória é também uma forma de se discutir a política cearense nos anos ditatoriais, perceber os jogos em torno de saber-poder que se exerciam nas relações de conflito e tensão entre oposição e governo.

Diante destas considerações, refletimos sobre a escolha de um tema de pesquisa que se dá para além da utilização de métodos científicos aplicados à análise, envolvendo, também, relações afetivas. O encontro com o outro promove o autoconhecimento necessário para que possamos confrontá-lo. A história, assim, oscila entre uma “inquietante estranheza” e uma “inquietante familiaridade”. O objeto nos é familiar – essa história de Santana, pontuada pela presença de Chagas – e desperta paixões que podem declinar ao fascínio quando não o enfrentamos como o outro, eis aí o princípio do estranhamento. Foi exatamente esta familiaridade, advinda das narrativas ouvidas sobre a Santana no “tempo de Chagas” que nos impediam de perceber a fragilidade das evidências sobre as quais essa história havia se fundamentado.

A percepção destas fissuras que expuseram a distância entre Chagas e os discursos que o constituíram, a partir de quando lançamos um outro olhar sobre as fontes, nos fez perceber inclusive que nosso objeto não era Chagas Vasconcelos. Uma vez iniciado o processo de estranhamento da familiaridade que tínhamos com Chagas, um leque de possibilidades se abriu e nos fez entender que estávamos tratando não sobre um sujeito, mas sobre os modos como ele foi inventado, institucionalizado e materializado por uma série de mecanismos discursivos.

À nossa disposição apresentavam-se narrativas e discursos dando conta de Chagas Vasconcelos como “o advogado dos pobres”, “o anjo bom”, “o incansável doutor” e tantos outros dizeres que ajudavam a erigir a imagem histórica da personagem. Todos estes pequenos jogos e arrumações de palavras colaboram na produção de verdades e seduzem à primeira vista, pois — como são organizados de modo cumulativo, sequencial, serializado — não permitem enxergar possíveis deslizos ou desvios. Desta forma, resolvemos a partir das singularidades, da percepção das rupturas e da descontinuidade detectar problemas a serem enfrentados. Decerto, nosso trabalho não pretende a implosão da imagem de Chagas Vasconcelos ou mesmo repaginar

um herói, buscamos problematizar, pôr em discussão, questionar e deslocar as coisas de seus lugares naturais. Perceber os jogos de poder nos quais esse sujeito é forjado perpassa pelas problemáticas deste estudo, pois Chagas é construído historicamente por práticas de saber e poder. Nesta perspectiva, partimos da afirmação da gênese do sujeito para nos desvencilharmos da ideia de origem. Desta forma, buscamos investigar como sua imagem é construída e até mesmo como ele próprio constrói sua figura de sujeito.

Para problematizarmos a constituição deste sujeito nas tramas históricas, pensamos o segundo capítulo com o título *Entre fios, tramas e interstícios da memória: invenção, materialização e espectro de Chagas Vasconcelos*. O capítulo pretende, em termos gerais, dar ênfase às relações que se colocam entre memória e história desse personagem e dessa cidade que foi seu cenário primordial. Assim sendo, aspectos da memória aparecem nas discussões deste capítulo como fio que nos conduz na problematização de como a figura de sujeito de Chagas Vasconcelos é apropriada enquanto memória coletiva, de modo a (re)inventá-lo, monumentalizá-lo. Partindo do questionamento destas operações pela memória que não são naturais, buscamos analisar como ela trabalha no processo de fabricação de Chagas Vasconcelos. Neste sentido, remetemos ainda a estes lugares que a história se apodera para transformá-los, deformá-los. Estes lugares de memória nos dizem da não espontaneidade da memória, da necessidade que se tem de organizar, de criar arquivos, monumentos etc.

O tópico 2.1 *A invenção de Chagas Vasconcelos a partir dos documentos: reflexões sobre fontes históricas e as relações de poder na construção de uma imagem de sujeito*, traz um olhar sobre o documento percebendo suas fragilidades e potencialidades. O documento é tratado nesta análise como produto fabricado atendendo à demandas dos que assim o criaram. As relações que se colocam na sua produção são de poder e força. Pensando nisso, fizemos uma análise de dois documentos importantes no processo de invenção e materialização de Chagas Vasconcelos. O primeiro deles é um panfleto de 1958 produzido por um grupo de santanenses amigos de Chagas Vasconcelos em apoio à sua candidatura a prefeito de Santana do Acaraú naquele ano. Sendo este o primeiro cargo a ser disputado e posteriormente ocupado pelo advogado, elencamos o panfleto como o registro do nascimento público de Chagas Vasconcelos. Neste material, de conteúdo biográfico, foi pensado um perfil de prefeito para a cidade tendo Chagas Vasconcelos como modelo. É sua “aparição” pública, são os “pequenos começos” pensados em sua inferioridade que fazem surgir singularidades, momentos de irrupção, algo começa a despontar como novo.

Faz parte ainda deste tópico um passeio pelo jornal *Correio Santanense*. Fundado em 2001 por Manoel Rosa Filho, o periódico produziu uma edição de homenagem a Chagas

Vasconcelos em agosto de 2003, na ocasião de seu falecimento. Se o panfleto instaura um “nascimento público” de Chagas, o *Correio Santanense* é o documento onde se dá sua morte física. Nele, contemplamos a (re)apropriação de uma série de discursos e memórias que materializam um passado e operam na presentificação do morto. Assim, o jornal é parte de um movimento de luta pela memória de Chagas Vasconcelos junto a outros mecanismos discursivos que serão analisados ao longo deste capítulo. Perceber os modos de produção e as ligações do jornal com seu tempo foram também relevantes na feitura deste tópico.

O 2.2 *Cidade, memória e luto: o adeus a Chagas Vasconcelos nas páginas do Correio Santanense* inaugura a travessia pela cidade tendo como partida o dia da morte. Neste percurso, conduzido pelos fios e tramas da memória e da história, promovemos a captura de uma série de discursos sobre Chagas Vasconcelos registrada no jornal *Correio Santanense*. Uma multidão consternada, cortejo pelas ruas da cidade, homenagens na câmara Municipal carregadas de saudosismo exaltando a figura do político Chagas Vasconcelos. Assim transcorre a tarde do dia 24 de agosto de 2003. O jornal é o lugar de monumentalização de um passado, e como monumento, ele opera na salvaguarda de “pedaços de tempo”, o erigimos pela importância que consideramos que ele tenha para a memória coletiva. Dessa forma, a edição de homenagem do *Correio Santanense* é parte destes mecanismos que dão existência material a Chagas Vasconcelos e também agem na construção e preservação de uma memória acerca dele. Estamos diante do sujeito já materializado, sua morte física registrada no jornal instaura um movimento de reordenação da paisagem da cidade, evocando a presença do espectro desse sujeito que, morto fisicamente, ocupará os espaços públicos, nomeando praças, escolas, bairros, prédios de instituições. Um espectro que não assusta porque, de modo geral, é benquisto no imaginário local.

Guiada pela presença do “fantasma”, o tópico 2.3 *A cidade e o espectro* é outra das travessias feitas pela cidade. Desta vez, enveredamos pelo espaço físico de Santana do Acaraú transformado após a morte de Chagas Vasconcelos. Praças, ruas, estátuas e instituições preenchem o espaço citadino, reconfiguram paisagens e instauram recordações, numa luta da lembrança contra o esquecimento. Sem causar assombro ou mesmo temor, o espectro vai ocupando a cidade. A presença é nossa ligação com a realidade, ela estabelece ligação com quem somos, coloca-nos em contato com coisas, pessoas, eventos etc. (TELLES, 2015, p. 4). Quando materializado via monumento, o espectro nos faz pensar a complementaridade ausência/presença. A rua ou bairro, a praça ou a estátua com o nome de Chagas Vasconcelos o presentificam, lutam contra sua ausência e ao mesmo tempo a impõem. É sobre estas problemáticas em torno da reconfiguração espacial da cidade iniciada pelo processo de

renomeação que se debruça a análise deste tópico.

O capítulo 3, *O político em cena: Chagas Vasconcelos nas teatralizações e tramas do poder*, perscruta a atuação política de Chagas Vasconcelos considerando as práticas discursivas como elementos da produção de sentido. A escritura deste capítulo nos permitiu discutir importantes momentos da história política do Ceará e do Brasil, como o bipartidarismo imposto durante o regime militar de 1964. Abordaremos as relações entre governo e oposição e como a atuação de Chagas como parlamentar nos permite problematizar estas questões. Ademais, o discurso como categoria de análise aparece neste capítulo e nos ajuda a perceber a produção de sentido nos pronunciamentos de Chagas Vasconcelos, as relações do discurso com o desejo e com o poder. O capítulo anterior trata dos elementos discursivos que dão materialidade e constroem uma imagem de sujeito, neste trazemos o discurso como conceito específico balizado na análise dos pronunciamentos de Chagas como deputado estadual e federal.

O tópico 3.1, *O MDB: Percursos e nuances de uma oposição*, tem o intuito de familiarizar o leitor com um pouco da História Política, apresenta algumas considerações sobre a formação dos partidos políticos na Ditadura Militar (1964-1985). Com ênfase no Movimento Democrático Brasileiro, partido do qual Chagas Vasconcelos foi membro, buscamos entender o que era a oposição naquele momento da história do Brasil. Ao mesmo tempo, a escritura desse tópico nos ajudou, no papel de pesquisador, a entender melhor o universo de poder no qual Chagas existia, compreender suas relações e afiliações. Ademais, neste percurso pela formação do MDB pudemos evidenciar as relações de poder e força nas lutas pela afirmação do partido como oposição legal à Ditadura de 1964. Conflitos e tensões internas cintilavam a fragilidade das máscaras e escancaravam os cinismos, nas disputas das alas autênticos e moderados pelo reconhecimento como oposição legítima.

O tópico 3.2, *O affaire entre Governo e Oposição: Chagas Vasconcelos e o MDB no Ceará*, trata dos jogos de poder e verdade presentes nas representações da imprensa cearense a respeito de um impasse envolvendo Chagas Vasconcelos e o Governador César Cals, nos anos 1970. Líder da bancada do MDB à época, Chagas formalizou uma denúncia de corrupção no governo despertando a ira deste, levando a questão aos tribunais. Balizados ainda nas relações de poder que se exercem nas disputas entre Oposição e Governo, buscamos problematizar a oposição no Ceará dentro do contexto autoritário vigente, auxiliados pelas interpretações dos conceitos de cultura política e poder. O recurso a estes conceitos, em associação com outros elementos, teve significativa relevância na análise do fazer político de nossa personagem. Perscrutar ações e práticas de Chagas Vasconcelos, pensadas a partir do contexto dos anos 1970, foi um fator determinante para pensar a cultura política que mantinha grupos tradicionais no

monopólio do poder político do Ceará.

O 3.3, *Práticas discursivas e produção de sentido na atuação parlamentar de Chagas Vasconcelos*, pretende analisar os elementos discursivos como produtores de sentido. A partir de alguns dos pronunciamentos de Chagas Vasconcelos na Assembleia Legislativa (1963-1978), na Câmara Federal (1983-1986) buscamos tratar os discursos como práticas descontínuas, atento às suas especificidades. Os princípios reguladores desta análise, segundo Michel Foucault, consideram, portanto, noções fundamentais como as do acontecimento e da série, regularidade e condições de possibilidade. Dessa forma, o tópico pretende pensar o discurso como prática que opera na produção de sentidos, cujos agentes não são apenas pessoas, mas também instituições, que estabelecem o controle e exercem relações de saber-poder.

A escolha de temas que se repetiam em seus pronunciamentos, como o funcionalismo público e a pobreza, por exemplo, foram elementos importantes para a problematização de determinados discursos dos quais Chagas se apropriava como seus. O contato com esses discursos foi importante, no sentido de possibilitar o entendimento de como a imagem deste sujeito foi sendo construída também por ele. É como se num dado momento, Chagas Vasconcelos se colocasse como criatura e criador destes discursos que se repetem, concorrem entre si. A análise do discurso foi fundamental para percebermos os elementos presentes no discurso, o sujeito como função social dele e sua relação com a história e a linguagem.

O quarto capítulo, *Consolidação, abalos e transformações no sistema político: o poder tradicional em contestação*, nosso olhar se desloca para uma análise mais detida nas relações que construíram o fazer político de Chagas Vasconcelos. Nos detivemos na investigação das redes de fidelidade e reciprocidade, elementos da cultura política como o clientelismo e o personalismo, para acessar as práticas políticas deste sujeito. Este capítulo pretende ainda problematizar o processo de consolidação e declínio do monopólio de Chagas Vasconcelos e seu grupo sobre a política municipal em Santana do Acaraú.

O tópico 4.1, *O voto em perspectiva: o Ceará nas eleições para o Senado em 1978*, perscruta a primeira campanha em nível nacional disputada por Chagas Vasconcelos. O intuito deste tópico é perceber as ligações e redes de sociabilidade que fizeram de Chagas Vasconcelos um nome para concorrer naquelas eleições. Ademais, o percurso pela campanha de 1978 possibilita-nos identificar os reflexos da derrota sofrida nesse pleito no posterior declínio da estrutura de poder que mantinha o grupo de Chagas “invicto” na política em Santana do Acaraú. As conexões da campanha no Ceará com a candidatura à presidência da República do General Euler Bentes pelo MDB, nos levam a pensar ainda o processo de Abertura Política que estaria por vir, tendo o partido como um de seus agentes. A campanha senatorial em 1978 foi um

importante dispositivo para entendermos a construção do sujeito Chagas Vasconcelos. Apesar de sofrer sua primeira derrota, a experiência deste pleito (res)significou, de certa forma, o fazer político dele.

Já no 4.2, que leva o título de *Cultura política, clientelismo e poder em Santana do Acaraú*, procuramos analisar o processo de ascensão do grupo político de Chagas Vasconcelos naquele município. Neste tópico tratamos da presença de Chagas na política municipal, articulando estratégias para a manutenção de seu grupo, buscando mantê-lo coeso e fiel à sua tutela. A relação da oposição ao grupo Vasconcelos com a política municipal e sua importância nas tramas políticas da cidade também integra a seara deste tópico. O constructo destas relações por laços de fidelidade - fundamentados na ação da família como instituição que se incrusta nos espaços formais de poder – perfaz o trajeto deste tópico, cujo objetivo é problematizar como se consolida e se estrutura a dominação de determinado grupo político.

Nossa última travessia recebe o título de *Crise e declínio do poder carismático* e desemboca no vendaval político que abalou a política do Ceará a partir dos anos 1980. Inserida neste contexto, Santana do Acaraú experimenta um movimento em direção à “mudança” e contestação do modelo político que vigorava há três décadas. Para a feitura deste tópico, nos detemos no processo de corrosão da imagem de Chagas Vasconcelos como mandatário local e detentor de um “poder carismático”, que a partir deste movimento mudancista perdeu a razão de ser. Nesta perspectiva, questionamos ainda este processo de transformação protagonizado por João Ananias, um dos membros da família Vasconcelos, que apropriou-se do discurso de mudança em evidência nos anos 1980 e canalizou os anseios de grande parte do eleitorado santanense. Deste modo, projetar o novo em alguém vindo da mesma família de seu antecessor requer observar práticas já cristalizadas no fazer político de pequenas cidades do interior do Brasil. Dessa forma, nos questionamos se o novo de fato não é apenas uma repaginação do que há de mais velho e tradicional.

Em virtude disso, como fora enunciado aqui, nossa pesquisa nutriu-se de uma perspectiva de análise que busca “desnaturalizar as coisas”, tomar o documento como questões a serem enfrentadas muito mais do que fonte de respostas. Utilizamos recursos metodológicos que possibilitaram rever conceitos e temas da história, dialogar com as fontes de modo a questionar seus modos de produção, os discursos e verdades que as constituíram. Estabelecemos um ponto de partida para nosso trajeto, sabendo que o ponto de chegada não representa necessariamente um fim. A história permite ver os começos não como origens, mas como acontecimentos que despontam e fazem algo insurgir como diferente. A chegada não é o fim, pois a história não é teleológica, encerrar uma questão é deixar brechas para que novas

questões e novas possibilidades surjam. Deste modo, espera-se que esta história, cujo personagem Chagas Vasconcelos aparece com pertinência, seja ainda mais questionada, que estes discursos que o fabricaram possam despertar inquietações, suscitar novos problemas.

2 ENTRE FIOS, TRAMAS E INTERTÍCIOS DA MEMÓRIA: INVENÇÃO, MATERIALIZAÇÃO E ESPECTRO DE CHAGAS VASCONCELOS

2.1 A invenção de Chagas Vasconcelos a partir dos documentos: reflexões sobre fontes históricas e as relações de poder na construção de uma imagem de sujeito

“Na parte mais alta da cidade, sobre uma elevada coluna, erguia-se a estátua do Príncipe Feliz. Toda coberta de leves folhas de ouro fino, tinha por olhos duas brilhantes safiras e um grande rubi vermelho refugia no punho de sua espada”.

(Oscar Wilde, s/d, p. 13)

A epígrafe acima abre um dos contos de Oscar Wilde que ganhou notoriedade na literatura universal. Destacada no ponto mais alto, a estátua do príncipe era a principal atração da cidade. De lá, ela contemplava seu movimento, seus habitantes e lamentava por ser apenas uma estátua e não mais poder cuidar de sua cidade. Mas o que isso pode nos dizer sobre Santana do Acaraú ou Chagas Vasconcelos? Não muito diferente da estátua do Príncipe Feliz, a estátua erigida em homenagem a Chagas na entrada de Santana remete a essa sensação de impotência de alguém que está limitado por sua condição imóvel e não tem mais como cuidar de sua cidade. Para quem entra em Santana, sem mesmo conhecer a cidade, Chagas Vasconcelos é um marco geográfico. A partir de sua imagem e de seu nome, uma nova cartografia da cidade começa a ser demarcada: a rua, a praça, o bairro, a escola. Após sua morte em 2003, Chagas se espalha pela cidade num movimento de reordenação e renomeação de espaços públicos. Sua ausência física, de certo modo, é preenchida por sua presença toponímica.

No intuito de refletir como esta nova cartografia da cidade foi sendo desenhada, nos deparamos com dois documentos históricos referentes à trajetória pública de Chagas Vasconcelos. O primeiro é um panfleto produzido em 1958 por um grupo de amigos apoiadores da campanha de Chagas à Prefeitura Municipal. O segundo é o Jornal *Correio Santanense*, que diante da morte de Chagas, publica, em sua homenagem, edição especial em agosto de 2003.

Um registra o “nascimento público” e o outro é o “atestado de óbito”, ambos ajudamos a ver este sujeito a partir de sua invenção², materialização e espectro. Junto com estes documentos, as atas da Câmara Municipal de Santana do Acaraú também nos auxiliaram na

² Pensar o termo invenção remete considerar a história sob a perspectiva do devir, do fluxo. Se a história tem sujeitos e objetos é porque, de acordo com Durval Muniz, ela os fabrica, inventa-os. Não obstante, estes sujeitos e objetos também inventam a história. Deste modo, o termo incita-nos à reflexão do saber histórico como ruptura, descontinuidade e singularidade, escapando da postura historicista dos eventos. Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História*. Bauru: Edusc, 2007.

feitura deste e dos demais tópicos deste capítulo.

Mas esses documentos não são existências em si. Sua potência não deriva, em ordem direta, de sua materialidade. Por isso, pensar a historicidade do documento permite (re)ver critérios que nos são caros em relação ao nosso ofício. A maneira como lidamos com as fontes ajuda-nos a refletir nossa própria maneira de ver a história em sua transitoriedade e incompletude, percorrendo seus (des)caminhos. O documento obedece a uma série de critérios que devem e merecem ser observados, para não parecer apenas um subterfúgio dentre as fúteis aspirações de um pesquisador descompromissado com a ética de seu *métier*. De acordo com Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que detinham o poder” (*apud* SALIBA, 2009, p. 319).

Sendo assim, inserir a análise do panfleto produzido por um grupo de amigos, apoiadores da candidatura de Chagas Vasconcelos à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú em 1958, é um gesto que se articula ao próprio circuito da pesquisa. Observar esse documento, na sua historicidade específica, é pensar também como o objeto de pesquisa — a trajetória política de Chagas Vasconcelos — começou³ a ser delineada. O documento, nesta perspectiva, é o produto destas relações de forças sempre “assimétricas, desiguais, de um passado agônico, irregular e contingente” (SALIBA, 2009, p. 317). Abandonada a ideia de mero vestígio ou resto do passado, os historiadores revisitam o documento com o olhar atento, o encarando como produção que obedece aos interesses de uma sociedade, especialmente daqueles que o produzem.

No caso do panfleto que ora buscamos analisar, há, numa leitura inicial, a intenção clara e objetiva de elaborar um perfil de um prefeito para a cidade. Não temos condições de saber quem é este grupo de amigos ou quais os critérios utilizados para a produção do panfleto, mas podemos lançar perguntas sobre este documento. Tomando de empréstimo questões do historiador Elias Saliba, que nos ajudam a pensar, nos indagamos: “Por quem fala tal documento? De que história particular participou? Quais ações, pensamentos ou estratégias estariam contidos no seu significado? Em que consiste o seu ato de poder?” (*idem*, p. 319).

Dada a pertinência das questões postas acima, entendemos tais perguntas como fundamentais no processo de produção do documento. A elaboração de um panfleto como

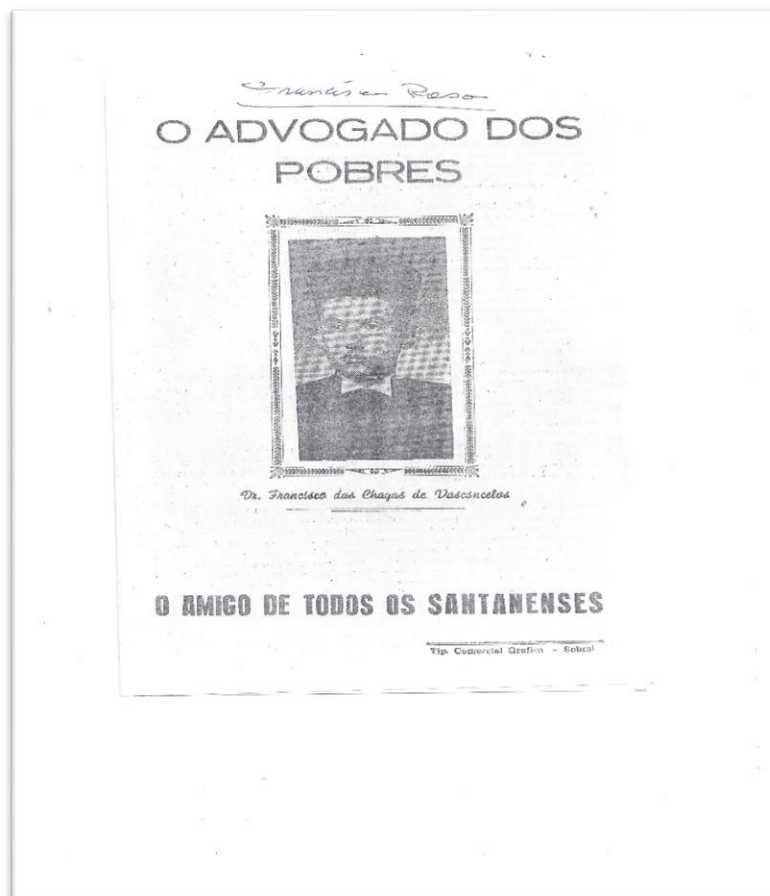
³ Pensar os começos como momentos de ruptura, incertezas e desníveis nos faz opor estes à ideia de origem. A “genealogia dos começos”, trabalhada em Michel Foucault, propõe tratar os acontecimentos fora de uma essência inaugural ou grandiosa. Observar a dispersão peculiar que os caracteriza, em linhas gerais, os diferem das análises que se atém à origem das coisas. Ver FOUCAULT, Michel *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

iniciativa dos apoiadores de Chagas Vasconcelos, neste primeiro momento, corresponde às aspirações de um grupo cujas relações de poder se exercem no processo de criação do panfleto. Há um grupo, portador de um capital cultural, cujos objetivos são postos na tentativa de construir uma imagem de sujeito que responda àquilo que, segundo eles, a cidade necessitava para administrá-la. As respostas a tais questões não são dadas *a priori* e tampouco se elucidam de uma leitura parcial e desprovida de criticidade. Se assim fosse, estaríamos transformando o documento naquilo que ele não é: um relicário de afirmações sobre o passado. É preciso observá-lo como “registros espúrios, contingentes, aguardando o acalanto da decifração, o fervor da leitura e a aventura da interpretação” (*idem*, p. 317). Cabe a nós lançarmos as perguntas, percorrer caminhos para possíveis respostas, sabendo ainda que tais decifrações são limitadas e incompletas.

Dito isto, é preciso descrevermos o documentado tratado a partir de sua materialidade. Organizado em quatro páginas, o panfleto intitulado *O advogado dos pobres: o amigo de todos os santanenses*, foi impresso pela Tipografia Gráfica Comercial, localizada na cidade de Sobral-CE. Na capa, encontramos a imagem de Chagas Vasconcelos, em plano fechado, vestido em trajes de formatura, a fisionomia séria e o rosto jovial destacam-se na imagem. A fotografia apresentada na capa estabelece relações diretas com a produção do panfleto, uma vez que a imagem do jovem compromissado com os estudos é enaltecida. O texto de cunho biográfico que compõe o interior do panfleto procura manter conexão com a imagem de capa, ressaltando a vida estudantil de Vasconcelos e todas as conquistas relacionadas a ela.

Dessa forma, infere-se que o nascimento deste homem público já o traz, já o apresenta como vencedor. Não é o homem pobre que é apresentado ao público pela fotografia do panfleto. É o estudante, em trajes de formatura, o homem que vencera, o pobre que virara doutor. Nesta senda, o passado de pobreza não é negado, mas é apenas referenciado, como um trunfo a mais, para enaltecer a grandiosidade do sujeito apresentado pelo panfleto.

Figura 1 – Panfleto o Advogado dos Pobres.



Fonte: Francisca das Chagas Rosa. Acervo pessoal do autor (2018).

A fotografia escolhida para a capa apresenta a ideia do panfleto de “vender a imagem” do prefeito ideal para Santana do Acaraú em 1958. O trecho a seguir, extraído do panfleto, dialoga com a imagem inicial e nos permite identificar a partir de quais pressupostos essa imagem é inventada:

O Dr. Francisco das Chagas Vasconcelos herdou de seu avô materno José Arcanjo de Maria, a vocação de se dedicar aos interesses do próximo, ao mesmo tempo em que se volta para o trabalho e para as coisas do espírito [...]. A sua vida estudantil era um rosário de lutas e conquistas. Estudante pobre, nada tinha a proteger-lhe senão o seu trabalho de homem honesto e criterioso (PANFLETO O ADOVADO DOS POBRES, 1958, n. p.).

A ideia de um homem vocacionado para o trabalho e o serviço ao próximo, vinculada ao compromisso com os estudos funciona como um caminho discursivo cujos sentidos produzidos são múltiplos. A mobilização destes elementos discursivos projetou na política um sujeito que ao decorrer de sua vida pública apropriou-se deste mesmo discurso que outrora o

forjara. Nesta senda, o panfleto sugere para além do nascimento de Chagas Vasconcelos como figura pública, a emergência de um discurso do qual ele seria criatura e, de certo modo, criador.

O acesso e guarda deste material também é importante de ser problematizado, pois diz muito da tentativa de resguardar e legitimar a memória do sujeito fabricado a partir dele. O acesso foi possível graças a uma rede de cooperação entre amigos e conhecidos que nos possibilitou o encontro com as fontes. Deste modo, chegamos até a dona Francisca das Chagas Rosa, amiga pessoal e assessora do gabinete de Chagas Vasconcelos quando ele cumpriu mandato de deputado federal na legislatura de 1983-1986. Chica Rosa, como é popularmente conhecida no distrito de Sapó⁴, onde reside, além do panfleto que estamos analisando guarda consigo ainda vários papéis, livros e lembranças do companheiro de partido e amigo. Francisca Rosa é um dos vários correligionários e eleitores que “velam” a memória de Chagas Vasconcelos em santinhos, panfletos, fotografias, CD’s e tantos outros objetos que para eles têm demasiado valor sentimental⁵.

A chegada de Chagas Vasconcelos pela primeira vez à Prefeitura de Santana do Acaraú em 1958 nos leva a investigar este acontecimento como uma ruptura, um instante onde algo começa a se fazer presente. Há neste gesto investigativo, quem sabe, um pouco de preocupação com a genealogia do acontecimento. Neste sentido, analisar a produção do panfleto e a eleição de Vasconcelos como resultado traz à tona a problemática da emersão dos objetos. Foucault nos auxilia pensar este momento como “pequenos começos”, nos quais algo desponta como descontínuo. Estes instantes que irrompem e nos permitem ver a história em sua singularidade, o sujeito submetido às práticas sociais e às relações de poder que se exercem, além de nos possibilitar o exame do acontecimento e de suas especificidades. Deste modo, traçar uma análise genealógica, de acordo com Foucault, requer considerar que

[...] a genealogia não pretende recuar no tempo para estabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início [...]. É ao contrário manter o que se passou numa dispersão que lhe é própria: é

⁴ Santana do Acaraú tem nove distritos oficiais: Mutambeiras (1833); Sede do Município (1862); Parapuí (1933) Sapó e João Cordeiro (1963); Baía, Baixa Fria e Barro Preto (1989) e Santa Rita (2007). Os mais populosos são os distritos de Baixa Fria, Mutambeiras e Parapuí (IBGE, 2010). Os dois últimos, junto ao distrito de Sapó, são os mais próximos da sede do município, ligados pela CE 178. A atividade econômica dos distritos é baseada, sobretudo, na agricultura de subsistência e nas relações com a Sede do Município. No contexto político, o distrito de Sapó representa um dos principais colégios eleitorais do grupo de Chagas Vasconcelos, enquanto Baixa Fria e Parapuí, por exemplo, apresentam frequentemente maiorias favoráveis ao grupo liderado por João Ananias Vasconcelos.

⁵ Alguns destes materiais foram utilizados no terceiro capítulo como folders de campanha de candidatos ligados ao grupo de Chagas, CD’s com áudios de comícios, DVD’s com imagens de manifestações de campanha etc. Além destes, a edição do Correio Santanense e o panfleto utilizados neste capítulo foram doações de eleitores, amigos e demais pessoas ligadas à política municipal.

demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário das inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Escapar à ideia de origem ajuda-nos a pensar de outra forma, fora da perspectiva causal dos acontecimentos. O que Foucault propõe, dessa forma, nos conduz à percepção dos documentos como um emaranhado de descontinuidades, e não como ligações contínuas a um passado previamente estabelecido e que origina outros acontecimentos. Partindo da análise do panfleto, problematizar os modos de agir, as ações e forças que operaram na sua construção incita-nos a refletir nossa própria história, pensando-a de outras formas. Diante do acontecimento, Foucault provoca-nos à prática de um exercício constante de estranhamento, interrogando e problematizando relações de saber-poder que se exercem. A escolha por tomar este acontecimento de produção do panfleto como ponto de partida no processo de invenção do sujeito é tentativa de identificar estes pontos, (re)pensar estes começos. Tenciona-se, a partir das reflexões de Foucault, reiterar que:

[...] a história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam (*idem*, p. 34-35).

A vitória de Vasconcelos em 1958 despontou como o novo, neste processo de invenção do sujeito, algo ali começava a se fazer presente como diferente. Nesta senda, a produção do panfleto, bem antes da vitória nas urnas, faz parte desses “pequenos começos”, “ínfimos desvios” que dão nascimento a Chagas Vasconcelos como político. A ação de criação deste panfleto insinua também o processo de emersão de uma figura de sujeito. Tal ação irrompe como um desvio, uma fissura dentro das tradicionais disputas pela prefeitura à época. Concatenados com estas aspirações, o grupo de santanenses apoiadores de Chagas criou o panfleto, no qual registrou-se o desejo de idealização de um perfil de prefeito para Santana que a livraria das “forças tradicionais do atraso”, representadas pela administração da União Democrática Nacional (UDN). A ideia do “novo”, dentro deste contexto de emergência do acontecimento, não se relaciona ainda a um fazer político diferente, contrário ao poder político tradicional. O novo tratado aqui é este sujeito que começa a ser fabricado num dado momento, cuja existência se materializa a partir dos elementos em análise, no caso aqui o panfleto.

A pequena nota biográfica que dá composição ao panfleto, realçando traços da trajetória de Chagas Vasconcelos, incide também nesta série de práticas que produzem saberes e (re)criam subjetividades. Existe um tipo de sujeito sendo projetado, considerando a fabricação do panfleto, a partir da ação daqueles que detêm o saber e, conseqüentemente, exercem relações

de poder. Nesta senda, uma vez que o grupo⁶ operacionaliza a fabricação deste documento, o capital cultural⁷ destes tem relevante peso se pensarmos na produção do panfleto. O elemento cultural como distinção social legítima determinado grupo que o possua dentro do espaço social, possibilitando a dominação de um grupo em relação a outro. Falamos, neste sentido, de lutas simbólicas nas quais o poder é também pensado sob a ótica das relações de força.

A intencionalidade do grupo em repercutir, via documento, um candidato e, por conseguinte um prefeito, é evidenciada pelos elementos da linguagem utilizados no material. Certos de que a linguagem é o mecanismo de materialização do mundo, a arrumação dos códigos interpretativos e a forma como atribuímos sentido às coisas, ela é capaz de nos oferecer subsídios necessários na interpretação de diversas ações do cotidiano. A utilização de adjetivos e frases de efeito, tais quais “sua vida estudantil é um rosário de lutas” ou “advogado dos pobres”⁸, por exemplo, são artificios para a fabricação de uma figura de sujeito. Para além de elementos linguísticos, faz-se importante pensar o texto como enunciado, observando sua concretude e relação imediata com a realidade⁹.

Como participantes da relação dialógica estabelecida entre autor do texto e destinatário ou leitor, como queira, ao entrar em contato com o texto deste panfleto construímos a partir dele nossas percepções, fazemos nossa interpretação. Mais do que conceitos que se casem com objeto de estudo, tais teorias são fundamentais, pois nos auxiliam numa análise mais inventiva, mais provocativa do objeto. Seguindo o que indicamos acima, nossa leitura do documento então, sob os auspícios da criticidade que lhe é imprescindível, pretende investigar a sua materialidade para não perder de vista o (s) porquê (s) da sua existência.

Amparados nesta análise do panfleto em sua materialidade, nossa investigação contorna o processo de invenção do sujeito Chagas Vasconcelos como figura política. Confeccionado de

⁶ A nota biográfica do panfleto encerra com os seguintes dizeres: “cooperação de um grupo de Santanenses residentes em Sobral, à candidatura do Dr. Francisco das Chagas de Vasconcelos à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú”. Diante disso, não temos como investigar com mais profundidade quem compunha este grupo, entretanto, a centralidade na vida estudantil de Chagas Vasconcelos a partir dos elementos que temos apresentado nos permite sugerir que pelo menos parte dos que pertenciam ao grupo eram estudantes. Deste modo, a alusão ao conceito de capital cultural faz-se precisa para a problematização da produção do panfleto e, por conseguinte, sua receptividade.

⁷ Para Pierre Bourdieu (1964), o espaço social é o espaço de lutas e, sendo a cultura uma estrutura simbólica, opera como exercício de legitimação de um grupo sobre os outros. Dessa forma, a cultura se faz dominante não porque contenha elementos que a tornem superior, mas porque é a cultura do grupo dominante que se sobrepõe. Ver CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Perspectiva*, v. 25, n. 2, p. 503-524, 2007.

⁸ Chagas formou-se em 1955. Em 1958, aos 28 anos de idade, já exercia a profissão de advogado.

⁹ Para Mikhail Bakhtin, “a compreensão de um enunciado é sempre dialógica”. Dessa forma, pensar o texto como enunciado requer considerar a existência de um destinatário de quem o autor espera uma compreensão responsiva. Ao ter acesso ao texto/enunciado, o destinatário emprega-lhe outros sentidos, concorda e/ou discorda, busca compreendê-lo sob diferentes perspectivas. Ver BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.

forma bem amadora, produzido a partir de uma ideia do grupo de amigos de Vasconcelos, este panfleto nos desloca, pois é inquietante pensar o porquê de sua existência. As pretensões de quem idealiza ou produz talvez não sejam de imediato evidentes, porém cabe ao nosso inquietante exercício de interpretação perscrutar o que não está dito. Traçamos este percurso para sustentar a hipótese de que 1958, no contexto apresentado aqui, instaura a fase inicial da invenção de Chagas Vasconcelos tal qual hoje o conhecemos. Os mecanismos analisados neste primeiro momento e nas próximas etapas deste estudo, dão-nos conta de um conjunto de elementos interagindo entre si na invenção de um tipo de sujeito.

Seguindo nossa travessia pela materialidade do documento, na busca de investigar os modos de invenção e materialização do sujeito Chagas Vasconcelos, chegamos agora noutra ponto desta análise. Até aqui mantivemo-nos atentos ao panfleto como indício do começo, donde algo despontava e foi possível de ser percebido em sua dispersão. Postas estas questões, nossa investigação segue para a materialização e o espectro de Chagas Vasconcelos registrados no *Jornal Correio Santanense*, que ao registrar sua morte física, ajuda a manter sua imagem viva.

No que se refere à análise do jornal, vale ponderar que a imprensa escrita tem sido uma das formas dos historiadores dialogarem com o passado na tentativa de criar interpretações acerca deste. É importante, ressalta-se, dizer da complexidade de tratar o acontecimento registrado em um periódico cuja feitura não passa pelo crivo metodológico dos historiadores. Eis aí uma das diferenças imperativas entre o fazer histórico e o fazer jornalístico, por exemplo.

Dessa forma, lidamos com o tempo em sua multiplicidade e sob diferentes perspectivas. O tempo do acontecimento, o de sua repercussão e o da análise do historiador até podem ser simultâneos, porém esta última tem seus métodos que diferem do tratamento do jornalista com o fato. Lançamos nosso olhar para algo produzido em um recorte espaço temporal delimitado cujo registro se deu da intencionalidade e de uma série de fatores externos àquele documento. Nesta senda, “historicizar” a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes, e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê” (DE LUCA, 2005, p. 132). Problematizar, desta forma, o acontecimento narrado e o acontecimento em si, torna nosso trabalho bem mais meticuloso, não que o do jornalismo não o seja.

Observados estes preceitos, nossa análise perscruta o jornal *Correio Santanense*¹⁰, onde

¹⁰ Além desta edição, tivemos acesso às que foram lançadas nos meses de fevereiro e setembro de 2003. Não foi possível localizar outras edições, visto que o acervo do editor, Manoel Rosa Filho, foi comprometido por fatores externos.

Chagas Vasconcelos se materializa por uma série de mecanismos da linguagem e da memória em suas páginas. A edição dedicada a homenageá-lo em virtude de sua morte é publicada em agosto de 2003.

Conforme dito, quando se tem em vista um jornal é sabido que como qualquer outro documento histórico ele não tem a finalidade de oferecer respostas prontas a perguntas previamente elaboradas. Todavia, é sabido também da intencionalidade existente por trás de uma produção. Há alguns critérios a serem observados como o lugar de produção, o público destinado, quem patrocina etc. O estudo da imprensa, neste sentido, requer saber que ela está atrelada a seu tempo histórico e é preciso, ainda, observar elementos extrínsecos ao texto. A percepção destes elementos não detectados num primeiro olhar só se faz possível quando mergulhamos para ver com mais clareza e profundidade. Assim, é importante atentar para o *Correio Santanense* como veículo de informação, cuja produção parte de um sujeito que pensa cada palavra e cada texto, articula ideias e forma opiniões. Deste modo o jornal, parafraseando François Sirinelli, “é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro de sociabilidades” (*apud* LUCA, 2005, p. 140). Nele se projetam ideias e se criam relações afetivas e efetivas com o leitor a partir de uma ordenação e seleção determinada do que é considerado importante para o conhecimento deste último.

O *Correio Santanense* foi fundado em 26 de janeiro de 2002¹¹ por Manoel Rosa Filho (Manoelzinho Canafistula), responsável pela direção e edição do jornal, encerrando suas atividades em dezembro de 2005. Contando com a ajuda de colaboradores ligados à educação e à cultura de Santana do Acaraú, o *Correio* circulava mensalmente. Dentre seus colaboradores estavam a professora Ana Silvânia Gomes, o artista plástico Audifax Rios, o ambientalista João Batista do Espírito Santo. Manoel Rosa participa de forma ativa na sociedade santanense, fiscalizando o poder público e denunciando atos ilícitos cometidos pelas administrações municipais. É jornalista profissional desde 1996, professor, radialista, empresário de serviços, líder comunitário e estudantil. A capacidade de comunicação e a desenvoltura nas funções que assumiu contribuíram para que ele se destacasse na cidade, alcançando a suplência de vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) durante uma legislatura, ligado ao grupo opositor a Chagas Vasconcelos. Foi também convidado a participar de pastas ligadas à cultura, juventude e desporto na prefeitura municipal em diferentes administrações. No último pleito eleitoral, em 2016, Manoel Rosa disputou a prefeitura pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB), em oposição a enfermeira Edlúcia Arcanjo (PCdoB) e ao servidor público federal Marcelo Arcanjo

¹¹ A escolha da data foi previamente pensada por ser esta a data da abolição dos escravos em Santana do Acaraú, em 26 de janeiro de 1884.

(PMDB), antigo aliado de Chagas Vasconcelos. Alcançando o terceiro lugar na contagem dos votos, Manoel Rosa Filho foi derrotado por Raimundo Marcelo Arcanjo.

Em nota na edição de agosto de 2003, intitulada *a identidade do nosso jornal*, Manoel Rosa expõe a ideia do periódico:

A logomarca do CORREIO SANTANENSE foi inspirada nas inscrições rupestres encontradas no Serrote da Rola, ao sul do município de Santana do Acaraú. São detalhes da “Pedra dos letrados”, e é de uma tipologia simples que pretende dar a ideia de comunicação. É a história de Santana tatuada na rocha, como é a intenção do nosso informativo. Escrever ao longo do tempo a luta e a glória do nosso povo. Seu passado, suas reivindicações, suas realizações. A concepção da marca é do artista plástico santanense Audifax Rios (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 3).

Figura 2 – Logomarca do Correio Santanense.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

A ideia de criar um jornal como veículo de informação e por meio do qual se escrevessem capítulos da história de Santana do Acaraú partiu de Manoel Rosa¹². A empreitada teve poucos recursos financeiros, requerendo de seu criador sacrificar parte de suas dispensas pessoais em prol da manutenção do jornal. Parte de um trabalho autônomo e autoral, o *Correio Santanense* tinha na figura de Manoel Rosa o diretor, editor, repórter e redator, além de cuidar das vendas e distribuição do periódico. Numa conversa com Manoel Rosa, ele nos revelou que o jornal conseguiu alcançar 12 estados brasileiros e angariar importantes assinantes. Antes de expressar ou defender uma ideologia, o *Correio Santanense* parece se propor a ser uma espécie de relicário, de salvaguarda da memória, mesmo não sendo esta a função precípua de um jornal. Ademais, à medida que guarda a memória, o jornal também a inventa e a sacraliza.

¹² Em 2004, Manoel Rosa Filho em parceria com alguns de seus colaboradores criou a Associação do Movimento Integrado da Renovação Humanitária e Cultural – AMIRHC, que a partir dali seria a responsável legal pelo jornal. A ideia de criar uma entidade mantenedora era ter uma pessoa jurídica legalmente constituída, a fim de evitar possíveis transtornos, represálias ou algo neste sentido.

Observar os temas tratados no jornal e o teor de seu conteúdo auxiliam-nos na investigação da sua materialidade como documento histórico. Tais elementos corroboram o público ao qual o periódico deseja atingir. Em virtude disto, as temáticas abordadas no *Correio Santanense* são de natureza informativa em sua maioria, com reportagens de conteúdo político e alguns traços do cotidiano da cidade. A divisão dos temas em certa medida obedece ao grau de importância de determinados fatos. A edição de agosto de 2003, por exemplo, dá centralidade à morte de Chagas Vasconcelos apresentando rapidamente a biografia do político e o destaque para as homenagens a ele nas páginas centrais do periódico. As temáticas variam desde informativos da justiça, notas policiais, textos religiosos, crônicas diversas e pequenas notas de acontecimentos de municípios circunvizinhos.

Dos aspectos efetivamente materiais do *Correio Santanense*, o formato segue o tamanho tabloide (280 x 430 mm), adotado por considerável parte dos jornais no Brasil e no mundo pela sua popularidade entre os leitores. O *Correio* organizava-se em 12 páginas, destas, a capa e as páginas centrais dedicavam boa parte do espaço para os anunciantes. Estes últimos distribuíam-se, principalmente, entre lojas de perfumaria, farmácias, postos de gasolina, pequenas mercearias, distribuidoras de gás e escolas particulares. O jornal era vendido ao preço de R\$ 1,50 e contava também com algumas assinaturas, conforme já mencionamos.

A linha editorial – política predeterminada pela direção de um meio de comunicação ou empresa responsável por ele – adotada pelo *Correio Santanense* estava diretamente relacionada com os modos de percepção e significação do mundo de seu editor. As temáticas partiam, neste sentido, da escolha e seleção do próprio Manoel Rosa Filho, que dirigia e editava o *Correio Santanense*. Durante uma conversa, o diretor do jornal fez questão de ressaltar a não vinculação do periódico a quaisquer instituições públicas ou privadas. Segundo Manoel Rosa, era publicado tudo aquilo cuja importância era relevante para o conhecimento da população. Apreender este processo interno de gestação e fabricação do conteúdo do jornal (notícias, reportagens etc.) implica no cuidado ante a complexidade de sua feitura. Vejamos, por exemplo, um jornal de grande porte no qual existe por trás um grupo pensando, uma pluralidade de ideias e interesses ora em convergência ora em conflito. Poder-se-ia dizer, decerto, no caso do *Correio Santanense*, que analisá-lo seria tarefa fácil visto a existência de uma única pessoa pensando e produzindo o jornal. Em comparação a qualquer outro jornal de grande porte, até poderíamos considerar esta hipótese, todavia nos deparamos ante outra problemática: a complexidade de lidar com a visão de mundo de um sujeito. Tal problemática nos conduz a questionar como este pensamento, a princípio unívoco, está sendo processado, articulado e reproduzido.

O olhar sobre os modos de fazer do jornal – conteúdo e forma – nos permite acessá-lo

em sua estrutura material e documental. A observância destes elementos impede de sermos seduzidos por uma aparente transparência, objetividade e verdade que as notícias, reportagens e demais elementos linguísticos do texto jornalístico possam oferecer. As benesses e os reveses da dúvida acompanham, ou pelo menos devem reger, nosso ofício. Ver o documento é um processo cujas sensações envolvidas são múltiplas. Inquietude, incômodo, dúvida, perplexidade, estranhamento oscilam no ato de ver em história. Os documentos são, neste sentido, “vozes exigentes e portadoras de uma dívida a pagar” (HARTOG, 2017, p. 224), dívida essa cujos credores pertencem ao mundo dos mortos. Ver e ouvir tais vozes é revisitar uma temporalidade distante da nossa. Atravessá-la, diz-nos Hartog, é “transgredir deliberadamente a fronteira entre o passado e o presente” (*idem*).

De fato, a proximidade¹³ com o tempo histórico no qual se deu a existência do *Correio Santanense* é uma problemática a ser enfrentada por alguns, pois tal proximidade poderia supor uma análise desprovida da devida criticidade. A noção de tempo presente a partir disto necessita de uma reflexão no que diz respeito à própria noção de tempo. O que estamos categorizando enquanto tempo histórico? Teria o passado um ponto de partida previamente estabelecido? Lidar com um tempo cada vez mais próximo a nós não nos expurga de um exercício de crítica, pelo contrário, a aproximação exige de nós um rigor ainda maior. A transgressão da fronteira entre passado e presente, como bem disse François Hartog, abre caminhos para chegarmos ao tempo do acontecimento que não é apenas na medida em que ele se dá em sua brevidade e fluidez, mas também um tempo que é “social, pontuado por ciclos, conjunturas, estruturas e crises” (2017, p. 176). A apreensão deste tempo socialmente construído, em certa medida, diz da maneira como os historiadores o devem perceber em sua complexidade, observando rupturas e desvios. O tempo da notícia, do texto jornalístico, é o do instante do acontecimento, por muito saturado de urgências. No entanto, a nomeação de um acontecimento é ponto incontornável, nesta encruzilhada que nos leva à crença de que ele, em si, está localizado no passado.

As questões ora observadas perfazem uma análise mais sistemática do *Correio Santanense* em vista de traçar um perfil deste enquanto instrumento de circulação de ideias, desejos e vontades. A imprensa, neste caso a escrita, para além de sua função social de veículo de comunicação, revela-se como instrumento de controle. De certo modo há um controle sobre

¹³ François Hartog propõe medidas de como os historiadores devem se portar ante a este “excesso de presente”. De acordo com o autor: “[...] uma boa maneira para o historiador de se fazer contemporâneo do contemporâneo é começar por questionar a evidência massiva de seu contemporâneo [...]”. Questionar, inquirir e analisar um tempo demasiadamente próximo de nós requer um trabalho de conhecimento sobre ele, estabelecer uma proximidade que desencadeie no posterior distanciamento necessário. Ver HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 37.

a verdade, sobre o que está sendo vinculado e aceito como verdade. Neste sentido, a não vinculação do *Correio Santanense* a quaisquer instituições públicas ou privadas não o isenta de ser o um espaço onde se articulam e se exercem relações de poder. O jornal, portanto, pode ser visto como um dos mecanismos direcionados à produção das verdades.

Mesmo não mantendo associação a empresa ou grupo midiático, o *Correio Santanense* partiu das aspirações pessoais de um sujeito. O jornal representava, assim, um projeto de Manoel Rosa Filho, exprimindo sua visão de mundo, atribuindo sentidos e valorações aos ideais por ele defendidos. Ao observar os editoriais de diferentes edições do *Correio Santanense*, é possível identificar as balizas que estruturam o pensamento de seu idealizador. No editorial de agosto de 2003, por exemplo, ele finaliza uma série de exortações a respeito do futuro reservado à Santana em decorrência da perda de Chagas Vasconcelos, mencionado no texto como estrela de primeira grandeza. Em tom de advertência, balizadas na moral cristã, as metáforas utilizadas no texto fazem alusão à morte de Chagas Vasconcelos como uma ruptura na ordem cósmica, prenúncio de tempos apocalípticos. O editorial traz-nos à reflexão de como a visão de mundo do editor do jornal estava balizada na moral religiosa, atrelada à crença messiânica de um salvador, cuja perda fora letal para a cidade. Tais elementos, decerto, não eram impedimento para que o editor do *Correio Santanense* tecesse críticas à política municipal, cobrasse ações do poder público e levasse informação a seus leitores. Entretanto, analisar estes pormenores coloca em evidência matizes de um pensamento, as aspirações de um sujeito em seus contornos oscilatórios ora libertário ora filiado a uma postura conservadora.

Problematizar as filiações de um pensamento é importante na investigação do documento, pois em se tratando do jornal, há um público para o qual ele é destinado. Em certa medida, a conduta assumida pelo editor pretende associar-se aos padrões sociais de seus leitores e assinantes. Isto não elimina, decerto, sua capacidade de fazer leituras críticas e assumir posturas que venham a causar possíveis incômodos. O que está em evidência é a existência de um “jogo de cintura”, estratégias não perceptíveis a olho nu, mas que dizem dos jogos de poder e verdade que se exercem.

O *Correio Santanense*, com os poucos recursos de que dispunha, conseguiu manter-se até dezembro de 2005. Durante o período de sua atividade, importantes acontecimentos da política de Santana do Acaraú tiveram visibilidade. Dentre estes, o processo de cassação do prefeito José Aldenir Farias e mais quatro vereadores, instaurado em 2003 e concluído em 2004. O processo em questão, cuja análise se dará no tópico 2.3, instaurou-se inclusive a partir de uma denúncia de irregularidades na administração pública formulada pelo próprio Manoel Rosa Filho. O Correio, nesta senda, teve sua participação como espaço de articulação de denúncias e

como instrumento de fiscalização do Executivo e do Legislativo municipais. Dessa forma, entrou para os registros dos poucos jornais que circularam em Santana do Acaraú. Ademais, coloca-se diante de nós esta problemática da escassez de fontes em se tratando, especialmente, de períodos anteriores à existência do *Correio Santanense*. A carência de documentação extraoficial dificulta estabelecermos uma análise mais precisa de momentos mais remotos da história de Santana do Acaraú. As atas, registros oficiais, são os poucos e áridos materiais à disposição dos pesquisadores na cidade. Em tempo, importa ressaltar que a materialização desta pesquisa em tela foi possível pelo nosso acesso às documentações pessoais, além dos já citados registros oficiais.

Em virtude das questões apresentadas até aqui, trouxemos à reflexão a relação do historiador com o documento. Sem ele, sem as fontes, dificilmente teríamos condições de construirmos representações sobre o passado. O documento não é um dado a priori, um oráculo que ao ser consultado oferece respostas e traça previsões futuras. Em sua materialidade, o documento é ainda o lugar onde se decanta a poeira do objeto, onde aspectos do passado são dados a ler. Perscrutar seus contornos, suas frestas e os demais elementos que dão forma a ele é estar atento à sua fragilidade, no sentido de que não é produzido ingenuamente. É também entender que percebidas estas fragilidades, paradoxalmente, suas potencialidades são evidenciadas.

O documento é uma das possibilidades de recolha e encontro das dispersões para pensarmos essa invenção de Chagas Vasconcelos. Por certo, este sujeito não se apresenta a nós apenas pelo documento, é um conjunto de elementos e mecanismos que dão existência a ele. Captamos este sujeito pelo documento, pela memória e pela história, talvez por estas últimas apresentarem caminhos metodológicos e ferramentas heurísticas mais convincentes ao nosso ofício. Não sabemos decerto se o acesso ao sujeito em suas vicissitudes encontra na história a interpretação mais correta. Atravessá-lo, sob a condução dos fios da narrativa, é um percurso onde dúvidas, questionamentos e incertezas se mostram mais interessantes do que definições e verdades absolutas. A atenção aos limites, nossos e dos documentos, não levam a constituir uma interpretação que seja capaz de pensar um Chagas Vasconcelos fora de sistemas binários. Um sujeito desviante é achado quando o desvencilhamos de estruturas de pensamento pré-determinadas. Acessamos o sujeito ao problematizarmos os modos de sua invenção e constituição como tal. Quais elementos o constituem? A partir de que momento ele é institucionalizado? São problemáticas pertinentes à análise do sujeito.

Não buscamos nestes documentos ora analisados um Chagas Vasconcelos pronto ou uma verdade cristalizada sobre ele. Interessa-nos encontrá-lo e interpretá-lo a partir da

dispersão, dos pequenos começos nos quais sua existência se materializa.

Em virtude disso, buscamos no acontecimento¹⁴ sua singularidade histórica. O panfleto de 1958 é o momento do despontar de algo que começa a se fazer novo, é o “registro” inicial, o primeiro que alcançamos, da invenção do sujeito político Chagas Vasconcelos. O jornal de 2003 é o sujeito maturado, o intervalo entre o tempo de produção entre os dois documentos é também o interesse de nossa análise. O entremeio onde novos acontecimentos emergem junto a discursos que se (re)produzem, ajudam-nos na problematização desta figura de sujeito. O tópico a seguir envereda pela materialização desta imagem a partir de elementos da memória e da história.

2.2 Cidade, memória e luto: o adeus à Chagas Vasconcelos nas páginas do *Correio Santanense*

“Ver a cidade em preto e branco é vê-la por trás das marcas da história: da pátina do que é velho, desbotado e não importa mais para o resto do mundo”.

(Orhan Pamuk, 2007, p. 50)

Istambul: memória e cidade é uma das obras do romancista turco Orhan Pamuk. Ao ler é possível vivenciar as sensações da travessia pela cidade. No percurso narrado em primeira pessoa, Pamuk nos leva pela Istambul de sua infância até chegar à idade adulta. Neste trajeto, sons, imagens, cheiros, pessoas e lugares dizem de uma cidade que evoca e congrega memórias e, de certo modo, estas constroem sua história.

Mas o que tem *Istambul* a nos dizer sobre história e memória? Que relações poder-se-iam estabelecer entre as experiências sensoriais de Orhan por Istambul e nossa relação com Santana do Acaraú? A princípio, as respostas parecem óbvias, visto a abissal diferença entre as duas cidades. Entretanto, há algo em Istambul que nos permite iniciar a travessia por Santana a partir de um dado evento de sua história. A palavra turca *huzun*¹⁵, presente no cotidiano de Istambul e que se relaciona a melancolia, remete-nos à morte de Francisco das Chagas de Vasconcelos. *Huzun*, para os habitantes daquela cidade, é uma espécie de estado de espírito, de como eles sentem e percebem a cidade. Desta forma, procuramos estabelecer a partir da *huzun*

¹⁴ Pensamos o acontecimento não como uma incontestada materialidade. Mas, como sugere Certeau (2011, p. 104), como algo que precisamos imaginar, algo que encadeia e ordena os documentos, algo que nos faz passar da desordem para a ordem.

¹⁵ A apropriação que fizemos do termo é em seu sentido inicial, referente à perda espiritual profunda, à angústia. Segundo Pamuk, o termo fora utilizado inicialmente pelo profeta Maomé depois da perda de sua esposa. Contudo, vale salientar que a *huzun* ganha outras conotações ao longo do tempo não se associando apenas à perda espiritual ou à morte.

uma ligação entre a cidade de Santana do Acaraú e a morte do político Chagas Vasconcelos. A melancolia advinda da perda nos diz de uma cidade em luto e em luta. Na cidade, lamenta-se pela morte de um de seus habitantes e, a partir deste episódio de 24 de agosto de 2003, se inicia a luta pela memória dele.

A melancolia¹⁶ a qual nos remetemos não pode tão somente ser atribuída a um sentimento de perda ou tristeza. Para além de uma perspectiva saudosista ou mesmo piegas, estão as relações com a memória e com a história. Entendemos, nesta perspectiva, os limites e fronteiras que se estabelecem entre estas duas. A memória, quando tomada como objeto pelo historiador, pode ser pensada conforme destaca José D'Assunção Barros:

[...] como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos. A Memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte” no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser Social a cada instante (2009, p. 36).

Pensando nesta dimensão da memória como território e, portanto, espaço de disputas, dialogamos com as ações impetradas da morte de Chagas Vasconcelos. Posteriormente à sua morte passa a existir uma série de ações a fim de perpetuá-lo na memória política de Santana do Acaraú. O movimento em questão mobilizou os grupos, inclusive adversários, a apropriarem-se de sua memória como instrumento para angariar votos em suas campanhas eleitorais.

O acesso às narrativas que dão materialidade a esta figura de sujeito e, por conseguinte, a este movimento pós morte, é possível pelo contato com o documento. Problematizado anteriormente, o percurso no e pelo documento possibilita-nos o encontro com esta memória que se pretende salvaguardar. Nesta senda, é possível identificar o quanto estas ações são pretensiosas a partir de quando há um grupo lutando, ainda que (in)voluntariamente, pela guarda desta memória. Amigos, correligionários e, principalmente, antigos eleitores de Chagas Vasconcelos dão existência a este grupo que mantém “arquivados” em suas gavetas e baús velhos, retratos, cartazes, santinhos, CD's e objetos guardados junto com a lembrança de tempos saudosos para seus admiradores¹⁷. Deste modo, a problematização destas ações, assim

¹⁶ Esse sentimento, de certo modo compartilhado pela perda, pode ser associado aos modos de percepção que temos sobre a cidade, às memórias evocadas no olhar sobre ela. Neste sentido, historicizar a melancolia permite aprendê-la a partir das relações entre memória e história, observando também as lutas da lembrança contra o esquecimento.

¹⁷ Para Febvre, a história é preconcebida, porém não arbitrária. Escolhemos, selecionamos, separamos coisas. Ser historiador consiste em pensar que os fatos são uma fabricação nossa, fruto de escolhas. Portanto, é imprescindível

como da memória de Chagas Vasconcelos dentro da perspectiva de uma memória partilhada que o fabrica e o (re)inventa, também permeiam as pretensões deste estudo.

O dia 24 de agosto de 2003 irrompe em Santana do Acaraú como prenúncio de uma reviravolta no cotidiano de sua política. Somados à perda de Chagas, estavam os abalos provocados pelos escândalos envolvendo a administração pública, assunto sobre o qual trataremos mais adiante. Consoante a estas considerações, as ações, ritualizadas ou não, na morte de Chagas Vasconcelos, estão envoltas num discurso coletivo, numa série de dizeres que, aos poucos, materializam uma imagem, constroem uma figura de sujeito, um lugar de existência onde Chagas habita e existe.

Nesta perspectiva de invenção deste sujeito, há meios pelos quais o passado se materializa, ou mesmo se monumentaliza. No nosso caso, o jornal *Correio Santanense* constitui-se como lugar de materialização de um esboço do passado a partir de um processo de fabricação, de operação que a história é capaz de dar conta. Assim, pelo seu conhecimento e trato com sua primordial matéria prima, o tempo, o historiador tem o poder de flertar com o passado fazendo dele acontecimento, comemoração e monumento. É pela relação de domínio estabelecida com o tempo, conhecendo suas artimanhas, que o historiador sabe como acontecimentalizar” (DUARTE *et al.*, 2017, p. 12). Tal façanha reflete na capacidade deste profissional em tornar importante aquilo que para uma boa parte das pessoas não tem tanta relevância. É o que tentamos fazer ao trazer à tona o evento da morte de Chagas Vasconcelos. Nossa urgência em arrumar os fatos diz de nossa propensão em comemorar, de certo modo não conseguimos pensar e agir fora de encaixes e estruturas de tempo. Por fim, à acontecimentalização e à comemoração junta-se a monumentalização, nisto, “com um tanto de condescendência, a sociedade assiste à ereção de monumentos como se eles, por si, significassem um cuidado com nossa memória coletiva, como se garantissem a salvaguarda de destacados pedaços do tempo, do que nos fez ser o que somos” (*idem*, p. 13).

Seguindo nesta operação de monumentalização do passado, a edição de agosto traz na capa elementos que nos permitem transitar por estas ações ritualizadas nas quais identificamos os trabalhos para conservar a memória de chagas, conforme sugere a imagem a seguir:

pensar as relações entre nós e nossas escolhas, entender que o objeto emerge do diálogo entre o historiador, seus métodos e suas fontes. Ver FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Editora Presença, 1989.

Figura 3 – Edição do Correio Santanense em homenagem a Chagas Vasconcelos.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2018).

Resultado do processo descrito acima, a edição de agosto de 2003 do Jornal *Correio Santanense*, somado a uma série de outros dizeres, elegem qual a memória de Chagas Vasconcelos que deve ser salvaguada. Isso posto, é importante ressaltar estas ações como sendo partilhadas por uma memória coletiva que lhes emprega sentido e as legitimam. Desta forma, a memória coletiva

[...] é uma representação narrativa, ou seja, um relato que um grupo possui de um passado que, para alguns dos membros que o integram, se estende mais além do horizonte da memória individual. O que se acha mais além da memória individual inclui não só acontecimentos que ocorreram antes do nascimento de alguns e que, portanto, não podem ser propriamente recordados, mas também acontecimentos que foram contemporâneos para outros, mas que estiveram fora de sua experiência individual (MUDROVIC, 2009, p. 104).

Neste espectro, o editorial do *Correio Santanense* nos aproxima do universo da memória coletiva de parte dos habitantes de uma cidade, cujos interesses, sonhos, desejos, de algum modo puderam ser associados à imagem de Chagas e que lutam para manter e resguardar sua memória. Embutido de um saudosismo milenarista, o editor e proprietário do jornal, Manoel Rosa Filho, expressa a natureza da perda que Santana experimentava naquele momento:

A morte de Chagas Vasconcelos foi um golpe letal para milhares de santanenses que viam nele a esperança de um futuro melhor, a morte de Chagas Vasconcelos foi

prevista na edição de março do *Correio Santanense*, quando publicamos em nosso editorial que no futuro próximo Santana seria surpreendida pelo desaparecimento de três estrelas¹⁸ de destacada grandeza do firmamento do universo de Santana do Acaraú. Chagas Vasconcelos foi a primeira estrela a desaparecer, o cumprimento com precisão sinistra do desaparecimento das outras estrelas trará como consequência mudanças radicais na história e na realidade, inclusive geográfica do município (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 3).

A expressão “golpe letal” salta aos olhos pelo seu eminente paradoxo suscitado. Chagas Vasconcelos representava neste período a já surrada política assistencialista de três décadas como mandatário local. Todavia, o contexto no qual sua morte ocorrera o recolocava como possibilidade de “mudança”, conforme sugere o editorial de agosto de 2003. A cidade vivia um momento insólito de sua história. A administração pública estava mergulhada em escândalos de corrupção, com uma enxurrada de acusações contra o chefe do executivo municipal à época, José Aldenir Farias¹⁹. Ainda não se tinha presenciado em Santana do Acaraú um movimento neste sentido de trazer às claras os atos ilícitos do executivo e também do legislativo, uma vez que as acusações recaíam em alguns dos vereadores daquela legislatura.

A par e ativo na vida política do município, Chagas Vasconcelos em seus últimos meses de vida tecia críticas à situação vivenciada por Santana.

Entre suas últimas participações na tribuna livre da Câmara Municipal declarou veementemente seu repúdio e sua preocupação em relação aos atos praticados pela atual administração municipal e demonstrou claramente seu descontentamento por seu desafeto político José Aldenir Farias, que no passado chegou a lançá-lo como seu candidato a prefeito, mas sentiu-se traído quando o empresário Farias resolveu apoiar seu adversário político João Ananias na famosa urna 45²⁰ do Sapó. (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 3).

Aldenir Farias fora o exemplo da inconstância e volatilidade de um político. Distante de um alinhamento ideológico-partidário definido, seu governo era o reflexo dessas instabilidades.

¹⁸ As outras duas “estrelas”, às quais faz menção o editor, são os políticos José Ananias Vasconcelos (1927-2004) e José Arcanjo Neto (1919-2004). Ao lado de Chagas Vasconcelos, os dois protagonizaram as teatralizações do poder por três décadas. Os três permaneceram juntos até 1958, quando Chagas Vasconcelos chega à prefeitura de Santana do Acaraú pela primeira vez. Após desentendimentos, José Arcanjo Neto se sente desassistido pela administração de Chagas Vasconcelos e rompe com ele. Desta feita, de 1958 até 1988, José Arcanjo disputou ferrenhamente o eleitorado santanense contra Chagas Vasconcelos e José Ananias, que permaneceu aliado de Chagas até 1988.

¹⁹ Após uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério Público, Farias foi acusado de uma série de irregularidades. Entre estas estavam: o uso de notas fiscais frias, desvio de verbas do ICMS e tentativa de fraude no Fundef. As denúncias levaram ao afastamento do prefeito por duas vezes, uma em julho e outra em novembro de 2003 (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, Caderno online, 24 nov. 2003).

²⁰ O episódio da urna 45 ocorreu no processo de apuração nas eleições de 1996 no distrito de Sapó, distante 8km da sede do município de Santana do Acaraú. Na ocasião, disputavam a prefeitura Chagas Vasconcelos (PMDB), tendo como vice José Aldenir Farias, contra João Ananias Vasconcelos Neto (PSB). À época, o processo de votação dava-se por intermédio de cédulas, na apuração, um dos fiscais ligados ao grupo de João Ananias violou o lacre da urna fazendo com que, posteriormente, os 310 votos ali contidos viessem a ser impugnados. O distrito em questão foi um dos principais redutos eleitorais de Chagas Vasconcelos, portanto, com o episódio de impugnação da urna, João Ananias vence aquela eleição por uma pequena diferença (SILVA, 2009, p. 124-127).

Em 1992 foi candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com apoio e indicação de Chagas Vasconcelos num momento em que a força política de Chagas já se esvaía. No episódio da urna 45 do Sapó, já em 1996, rompe com Chagas Vasconcelos e se alia a João Ananias, e com o apoio deste se elege prefeito de Santana em 2000. Pouco depois, Farias também rompe com João Ananias enquanto a cidade beirava o caos político pelos recorrentes escândalos envolvendo sua administração. Manter-se incólume ante as armadilhas provenientes dos jogos pelos quais circula e se movimenta o poder é, decerto, impensável. De alguma forma, a perspicácia e a ardisosidade exigidas pelos jogos da política ajudam a criar táticas e esquivar-se das armadilhas. A capacidade de articulação é também imprescindível e, parece, que nesse jogo Aldenir Farias saiu em desvantagem e por isso perdeu.

A administração de José Aldenir Farias transformou-se num jogo de pingue-pongue, por duas vezes foi afastado do mandato no ano de 2003 sendo substituído pelo vice Antônio de Pádua Arcanjo. Na sessão da Câmara Municipal de Santana do Acaraú do dia 21 de junho de 2003, o jornalista Manoel Rosa filho, proprietário e editor do *Correio Santanense*, dá início a série de denúncias contra o prefeito: “Foi apresentado também denúncia do cidadão santanense Manoel Rosa Filho, apresentando irregularidades contra o Exmo. Sr. Prefeito municipal José Aldenir Farias adunado de provas, onde requer a constituição de uma comissão processante de inquérito para a apuração das denúncias” (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 21 jun. 2003, p. 40).

Meses antes das denúncias formais apresentadas ao legislativo por Manoel Rosa Filho, em tom crítico e quase profético, Chagas retrucava na tribuna livre da câmara municipal:

Em seguida, falou o Sr. Francisco das Chagas Vasconcelos. Iniciou falando que ao ouvir o último orador se perguntava quem foi o responsável pela ida do prefeito atual à prefeitura de Santana do Acaraú. Afirmou que ele não foi, pois, havia alertado ao povo de Santana para o risco que Santana corria em eleger o atual prefeito. Mas infelizmente o Chagas Vasconcelos não foi ouvido e o prefeito está aí a praticar os maiores desatinos. Comentou a notícia que estampava o Diário do Nordeste do dia 26 de abril, trazendo a relação dos municípios com maior taxa de mortalidade infantil. Enfatizou sua revolta e tristeza em ver sua Santana no 5º lugar de mortalidade infantil do Estado do Ceará. Falou da gravidade desse dado e solicitou que os vereadores meditassem sobre essa informação, e que se faça alguma coisa. Deu um Chega na mesa diretora dessa casa, por redigir o projeto de lei que trata dos subsídios do prefeito, vice e secretários baseado na associação dos prefeitos que não se louvou na sua assessoria jurídica, não ouviu o parecer do assessor jurídico (*idem*, p. 26).

O ar de ressentimento por não ter saído vitorioso no pleito de 2000 paira sobre o pronunciamento de Chagas Vasconcelos. A relação ufanista com Santana, que perfaz toda a sua trajetória, está sublevada em sua indignação com os atos do prefeito Farias e os problemas sociais enfrentados pela cidade. Prefeito este forjado dentro de seu grupo político, formado nas

entranhas do sistema que o mantivera como mandatário político em Santana do Acaraú por três décadas. Chagas estabelece uma relação de pertença com sua terra natal rente a um pai e sua família, resquícios de um paternalismo ainda não vencido, de um mandonismo incrustado na figura do chefe ou mandão.

Diante do contexto político onde a morte de Chagas Vasconcelos se dá, retomemos as questões acerca da necessidade de salvaguardar e perpetuar sua memória. Neste sentido, as ações pensadas a partir da edição do *Correio Santanense* dizem de uma preocupação em organizar um conjunto de lembranças, que de alguma forma (re)inventam e materializam uma imagem de Chagas Vasconcelos. Afinal, “toda sociedade define o que se pode ou se convém dizer, e como e quando (critérios de dizibilidade), ou recordar (critérios de memorabilidade) ou, ainda, ver e figurar (critérios de visibilidade/figurabilidade)” (MENESES, 2009, p. 457). Vejamos, a partir de tais critérios, como o teor dos depoimentos, publicados na edição rememorativa da morte de Chagas, convergem para um mesmo sentido. Começemos com Raimundo Marcelo Arcanjo, para quem Chagas Vasconcelos:

[...] renunciou à vida, à família e às paixões, pela dedicação a sua terra. Enfim sua vida política foi marcada pela intensa dedicação ao povo santanense, principalmente aos mais humildes e desamparados. No mundo não houve ninguém igual, ele foi brilhante em tudo que fez. Deixou Santana órfã de um grande pai (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 07).

Decerto as homenagens que compõem o *Correio Santanense* na edição de agosto de 2003 partem de pessoas já previstas para um momento como esse. Entretanto, é interessante, ainda que a partir da obviedade, perscrutar como essas narrativas vão tomando forma, como as peças deste mosaico se incrustam. Dessa forma, o trecho supracitado compõe também parte dos elementos discursivos nos quais se fundou a imagem do sujeito Chagas Vasconcelos.

O discurso da pobreza, dos preceitos paternalistas e da importância da família dentro deste sistema de base patriarcal são repetidos com frequência nestas homenagens. A figura do pai como protetor dos desvalidos e justiceiro destes é reiterada no depoimento a seguir, de Solange Holanda:

Chagas foi um incansável defensor de todas as pessoas humildes, de todos os réus pobres, de todos os marginalizados de Santana do Acaraú. E como defensor incansável eu acho que ele representou muito bem o que a justiça quer na aplicação das leis, dando assistência jurídica de um profissional qualificado, responsável, cuidadoso e zeloso com o seu cliente por mais humilde que ele fosse, e a gente sabe que ele não recebia nada por isso (*idem*).

As falas supracitadas são peças de um mosaico, embora incompleto, que homenageiam Chagas Vasconcelos. Os dois últimos trechos fazem referência a dois depoimentos. O primeiro

do Presidente da Câmara Municipal à época, Raimundo Marcelo Arcanjo e, o segundo, da juíza da Comarca de Santana do Acaraú, Dra. Solange Menezes Holanda. Ambos reverberam um discurso peculiar a Chagas, ressaltando a propensão daquele aos desassistidos pelo poder.

É preciso refletir a partir dessas narrativas, que segundo Foucault (1996, p. 22) “se contam, se repetem e se fazem variar” um conjunto de ações ritualizadas que operam para que determinados discursos sejam conservados, e que decerto constroem uma imagem de sujeito (*idem*). Esta série de dizeres põem Chagas Vasconcelos num pedestal, sendo preciso e importante problematizar como se deu o complexo processo de invenção deste sujeito. A história, neste sentido, busca interpretar não o que as coisas são, mas como chegaram a ser o que são. O historiador tem interesse no percurso, no *modus operandi* e para a realização da travessia guia-se pelos fios da narrativa, percorrendo os labirintos do tempo.

Das idiossincrasias que representam uma imagem de sujeito, neste caso Chagas Vasconcelos, os depoimentos anteriores perfazem um caminho de enaltecimento da disposição dele em assistir aos mais humildes. O assistencialismo é parte integrante do fazer político de Chagas Vasconcelos. Sua residência era identificada em Santana do Acaraú pelo aglomerado de pessoas, doentes em sua maioria, que aguardavam serem atendidas por ele. Vasconcelos fazia questão de pessoalmente encaminhar essas pessoas até Sobral ou Fortaleza para receberem cuidados médicos.

O hospital de Santana era da oposição. Então a solução era transportar doentes para Sobral e Fortaleza com os riscos possíveis. Assim também conduzia os loucos, o que aos poucos virou praxe. Ele mesmo levava em seu transporte (gostava de dirigir) uma lotação de doidos e enfermos, constantemente para a capital. E outro exercício que se tornou rotineiro, devido também a sua profissão de advogado, foi soltar presos. O que gerou uma certa impunidade estabelecida que motivava os meliantes a reincidirem no crime. Ganhou com isso um apelido no seio do partido: delegado de Santana do Acaraú (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 07).

O trecho sugere a forma como Chagas Vasconcelos jogava com o assistencialismo a seu favor e como este lhe dava poder. Neste sentido, transportar os doentes para Sobral ou Fortaleza não era solução, e sim uma opção. Chagas poderia, diante do controle da oposição sobre o hospital, denunciar, usar seu poder para dialogar, mostrar a separação entre público e privado. Contudo, optou por reproduzir um sistema do qual era também partícipe.

Com consolidada carreira na advocacia, a assistência aos conterrâneos, como costumava dirigir-se aos santanenses em seus discursos, não se limitava à oferta de condições para que as pessoas tivessem acesso a cuidados médicos, mas também em assistência jurídica. Nesta perspectiva, o trecho infere uma crítica à prática do assistencialismo, que em certa medida burla e extrapola os limites da lei. Se por um lado, a propensão de Chagas em oferecer assistência

jurídica àqueles cujo poder aquisitivo era parco fora vista como ato de solidariedade, por outro contribuía para que estes sujeitos não tivessem preocupação caso reincidissem no crime.

O depoimento da juíza de Santana do Acaraú à época da morte de Vasconcelos, Solange Menezes, citado anteriormente, demonstra o enaltecimento da figura do advogado que ao longo de sua carreira agregou para si o epíteto de “advogado dos pobres”. Vejamos a seguir relato de um dos casos defendidos pelo advogado:

Um dos trunfos do Dr. Neném era a oratória. Com ela, arvorou-se do título de “advogado dos pobres”. Substituiu Quintino da Cunha no afã de comover os jurados, com o mágico poder da palavra. Contou-me certa vez que foi defender um réu no Acaraú o qual havia assassinado barbaramente um desafeto ocasional. Diante de tão perverso crime, sem nenhum motivo para uma defesa apelou para os sons do sino da igreja, ao cair da tarde, em chamada para a benção. Então, apelou para a poesia. Falou em nome da liberdade que aquele caboclo tinha quando ia com a namorada para a novena de Almofala. Tudo invenção. Uma mulher, componente do júri, chegou às lágrimas comovendo o restante do júri. Chagas absolveu o réu com a contagem de sete a zero (*idem*, p. 03).

Diante dos elementos que se sobressaem desse trecho, vale ponderar as brechas abertas pelo texto e que nos fazem tratá-lo com olhar mais acurado. Para o historiador Carlo Ginzburg, a presença de fendas no texto nos alerta que de suas “fissuras, sai algo inesperado” (GINZBURG, 2002, p. 98). Em se tratando da oratória, um dos artificios de Chagas Vasconcelos, é elementar perceber que por trás desta está “uma voz diversa, uma voz dissonante e não domesticada: uma voz estranha, que provém de um lugar situado fora do texto” (*idem*, p. 99). Há, neste sentido, um público diante do qual esta oratória tem uma funcionalidade e uma receptividade. Por intermédio da oratória, um dos meios pelos quais se manifesta a retórica, as palavras de Chagas Vasconcelos são legitimadas diante dos que vivem à margem da sociedade. Para estes, seu discurso desperta fascínio a ponto de não quererem ou não poderem questioná-lo.

Chagas sabia trafegar pelos dois ofícios, o de advogado e o de político. A experiência nos tribunais fora muito bem agregada, diga-se de passagem, ao fazer político de Chagas Vasconcelos. Seus pronunciamentos ou suas ações para com seus eleitores, correligionários e adversários eram pensadas estrategicamente tal qual se prepara o arraçoado de defesa de um réu. Para Antoine Prost, “as maneiras de falar não são inocentes; para além de sua neutralidade revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade transformando-a” (PROST, 1988, p. 312). Nesta perspectiva, o texto citado insinua que Chagas era o sujeito que fazia coisas para ajudar as pessoas, mas que para a sociedade não eram boas.

A série de recordações que preenchem a terceira página desta edição do *Correio Santanense* fazem parte destas ações que estamos discutindo aqui a respeito das múltiplas

facetas de Chagas Vasconcelos. Da motivação desta página, Manoel Rosa Filho argumenta: “durante a viagem para seu funeral, acompanhando Barros Pinho e Iranildo Pereira, fomos recordando aspectos da sua trajetória política, seu carisma, seu desapego aos bens materiais. O que motivou essas lembranças” (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 03). Depreende-se desse contínuo movimento de afirmação memorial, a indicação de onde e como essa memória vinha sendo criada, monumentalizada. Isto nos leva a refletir numa espécie de “saturação da memória”, pois,

[...] agora, a memória está externalizada, artificializada, é uma espécie de memória vicária, à falta da original e espontânea, e por isso se compõe de restos, vestígios. Aquele “ambiente de memória” (*milieu de mémoire*) que envolvia os indivíduos se transformou em “lugar de memória”, ponto de condensação, de atividade gravitacional da memória, com sentido material, simbólico ou funcional, condição e matriz de memória (MENESES, 2009, p. 450).

De certo modo, esses dizeres memoriais repetidos pelo *Correio Santanense* transformam-no em lugar de memória. Assim, como o panfleto de 1958 serviu de ponto de inflexão para a existência do jornal, em 2003, o jornal reverberará na fala de outros sujeitos. Deste modo, para Pierre Nora (1993), esses lugares de memória vão do objeto mais concreto aos lugares mais abstratos que se pode conceber. A existência dos lugares de memória, nesta concepção, parece dizer que: da impossibilidade de se ter a memória como experiência vivida, criam-se artifícios para a materialização desta, congregando-a em lugares específicos. É possível, portanto, pensar o jornal também como esse lugar onde a memória se artificializa e se condensa.

Seguindo nesta linha de pensamento, o modo como o jornal reúne as memórias em torno de Chagas Vasconcelos leva-nos a pensar no critério de seleção utilizado. É pungente a ênfase em características que cristalizam uma imagem de Chagas Vasconcelos, sobretudo em respeito à oratória como talento. É um esforço tanto do editor quanto das pessoas ouvidas para esta edição enaltecer o Chagas advogado, político, partidário e amante da terra natal. Evidentemente, na ocasião da morte de alguém é praxe realizar este necrológio. São estes momentos, quando por ventura aparecem os desvios, oportunos para o historiador, pois que deixam escapar o sujeito em seus deslizes e fragilidades. Podemos constatar estas fissuras, estes desvios no trecho do depoimento do Pe. Geraldinho:

[...] era de boa convivência, Bacharel em direito, Tribuno Cáustico, mordaz e convincente. Por sua eloquência titânica sombreou seus pares na Assembleia cearense. Não consta, na Câmara Federal, ter agido com desenvoltura. Talvez os ‘medalhões’ do Sul o tenham obscurecido. Tivera seus momentos áureos em sala de júri pelo dom da oratória. Defendendo réus, deixou por vezes, o Ministério público em apuros e algum colega a ver navios. Fora o tribuno incansável, Cícero de Roma, em miniatura

e redivivo. Amou o torrão natal, Santana do Acaraú, com extremo carinho. Isto tornou, com o tempo, um tanto quanto provinciano. Embora militando num partido de oposição (MDB) ao regime militar, não teve a postura de enfrentamento à ditadura, no estilo de Luciano Magalhães e Paes de Andrade. Seu forte mesmo fora a liturgia da oratória, dom de Deus, e não dos homens (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 09).

É possível apreender do trecho citado como, sob a capa dos elogios, podem existir críticas. A fala do Pe. Geraldinho, assim como outras já citadas, nos ajudam na compreensão do modo como as críticas a Chagas Vasconcelos poderiam ser ditas de outros modos. Deste tom dissonante causado do depoimento do padre surgem inquietações que suscitam uma percepção diferenciada no relato histórico. Arllete Farge ratifica: “as falas, por momentos, cometem raptos: o que dizem de inaudito, de insólito, de tão particular e estranho desfigura a unidade das semelhanças e arranha, desfigurando-o, o rosto liso da construção histórica” (FARGE, 2011, p. 63). Diante destes raptos, o historiador encontra caminhos para pensar outros modos de arrumar o passado, encontra diferentes maneiras de articular sentidos em torno dos dizeres que se cristalizam em narrativas. Assim, “pode-se então afirmar que a irrupção da fala nas fontes historiadoras é uma sorte, já que traz, por sua estraneidade intrínseca, não apenas à interpretação dos acontecimentos históricos mas à própria fatura do relato” (*idem*).

A atuação partidária mencionada pelo vigário remete a outra face da vida pública de Chagas Vasconcelos. Especificamente à relação com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), PMDB posteriormente, diz muito da trajetória política dele, assunto do qual discorreremos mais no capítulo seguinte. Chagas projetava no partido em Santana do Acaraú uma extensão de si, não porque representasse uma vertente ideológica isolada dentro do partido, mas por transferir a ele a força política que sua imagem representava na cidade. Em um de seus discursos no plenário da Assembleia legislativa na década de 1970, Chagas fez menção ao MDB em Santana do Acaraú como sendo “um estado de espírito”, conforme o trecho a seguir:

[...] confesso a V. Exas. que o que vi agora no dia 15, nunca tinha presenciado na minha vida. As pessoas passaram a noite batendo à porta do eleitor e dando dinheiro para que eles votassem contra mim, e graças a Deus não votaram contra mim, porque em Santana o MDB é quase um estado de espírito, se fosse só o ardor partidário, eu teria perdido a eleição, mas também porque o eleitor recebia o dinheiro e dava “bananas” para aqueles que eles queriam que votassem contra o Dr. Neném (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, Diário do Legislativo, 09 dez. 1976, p. 1004).

Tal estado prolongou-se por décadas na política em Santana, evidenciando a força do personalismo cujo líder sobrepunha-se à própria estrutura partidária. A ligação que Chagas Vasconcelos tinha com o partido foi significativa nas disputas pelos votos do seu eleitorado após sua morte em 2003. Na sessão do dia 06 de setembro de 2003, o presidente do diretório

do PMDB em Santana à época, o Sr. Lucimar Lima, trouxe sua indignação à tribuna livre da câmara municipal: “o último orador foi o Sr. Lucimar de Lima. Iniciou agradecendo em nome do PMDB às homenagens ao Dr. Chagas Vasconcelos. Abordou alguns acontecimentos ocorridos no PMDB, onde pessoas a todo custo estão querendo herdar os votos do Dr. Chagas. Informou que quem vai decidir a vida do partido são os partidários do PMDB e não de outras agremiações partidárias” (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 06 set. 2003, p. 63). Chagas, segundo seus companheiros de partido, representou uma ala histórica do PMDB desde quando este ainda era MDB, nascido do autoritarismo do regime instaurado em 1964.

Segundo o depoimento de Iranildo Pereira, “Chagas foi síntese e referência para o MDB, posso testemunhar sua dedicação, seu compromisso social, o seu espírito público. Nos deixa uma grande lição de amor, fraternidade, compreensão, tolerância e luta pela liberdade” (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 07). A tentativa de enaltecer a associação da imagem de Chagas Vasconcelos à luta pelas liberdades democráticas e como peça importante na oposição à Ditadura de 1964 é reiterada pelo também companheiro de partido, o professor Barros Pinho, para quem

[...] a presença de Chagas Vasconcelos na política cearense foi marcante porque a sua coragem, bravura e determinação fez com que ele enfrentasse os piores momentos da vida política brasileira, que foram os momentos da ditadura (*idem*).

Barros Pinho e Iranildo Pereira foram contemporâneos de Chagas Vasconcelos, o primeiro esteve ao seu lado como segundo suplente na campanha para o senado em 1978, e o segundo foi seu companheiro durante quatro legislaturas na assembleia cearense. Ao lado de Mauro Benevides, Paes de Andrade e o ex prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães, os três fizeram parte do chamado MDB autêntico²¹. Segundo Iranildo Pereira, em reportagem ao jornal o Povo, “o Chagas fazia parte de um pequeno grupo que cunhava a bandeira do MDB e que aos poucos foi se desfazendo. Restam poucos deles. Ele era um político muito fiel e uma pessoa muito correta em tudo que fazia” (JORNAL O POVO, Caderno de Política, 25 ago. 2003, p. 15). Se para alguns Chagas representava uma força opositora e combatente ao regime de 1964, para outros sua atuação fora limitada e de certa forma complacente com o governo dos militares, como pudemos perceber nos comentários do Pe. Geraldinho de Nova Russas. De todo modo, o

²¹ O termo fora cunhado na década de 1970 em reunião de um grupo de parlamentares filiados ao MDB, sob a liderança do deputado cearense Paes de Andrade. O nome fazia menção à postura do grupo para com o regime militar, diferente da ala mais moderada do partido, os autênticos buscavam manter-se fiéis à legenda e às pautas da oposição num enfrentamento mais ferrenho à Ditadura. Acompanharemos com mais detalhes da formação deste grupo no capítulo seguinte.

movimento que se organiza a partir desses dizeres é o de um constructo de uma memória que se pretende hegemônica.

Em se tratando de estudos nos quais a memória aparece como categoria e modo de dialogar com o passado, a cautela do historiador é ainda maior. A memória teatraliza e envolve o historiador, pois, decerto ela é “um teatro pessoal e se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas que podem embaraçar o historiador (FARGE, 2011, p. 78). A apropriação da memória pela história lhe emprega historicidade. A linha fronteira entre as duas é tênue, mas suficiente para embaraçar o historiador a ponto de envolvê-lo caso este se deixe levar pela proximidade afetiva intrínseca às lembranças e aos esquecimentos que permeiam o universo da memória.

A forma como a memória de Chagas Vasconcelos é construída e selecionada dá a impressão da trajetória de um sujeito que protagoniza um monólogo e não abre espaço para coadjuvantes. Entretanto, a narrativa revela outros personagens que, nas teatralizações do poder, deram vida às tramas políticas.

Entre essas personagens que ocupam o cenário político de Santana do Acaraú ao lado de Chagas Vasconcelos, podemos citar o médico José Arcanjo Neto²². Primo de Chagas, acabou desempenhando também o papel de antagonista, de opositor de Chagas. No *Correio Santanense* alusivo à morte de Chagas, Arcanjo tem uma nota biográfica elucidativa do modo como a personagem Chagas Vasconcelos precisava de opositores para catalisar forças e impulsionar sua própria imagem pública. Sobre as relações entre Chagas Vasconcelos e José Arcanjo, lê-se no *Correio Santanense*:

Seu opositor, o médico José Arcanjo Neto, primo e companheiro de estudos, desentendeu-se a princípio por conta da divergência quanto ao ingresso do Ginásio Santanense na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, hoje CENEC. A rixa feroz, sem graves consequências, pois, que o povo santanense é de índole pacata, ensejou a eleição de Zé Arcanjo, também, à Assembleia Legislativa, e uma larga folha de serviços prestados à comunidade. Chagas continuou com sua oratória inflamada dizendo que não podia fazer nada pela sua Santana porque era de oposição. O povo aplaudia e endossava o seu refrão onde afirmava categórico que iria passar cinquenta anos de cima (2003, p. 03).

A existência de um adversário galvanizando as disputas pelo poder dá ao jogo político a vitalidade que lhe é fundamental. Se narrativas exaltadoras de um único personagem ganham espaço no imaginário social sem contrapontos, demais sujeitos são jogados para escanteio. Para ganhar força, a narrativa da existência do herói necessita da aparição do vilão.

²² Apesar de José Arcanjo nunca ter chegado à prefeitura de Santana, ele teve importante papel no desenvolvimento da cidade por sua ligação com o Governo do Estado, assunto do qual trataremos no último capítulo.

O evento do dia 24 de agosto de 2003, registrado nas páginas do *Correio Santanense*, finaliza e ao mesmo tempo introduz nossa travessia pela cidade. A morte nesta perspectiva abre espaço para pensar um outro morto, o morto da história. O historiador parece ser aquele sujeito que, por vezes, problematiza os mortos para compreender os vivos. O relato, a escritura do historiador ou o texto historiográfico, como queira, é o ato honroso de dar aos mortos um “sepultamento” decente, mas não eterno. Bem dissera Certeau (2011) ser este gesto um exorcismo, pois livramos o passado, morto da história, de porventura assustar os vivos. Nesta travessia, por intermédio dos fios do relato histórico, o passado é transformado. A escritura deste trabalho, neste sentido, possibilita pensar um “novo” Chagas, pois a escrita da história, ao tratar do passado como morto, não o soterra ou mesmo o encerra, ela o transforma, arruma-o.

Neste momento da travessia, a morte de Chagas Vasconcelos, nas palavras do editor do jornal, conclama tempos “apocalípticos”, como se a redenção se desse pela morte da figura que foi Chagas Vasconcelos na política de Santana do Acaraú. O trecho a seguir, como parte deste mosaico de homenagens ora apresentado e problematizado, aponta para o “desfecho” do acontecimento de 24 de agosto de 2003 e suas implicações para o cenário político da cidade:

Declarar quais acontecimentos que estão previstos para os vindouros dias do povo santanense não será permitido sem uma ulterior deliberação superior dos responsáveis pelos mesmos, é importante lembrar que por trás de cada acontecimento há uma vontade superior que deve ser respeitada em sua plenitude e por mais que se esforcem as forças contrárias a essas realizações não conseguirão impedir tais acontecimentos. Os reinados que foram instalados estão chegando ao fim, juntamente com seus governantes, a partir daí a terra da prosperidade estará pronta para receber um novo reinado que terá duração indeterminada e que conseqüentemente contribuirá para as transformações vindouras que estão previstas para acontecer no berço esplêndido da Terra da Luz. Atentai para os movimentos jubilosos dos elementos da natureza, desta forma não serão pegos de surpresa em relação às vindouras catástrofes que poderão atingir o povo cearense e em sobretudo o povo santanense (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 03).

O trecho acima é a última parte do editorial do *Correio Santanense* de agosto de 2003. Nele, há um esoterismo acompanhado de senso comum, com teor milenarista. O editor do jornal busca associar a perda de Chagas Vasconcelos à vontade divina ao mesmo tempo em que, segundo ele, tal acontecimento instaura a possibilidade de tempos difíceis. De outro modo, podemos entender ainda a crítica feita por Manoel Rosa Filho quando se refere aos reinados que estão chegando ao fim. Dito isto, o editor insinua que assim como o “reinado” de Chagas ruiu, outros também estariam sob ameaça não só em Santana, mas também no Ceará. Manoel Rosa deseja mostrar que não há poderio eterno em se tratando de política.

Em virtude disso, a ausência de Chagas Vasconcelos instaura insegurança, o mesmo representante da política tradicional que para muitos atrasou Santana, poderia ter sido a solução

para o caos político no qual mergulhava a cidade. Nossa travessia prossegue, perseguindo elementos da trajetória deste sujeito que digam da história do Ceará e do Brasil, que nos dê ferramentas para discutir e problematizar determinados fenômenos do político.

2.3 A cidade e o espectro

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e a todas as suas partes”.

(Ítalo Calvino, 1990, p. 9)

O olhar sobre nossa cidade sugere uma travessia por lugares que temos a convicção de conhecê-los com propriedade. A epígrafe acima insinua que a cidade pode nos envolver a ponto de criarmos impressões por vezes distorcidas sobre ela. A cidade que vemos pode nos pregar peças, ocultando suas múltiplas faces. Mais do que símbolos e nomes que a definem, ela abriga outras muitas cidades, é “palimpsesto de formas”.

Percorrer a cidade conduzido pelos fios da narrativa histórica, atravessando-a e sendo por ela atravessado permite observarmos o movimento da história presente nos bairros, ruas, travessas, praças ou monumentos, são estes lugares que conferem ao seu espaço uma dimensão simbólica. Para o historiador Adilson Filho, “toda cidade é um fenômeno socialmente construído que se materializa em maneiras e estilos de vida que são ao mesmo tempo marcados por uma certa universalidade e particularidade histórico-espacial” (2009, p. 87). A travessia pela cidade é também uma experiência sensorial. Sons, cheiros, imagens e nomes aguçam memórias que dizem muito de sua história e de seus sujeitos. A cidade é ainda múltipla. Como a Tamara de Calvino, descrita acima, uma mesma cidade congrega em si uma multiplicidade de outras cidades. Na cidade contempla-se o movimento dos corpos relacionando-se entre si e com o espaço, numa dinamicidade e pluralidade que lhes são peculiares.

De acordo com Roland Barthes, “a cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala e seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a” (2001, *apud* BARROS, 2007, p. 40). Pensada a partir desta diversidade de sentidos, a cidade se coloca como palco das teatralizações do poder. O fator político lhe confere a centralidade das disputas pelo poder, da estratificação social, das relações como um todo.

No entanto, compreender/apreender a cidade não é tarefa fácil [...]. Como organismo vivo, é o lócus onde os símbolos do passado se interceptam com os do presente, construído uma rede de significados móveis. Em outras palavras, a cidade comporta camadas de memória em permanente intersecção, onde cada nova marca leva ao rearranjo das camadas anteriores, resultando numa nova cidade (MARTINS; CORTE, 2009, p. 119).

Pensando essas questões e em consonância com a cidade e seus símbolos, imaginemos Santana do Acaraú²³, suas ruas, praças, placas e monumentos. Tal qual Tamara, a cidade inventada por Calvino, Santana nos convida a uma travessia para além dos olhos, que segundo o autor “não veem coisas, mas figuras de coisas que significam outras coisas”. Revisitar os monumentos, os nomes em placas de ruas e prédios na cidade traz uma gama de significados nem sempre decifrados, por traz de cada nome e figura de pessoas representadas por determinado monumento. Neste percurso, tomemos o movimento de reordenação/ renomeação na paisagem da cidade inaugurado a partir da morte de Chagas Vasconcelos em 2003. Daquele ano em diante, praças, bairros, estátuas e instituições materializariam o gesto de tornar fisicamente presente aquele que estava ausente. Estamos diante de uma série de ações que dão conta da tentativa de manter viva e também de inventar uma memória de Chagas Vasconcelos de modo que a presença dele seja sentida na cidade.

A cidade é recoberta pela inquietação que a presença do morto causa. Por curiosidade, o fantasma não causa assombro, ele está espalhado pela cidade, é visto pelos que transitam nela, mas sua presença intimida e desperta o respeito de quem o observa mesmo sem saber de quem se trata. Estes atos de renomeação e reordenação são também um movimento de ocupação do espaço pelo tempo, eles nos dizem também das relações dos historiadores com o passado, arrumando-o, transformando-o em monumento.

O movimento de presentificação de Chagas Vasconcelos via monumento remete, a propósito, a uma das primeiras ações deste como prefeito de Santana do Acaraú a partir de 1959:

[...] o primeiro ato do prefeito foi renomear as ruas de Santana. A novidade foi acompanhada pelos meninos de então que saíam casa a casa para assistir ao Mário Farias fazer também a numeração. Personagens foram destronadas, outras assumiram o pódio em logradouros até então não batizados. Professor Guilhermino Cysne deu lugar a Mateus Mendes, Padre Custódio a Dr. José Mendes, Getúlio Vargas a João Cordeiro. A rua José Mariano chamava-se Quintino Bocaiuva, a 3 de Novembro, Rua do Mercado e a Manoel Joaquim Rua da Rodagem (JORNAL CORREIO SANTANENSE, agosto de 2003, p. 03).

Das ações de renomeação dos logradouros e praças, implementados pós morte de

²³ Com a população estimada em torno de 30 mil habitantes, aproximadamente, o município de Santana do Acaraú apresenta uma economia com base na agricultura e em parte dependente da cidade de Sobral, principal polo da Região Noroeste do Estado.

Chagas Vasconcelos e estas outrora encabeçadas por ele enquanto ocupava o cargo de prefeito da cidade, apresentam um elemento em comum. A necessidade de dar aos logradouros, bairros e praças nomes de personagens da história de Santana está presente nos dois momentos. O espectro de Chagas Vasconcelos transpassa o imaginário da cidade (re)configurando seu espaço. Este último entendido como lócus onde se constroem e se praticam sociabilidades. Vejamos que o processo de nomeação destes espaços não necessariamente é acompanhado pelo reconhecimento dos que transitam diariamente por eles. A identidade criada pela população a partir dos nomes pelos quais reconhecem as ruas, os bairros e praças prevalece sobre a tentativa de perpetuação da memória de um sujeito. Nesta perspectiva, estes lugares adquirem uma funcionalidade ou mesmo lhes são atribuídos sentido material e simbólico. Tais “lugares de memória”, para usar a expressão consagrada por Pierre Nora, parecem dizer da artificialização da memória, uma vez que evocam imagens de um passado coeso que já não mais existe ou que nunca existiu. Como fragmentos de passado, os espaços e monumentos fazem parte de um quebra-cabeça, compõem em fragmentos, uma imagem de sujeito, neste caso Chagas Vasconcelos.

As ações de reconfiguração do espaço urbano têm início ainda no ano de 2003. Chagas Vasconcelos morreu em agosto, no mês seguinte já se davam as primeiras mobilizações de mudança no espaço da cidade associadas à perpetuação da memória dele. Concatenada com este espírito de apropriação da imagem do morto e tudo que ela representa, a câmara de vereadores inaugura este movimento. A iniciativa do vereador José Maurício, na sessão de 6 de setembro de 2003, é aclamada pelos demais parlamentares:

[...] a primeira discussão foi o requerimento do vereador José Maurício e assinado pelos demais vereadores, solicitando que o Senhor Prefeito erga na cidade de Santana do Acaraú um busto do ex vereador Chagas Vasconcelos como homenagem póstuma. Discutiram os vereadores José Maurício, Francisco Carneiro, José Maria, Expedito Arcaño e Antonio Deusdete. Todos enaltecendo o que o grande cidadão santanense Chagas Vasconcelos representou e representará para Santana (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 06 set. 2003, p. 63.).

Neste momento, vemos o grupo de Chagas Vasconcelos e os que compunham a oposição a ele, à época, entrarem em acordo. Ambos veem na iniciativa do vereador José Maurício, aliado de Chagas, uma via de perpetuação e apropriação da memória de Vasconcelos e, por conseguinte, registrar no espaço da cidade a presença dele. Ademais, perpetuar a memória de Chagas é, ao mesmo tempo, perpetuar a memória daqueles que a ele fizeram oposição. A ação realizada pelos vereadores evidencia motivações políticas, uma vez que ao salvaguardar a memória de Vasconcelos, via monumento, poder-se-ia despertar no eleitorado “sensações afetivas” em relação ao morto. Decerto, esta estratégia funcionaria no angariamento e na

redistribuição dos votos de Chagas Vasconcelos. Tanto adversários quanto aliados protagonizaram disputas pelo eleitorado de Chagas, apropriando-se da sua imagem e reverberando seus discursos. O grupo de opositores de Chagas, além disso, sabia que se colocar contra as homenagens seria apresentar-se como insensível diante da memória do adversário morto; ao passo que, ao corroborar com a criação de monumentos, deixava claro que respeitava as regras do jogo democrático, o que poderia, em alguma medida, converter-se em ganho político.

No trecho citado anteriormente, a ideia de erguer um busto em homenagem a Chagas Vasconcelos é posta em discussão pelos parlamentares, não havendo contestação por parte alguma. Contudo, a ausência de manifestações contrárias ao ato de erguer o monumento não significa que o espectro não causava incômodo. Devemos, neste sentido, estarmos atentos aos silêncios, àqueles que não se manifestaram na sessão e podem nos dizer algo sobre estes possíveis incômodos em relação à figura espectral de Chagas Vasconcelos. Como dito anteriormente, o espectro não causa assombro nem amedronta, mas compele quem passa pela estátua localizada na Rua da Rodagem, à entrada da cidade, ou pela praça Chagas Vasconcelos, por exemplo, a lembrar dele. É como se o ato de materializar a ausência de Chagas Vasconcelos pelo monumento não comportasse o esquecimento. O monumento é como uma ponte que interliga o presente ao passado, estabelecendo conexões entre duas temporalidades: o antes e o depois de Chagas Vasconcelos. Esta relação espaço/tempo sugere considerar este último como elemento que coordena e integra as relações entre os indivíduos, conforme Norbert Elias (1998, p. 31). O tempo vai, neste sentido, ocupando o espaço geográfico conferindo-lhe historicidade.

A proposta de ereção de um busto homenageando Chagas Vasconcelos implica, além das questões apresentadas sobre a memória e as relações entre tempo e espaço, a produção de sentidos. Quem quer que veja o monumento, principalmente os santanenses, é induzido a tomá-lo como exemplo. Desta forma, em concordância com Wellington Machado, o ato de nomear não só produz como também coloniza sentidos (2016, p. 50). Vejamos o comentário do presidente da câmara na discussão do requerimento de autoria do vereador José Maurício para termos uma visão mais ampla do que está sendo posto:

A maior homenagem que esta geração política de Santana faria ao Dr. Chagas seria seguir seu exemplo, seria fazer o bem a Santana desprovido de qualquer interesse posterior, seria assistir à pobreza sem esperar nada em troca, seria tirar o convívio dos filhos para estar ao lado do enfermo, seria enfim tratar a coisa pública como um bem preferencialmente dos mais pobres (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 06 set. 2003, p. 64).

A manifestação do presidente Marcelo Arcanjo (PMDB), de modo sugestivo, propõe um

questionamento: é, de fato, necessário realizar gastos com o dinheiro público em homenagens ao falecido quando se pode apenas aprender e resguardar a memória e os “ensinamentos” de Chagas? Estratégia discursiva, a fala do presidente da casa é a repetição de um discurso que fabricou a imagem de Chagas Vasconcelos cuja geração de políticos que o sucederam se reivindicava como herdeira.

O ato de tornar presente uma memória pela apropriação do passado visível nas ações de ereção do monumento nos faz pensar no lugar ocupado pela ausência. Esta, segundo Paul Ricoeur, “pode referir a irrealidade de entidades fictícias, de fantasmas, de sonhos, de utopias [...]” (2016). É neste momento onde o autor aponta para a memória como enigma cuja herança é deixada à história. A imagem, “como signo da ausência, que não estando mais, é tida como tendo estado” (*idem*). Tornar a ausência de Chagas Vasconcelos física é, neste sentido, o esforço que a memória realiza para reencontrar este “tendo estado” de que se refere Ricoeur. Há um campo geograficamente delimitado onde essas memórias estão em disputa, pensar as lutas que se dão em nome da memória é pensá-la também na perspectiva das relações de poder. As relações entre memória e esquecimento, presença e ausência não devem ser analisadas como meras relações de forças entre quem domina e quem é dominado, mas sob o aspecto pelo qual o poder se exerce nas relações entre os sujeitos. Tais questões nos auxiliam na análise das ações dos vereadores e nos oferecem ainda subsídios para pensar as disputas presentes em seus pronunciamentos, como fora apontado no exemplo anterior do vereador Marcelo Arcanjo. A percepção dessas disputas se faz possível quando o trato com o documento vai além de sua materialidade.

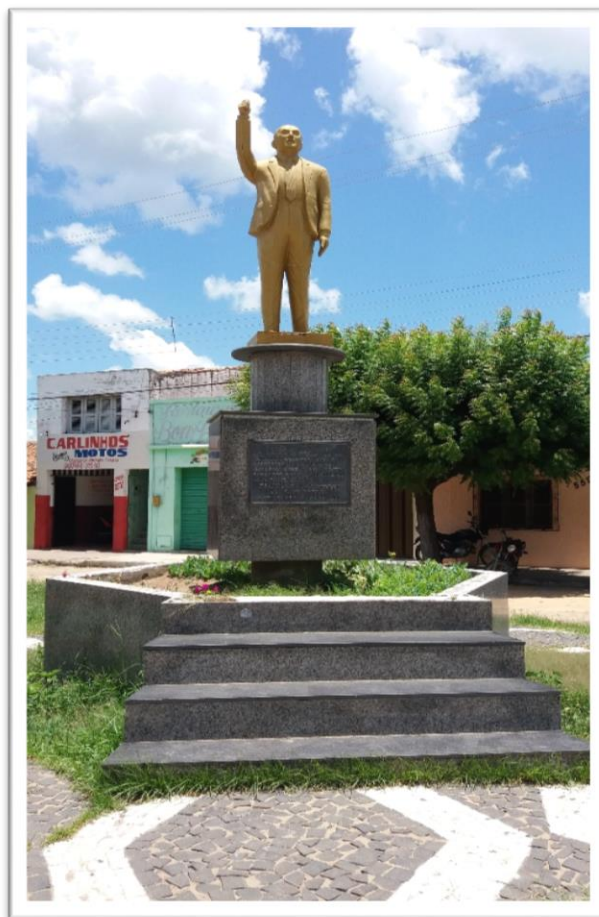
Seguindo nesta linha de pensamento, os debates acerca da construção do busto em homenagem a Chagas Vasconcelos desaparecem por um período consideravelmente longo. Na realidade, na sessão de 06 de setembro de 2003, todas as demandas são tomadas e resolvidas em relação ao tema. Em 15 de maio de 2004, quando aparece novamente esta pauta, as discussões centraram-se na escolha do local onde o busto seria erguido. O local apontado seria a praça São João, localizada no centro da cidade, a qual em seguida também passaria por um processo de renomeação²⁴, passando a se chamar praça Chagas Vasconcelos. No entanto, até a inauguração do busto em 2005, o debate não reaparece nas atas, dificultando sabermos o porquê

²⁴ O ato de rebatizar a praça com o nome de Chagas Vasconcelos, nos remete às camadas de sentido sendo sobrepostas nos espaços da cidade. Conforme sugere Sandra Pesavento, a cidade é um texto, mas um texto que constantemente é reescrito. Assim como no palimpsesto, cada escrita nova dialoga, não a apaga, as marcas da escrita que lhe antecede. Novas camadas sobrepostas às anteriores não escondem nem sufocam a cidade que antes estava por trás, novos sentidos se colocam. Ver PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. Esboços-Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, v. 11, p. 25-30, 2004.

do local selecionado não mais ter sido a praça São João, e sim a entrada principal da cidade, especificamente na Rua da Rodagem. Além disso, as atas não esclarecem a razão pela qual se escolheu a ereção de uma estátua de corpo inteiro, e não mais de um busto.

O fato é que quem chega à Santana pela CE-178, que liga os municípios de Morrinhos, Santana do Acaraú e Sobral, é recepcionado pela estátua de Francisco das Chagas de Vasconcelos grafada com os seguintes dizeres: ‘Santana meu amor’: ‘...Quando eu for apenas uma saudade, acreditem: onde se encontrar um santanense sofrendo e o meu PMDB reunido, podem ter certeza, eu estarei ao lado de vocês’. O espectro se materializa como uma espécie de “guardião da cidade”, quem por ele passa e o reconhece de imediato tem sua memória atizada, enquanto os que não o conheceram podem ser inquietados pela curiosidade de saber quem foi aquele sujeito que se posiciona como um observador atento. Atentemos para a imagem a seguir:

Figura 4 – Estátua de Chagas Vasconcelos.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

A fotografia acima sugere uma postura peculiar a Chagas Vasconcelos enquanto discursava com veemência em seus palanques ou nas tribunas das casas legislativas²⁵. O braço direito erguido em direção ao alto diz da relação de poder e dominação que alguns gestos corporais podem sugerir. Os sentidos e percepções que se criam a partir destes gestos trabalham na produção de uma imagem de autoridade, do orador que tem sob controle seu público e sabe manipulá-lo.

A evocação a Chagas Vasconcelos pelo processo de nomeação e ereção de monumentos acontece não só nos espaços a céu aberto pela cidade, mas também no interior das instituições. Um destes lugares, reconhecido como espaço de debates, foi a tribuna livre²⁶ da Câmara

²⁵ A identificação de alguns elementos da materialidade da estátua tais como: escultor, material utilizado, esboços e dimensões são importantes para termos uma visão mais ampliada da feitura deste monumento. Porém, o acesso a estas informações não foi possível tendo em vista da imprecisão do local onde elas poderiam ser encontradas. Visitamos a Secretaria de Obras e a Prefeitura Municipal na busca destas informações, mas não obtivemos sucesso.

²⁶ Reativada em 2003, meses antes da morte de Chagas Vasconcelos, a tribuna livre abria espaço para vereadores e cidadãos de Santana do Acaraú apresentarem suas demandas e participarem dos debates nas sessões. Denúncias, críticas, sugestões e diversas outras solicitações passavam pela tribuna, através de líderes comunitários, pessoas

Municipal de Santana do Acaraú. Após a morte de Chagas, concomitante ao movimento de renomeação dos espaços públicos, na sessão de 06 de setembro de 2003, o cidadão Milton Rocha usando da tribuna sugere nomeá-la de Tribuna Chagas Vasconcelos. Acatada a sugestão, na sessão seguinte, realizada em 4 de outubro, é posto em discussão e apreciação do plenário o projeto de resolução nº 6/2003 de 04/10/2003, atribuindo à tribuna da Câmara Municipal de Santana do Acaraú o nome de Tribuna Vereador Chagas Vasconcelos.

A aprovação, conforme consta na ata daquela sessão, foi por unanimidade. Mais uma vez parece não existir brechas para a contestação, decerto por conveniência não seria de bom tom questionar a “importância” de Chagas Vasconcelos para Santana. Apreende-se, a partir destas ações, como as relações de poder podem ser identificadas no modo como os homens buscam dominar uns aos outros, se odeiam entre si, lutam e desejam exercer controle sobre os outros (FOUCAULT, 2002, p. 23). A metáfora do ringue onde as lutas se dão – e neste caso aqui são lutas simbólicas – salienta o que dissemos anteriormente sobre as relações de poder.

Vejamos a seguir imagem da tribuna Vereador Chagas Vasconcelos no plenário da Câmara Municipal de Santana do Acaraú:

ligadas ao esperte e à cultura etc. O próprio Chagas utilizou com frequência a tribuna para tecer críticas à administração pública, sugerir pautas e oferecer assistência jurídica.

Figura 5 – Tribuna Vereador Chagas Vasconcelos.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

À esquerda, a tribuna Vereador Chagas Vasconcelos localiza-se no plenário que recebe o nome de Gerardo Arcanjo²⁷, um dos integrantes do grupo opositor a Chagas em Santana. Os dois espaços ocupam o Palácio Vereador José Ananias Vasconcelos, primo e correligionário de Chagas. Vejamos que a nomeação dos espaços é uma ação simbólica de perpetuação do nome de tradicionais famílias que ainda protagonizam a política da cidade.

Ademais, é interessante pensarmos o modo como a tribuna foi nomeada em relação ao plenário Gerardo Arcanjo. Na imagem acima pode-se identificar que o nome de Chagas carrega um título, o de vereador, enquanto o de Gerardo Arcanjo aparece sem nenhuma menção à titulação. O ato sugere, neste sentido, que embora tenha sido prefeito e deputado, a tribuna faz referência ao vereador, o cargo político “mais perto” do povo. Se pensarmos sob a ótica da oposição, este seria o cargo mais baixo da carreira. Para os apoiadores, é o cargo mais perto do povo. A Tribuna, um modesto púlpito, tem outro aspecto importante. Sua monumentalidade não é material. É, antes, resultado da simbologia que carrega: Tribuna Livre, espaço de voz do povo. Chagas, que notabilizou-se por falar em nome do povo, serve agora de lugar através do qual o povo fala.

Consoante às relações de luta e poder desencadeadas na reconfiguração do espaço

²⁷ Gerardo Arcanjo foi candidato pela Aliança Renovadora Nacional nas eleições de 1976, representando o grupo opositor a Chagas Vasconcelos liderado à época por José Arcanjo Neto. Anteriormente, em 1972, havia alcançado a suplência no cargo de vereador, também pela Arena.

citadino através da renomeação, o próximo lugar a ser rebatizado foi o bairro Marapatá²⁸. Nomear logradouros, bairros ou praças difere em certa medida da ereção de um busto, pois os sentidos e os afetos são construídos com maior intensidade quando se fala do bairro, por exemplo. Um busto ou uma estátua, enquanto monumento que rememora o passado, existe como enclave, como denúncia de um desejo de memória. Diferentemente, nos espaços de morada, num bairro, por exemplo, cria-se uma relação de pertença, os moradores (re)criam sua identidade em relação ao lugar e por vezes não reconhecem o seu nome oficial. Nesta senda, há um desencontro entre a vontade de quem nomeia e o desejo dos que habitam e praticam o espaço. O trecho a seguir, extraído da ata da sessão de 18 de outubro de 2003, referente ao Projeto de Lei nº 12/2003, apresenta a versão dos agentes do processo de nomeação:

Foi posto em votação o Projeto de Lei nº 12/2003 que atribui o nome de Bairro Dr. Chagas Vasconcelos ao Bairro Marapatá. O vereador Marcelo esclareceu que a iniciativa da mesa é homenagear o Dr. Chagas e o porquê do Bairro Marapatá é que foi nesse bairro onde viveram os pais, os avós dele, onde passou toda a sua infância, tendo um verdadeiro amor por aquele bairro (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 18 out. 2003, p. 71).

Em momento algum é vista a participação da população, a quem mais interessam as mudanças, na discussão do projeto de iniciativa da mesa. Até o momento, os agentes que operam neste processo são os mesmos que propuseram a nomeação da Tribuna Livre²⁹ e a recepção de projetos e resoluções não sofrem nenhum tipo de rejeição, pelo menos por parte do plenário da casa. A justificativa de um dos autores do projeto, vereador Marcelo Arcanjo (PMDB), abre espaço para questionamentos: se as motivações do projeto são de cunho afetivo (a familiaridade de Chagas com o bairro), então que lugar ocupam os moradores do Marapatá e seus laços de identidade com o bairro, que também se constroem por vínculos de afetividade? Os jogos de interesse colocados em voga a partir do movimento de renomeação excluem das decisões quem, através de suas práticas e vivências, contribui para dar existência ao bairro.

Entre os sujeitos que habitam e dão vida ao Marapatá, está o poeta, compositor e escritor Tadeu Lira³⁰. Numa manhã de terça-feira, percorrendo becos e ruas, sai à procura do conhecido

²⁸ O bairro está localizado no subúrbio da cidade de Santana do Acaraú, próximo aos bairros Retiro e Gerardo Arcanjo. Segundo o memorialista Tadeu Lira, em livro intitulado *Sementes da minha terra*, o nome do bairro teria ligação com a existência de um antigo matadouro que funcionava no bairro. Ver LIRA, Luiz Tadeu. *Sementes da minha terra: Santana do Acaraú com sua história*. Santana do Acaraú: Coleção Marapatá Santana, 2011.

²⁹ A identificação dos agentes do processo de renomeação é impossibilitada, por vezes, devido as atas serem resumidas e não fazerem menção direta aos autores dos projetos de lei. No entanto, alguns nomes aparecem com mais frequência, como os dos vereadores Marcelo Arcanjo (PMDB) e José Maurício (PP), ambos ligados ao grupo de Chagas Vasconcelos.

³⁰ Luiz Tadeu Lira é autor de letras de canções, poemas e livros cujas temáticas estão relacionadas a contar a história da cidade, enaltecendo fatos e vultos de Santana do Acaraú. A história que o autor se propõe a fazer se distancia desta que ora fazemos aqui, cuja técnica e rigor vinculam-se ao fazer acadêmico. No entanto, a produção

morador da casa 173. Morador do bairro desde a década de 1960, o Sr. Tadeu relatara durante uma conversa que tivemos sua relação de identidade com o bairro. Residindo à rua cujo nome faz menção a seu pai, Francisco das Chagas Monteiro, ao ser questionado a respeito do bairro ter sido renomeado Bairro Chagas Vasconcelos em 2004, Tadeu manifesta reação também comum aos demais moradores. O processo de mudança de nome sequer tem o conhecimento do Sr. Tadeu e dos moradores. O desejo de homenagear, em certa medida, não encontra receptividade, pondo em disputa a vontade de quem nomeia e a de quem é reagente aos atos de nomeação. Prevalece, neste sentido, as relações de pertencimento, afeto e sensibilidades existentes entre os moradores e o Bairro Marapatá³¹.

Seja como for, o espectro de Chagas vai se materializando pela cidade, ocupando ruas e bairros desbancando personagens, como o caso do santo que dá nome à praça, à avenida e ao bairro onde está localizado o prédio da Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú. São João sai em parte com desvantagem, uma vez que seu nome é retirado da praça para constar nos registros oficiais da cidade o nome de Chagas Vasconcelos. Da mesma forma que acontece no caso do Bairro Marapatá, a recepção das pessoas não corresponde aos objetivos do ato de nomear. Transitando pelas ruas de Santana numa dessas manhãs, na tentativa de atribuir significado às leituras e ao diálogo com as fontes, pude refletir nos sentidos que são colonizados quando se nomeia. A praça São João permanece São João no imaginário popular. Dos espaços citados anteriormente e ocupados pelo espectro de Chagas Vasconcelos esse parece o mais descolado de sua imagem. Não há qualquer menção, seja por placa, busto ou mesmo relação de familiaridade associados ao seu nome. Os discursos dos vereadores na sessão na qual o projeto foi votado segue a linha dos anteriores, centrados na justificativa de homenagear Vasconcelos. Porém, a fala do Vereador João Galvino³² se faz pertinente para pensarmos sobre quem está ocupando estes espaços nos atos de nomeação. Há uma hegemonia do nome de Chagas Vasconcelos?

Falou em seguida, o vereador Galvino Arcanjo que colocar o nome do doutor Chagas na Praça S. João é uma homenagem muito justa. Solicitou que a presidência dessa casa lembrasse dos nomes do Dr. José Arcanjo Neto e João Arcanjo de Maria para que dê o nome dos dois a locais apropriados em homenagem aos serviços prestados por

de memorialistas utilizada como documento para a pesquisa historiográfica é importante para construirmos e problematizarmos visões e versões de história.

³¹ De acordo com Michel de Certeau, os indivíduos inventam e se valem de táticas para burlar as estratégias do sistema dominante. Há uma subversão da ordem no momento em que estes sujeitos, no caso do não reconhecimento do nome oficial do bairro, reinventam e praticam o bairro a partir de “modos de fazer” que lhes são próprios. (CERTEAU, 2008).

³² João Galvino Arcanjo é irmão do médico José Arcanjo Neto, adversário político de Chagas Vasconcelos durante décadas. Os três (Chagas, Galvino e José Arcanjo) são primos, os dois últimos, filhos de João Arcanjo de Maria, responsável por custear os estudos de Chagas Vasconcelos durante os anos de colegial.

eles (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 18 out. 2003, p. 72).

A renomeação da Praça São João coloca em evidência as disputas pela memória a que temos feito referência até aqui. A reivindicação por parte do Vereador Galvino Arcanjo deixa transparecer as relações de poder e luta que se dão na ocupação destes espaços através dos atos de nomeação. Consta-se ainda a interferência dos laços familiares tendo como prerrogativa os serviços prestados à cidade pelos vultos evocados, sabendo que tanto Chagas, quanto o próprio vereador Galvino e os dois nomes citados por este último estão ligados por laços de parentesco.

Em consonância com estas discussões das disputas pelo poder de dar nome aos espaços e do impacto destas ações na receptividade dos habitantes da cidade, vejamos a imagem a seguir:

Figura 6 – Praça Vereador Chagas Vasconcelos.



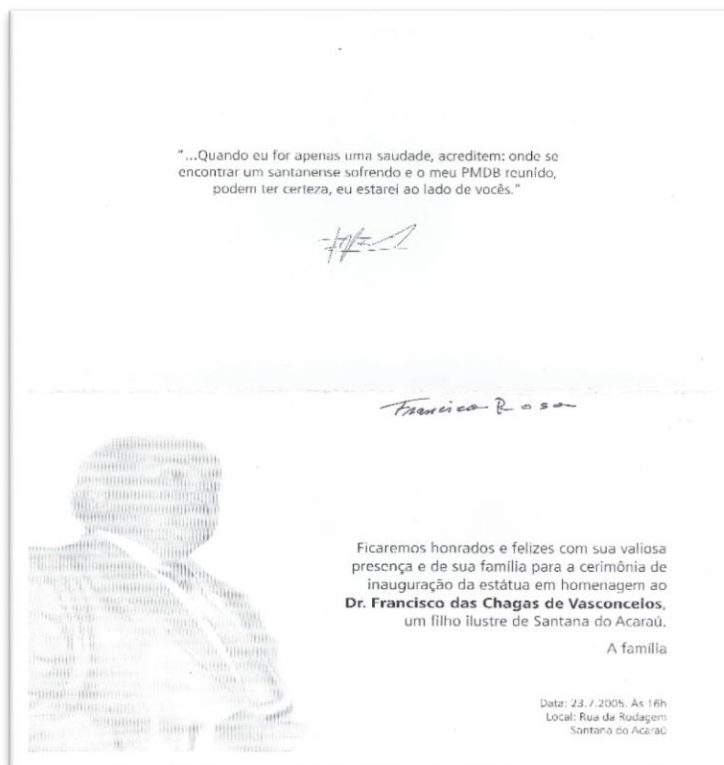
Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

A estátua de São João permanece na praça que a população reconhece pelo mesmo nome, enquanto a reconfiguração na nomenclatura impetrada pela Câmara Municipal lhe impôs o nome de Praça Chagas Vasconcelos. Inicialmente, a proposta era que a estátua ficasse localizada nesta praça, conforme mencionamos anteriormente.

O movimento de renomeação e reconfiguração de alguns dos espaços de Santana do

Acaraú, inaugurado após a morte de Chagas Vasconcelos, se estende entre os anos de 2003 e 2005, ano no qual é inaugurada a estátua em sua homenagem na Rua da Rodagem, mais exatamente à entrada da cidade. À ocasião da inauguração da estátua, a família deu ao evento um aspecto de festa formal para convidados distintos, conforme podemos conferir no convite confeccionado à época:

Figura 7 – Convite para a inauguração da estátua de Chagas.



Fonte: Francisca das Chagas Rosa. Acervo pessoal do autor (2018).

A frase grafada no convite faz menção aos dizeres de um discurso reverberado veementemente por Chagas Vasconcelos durante sua vida pública, fixado também à placa que acompanha a estátua. O apelo à imagem do advogado cuja vida fora de dedicação e serviço ao povo santanense, é a repetição de um discurso que também pretende fabricar uma memória, salvaguardá-la e impor à cidade a necessidade da lembrança.

Após este primeiro momento de reconfiguração e afirmação da memória de Chagas Vasconcelos pela cidade, anos mais tarde o espectro voltaria a circundar o imaginário desta na tentativa de reforçar sua presença entre o mundo dos vivos. Assim, em 2013 é inaugurada pelo Governo do Estado do Ceará a 89ª Escola de Educação Profissional, que receberia o nome de Francisco das Chagas de Vasconcelos. Abaixo, podemos conferir o prédio da referida escola:

Figura 8 – EEEP Francisco das Chagas Vasconcelos



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

Em consulta às atas da Câmara Municipal de Santana do Acaraú, referentes ao período que antecede a inauguração da escola, não foi possível identificar o processo de nomeação. Segundo informações colhidas junto aos funcionários da Câmara Municipal de Santana do Acaraú, a nomeação pode ter ocorrido via decreto ou mesmo ter sido feita na Assembleia Legislativa, o que explica a ausência deste processo nas atas e nos projetos de lei da casa. A presença de Chagas na escola é de certa forma “velada”, a geração que ora habita este espaço provavelmente desconhece a figura que empresta o nome à instituição. Na biblioteca da escola está estampado um banner com uma rápida biografia de Vasconcelos, na tentativa de atribuir sentido à figura homenageada com o nome da escola de modo a estabelecer a proximidade entre os estudantes e o sujeito que ali impõe sua presença.

Encerrando este segundo momento de homenagens, via renomeação dos espaços públicos, o Projeto de Lei nº 015/2016 denomina de utilidade pública a criação do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS³³ Dr. Chagas Vasconcelos. O projeto é acatado com parecer favorável do plenário da casa e posto em discussão na sessão de 30 de novembro de 2016, tendo sido aprovado por dez votos a zero (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 30 nov. 2016, p. 29). A inauguração ocorre em 29 de dezembro do mesmo ano com

³³ O Centro de Referência e Assistência Social é uma unidade pública estatal descentralizada, responsável pela organização e oferta de serviços sociais básicos em áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e do Distrito Federal.

a presença do prefeito Helder Arcanjo, dos filhos e da viúva de Chagas Vasconcelos. É interessante pensar as implicações deste ato de nomeação de um espaço aparentemente alheio à imagem de Chagas Vasconcelos. No entanto, considerando o assistencialismo presente na cultura política da qual Chagas Vasconcelos era partícipe, que nada tem a ver com assistência social, poder-se-ia considerar a homenagem “coerente”. Em se tratando de quem nomeia, pouco importa em qual frontispício o nome de Chagas vai aparecer, desde que sua imagem não seja denegrada, qualquer homenagem pode ser lida de forma positiva.

A seguir, observemos a imagem do CRAS localizado à rua Pe. Antônio Silveira, no bairro Pe. Ibiapina:

Figura 9 – CRAS Chagas Vasconcelos.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

A localização em um dos bairros do subúrbio da cidade, conforme já discutido em outro momento, reforça a associação da imagem de Chagas Vasconcelos com os mais humildes e desassistidos pelo poder público. Pensadas estrategicamente, estas ações suscitam refletir as relações de poder na apropriação e ocupação do espaço pela memória do morto.

Problematizar ainda a localização geográfica dos monumentos, praças e instituições nomeados e ora analisados é importante do ponto de vista estratégico. Todos eles ocupam lugar em regiões distintas da cidade. A estátua ao Norte, na entrada da cidade, a escola ao Sul, na saída, o bairro Marapatá e o CRAS ao Leste, no subúrbio, e a Oeste a praça localizada no centro

da cidade. Neste sentido, o território implica relações de poder, ocupação e domínio do espaço (des) construindo e (re)inventando sociabilidades, criando ainda entre as pessoas e o espaço laços de identidade. Vejamos no mapa a seguir como os equipamentos públicos em homenagem a Chagas Vasconcelos estão distribuídos pelo espaço da cidade:

Figura 10 – Mapa: Localização dos equipamentos públicos em homenagem a Chagas Vasconcelos na cidade de Santana do Acaraú.



Fonte: IBGE (2010) / Google Satélite (2018).

Interrogar esses lugares nos coloca na difícil tarefa de questioná-los enquanto “portadores de memória”. Desta forma, nos assegura o historiador Régis Lopes:

a lembrança carrega consigo um forte recurso de legitimidade que afasta e nega outras possibilidades de narrar o passado. Exatamente por isso o desafio do saber histórico diante das construções mnemônicas carrega muitas dificuldades, do ponto de vista teórico, no campo dos procedimentos interpretativos [...] (2018, p. 405).

Assim, retomamos a linha fronteira entre a memória e a história perscrutando essas relações que constroem e inventam o passado. A renomeação dos lugares analisados perpassa por esta legitimação imposta pela memória, ditando formas de se narrar o passado como bem coloca Régis Lopes. O historiador precisa, portanto, estar atento diante das artimanhas das quais a memória se vale para manipular.

3 O POLÍTICO EM CENA: CHAGAS VASCONCELOS NAS TEATRALIZAÇÕES E TRAMAS DO PODER

3.1 MDB: percursos e nuances de uma oposição

“Meu partido é um coração partido /

E as ilusões estão todas perdidas’

(Cazuza, Ideologia, 1988, faixa 01)

É possível imaginar que a acidez com a qual Cazuza compôs a canção ideologia no final da década de 1980 dialogava com a insatisfação com o quadro político e social do País à época. A epígrafe acima, com toda a licença poética que lhe é própria, remete-nos a decepção com os meios de representação política. Cazuza aponta para a frustração ante a fragilidade de um sistema que, submetido aos jogos da política, acabou se transformando numa engrenagem corrompida. De outro modo, a poesia e a crítica de Cazuza remontam-nos a um período recente de nossa história. A Ditadura de 1964, imposta nos moldes do autoritarismo dos militares, criou um sistema bipartidário na tentativa de congregar e controlar vontades, afastando cada vez mais a população da vida política.

Dentre outras tantas arbitrariedades e desatinos cometidos em nome da ordem, o esfacelamento do sistema de representação partidária em 1965 foi uma das táticas do regime para desestabilizar possíveis focos opositores. Ademais, manter organizados em uma única agremiação aqueles que apoiavam o governo era crucial para a consolidação do projeto revolucionário. Neste sentido, a promulgação do Ato Institucional Número Dois (AI-2)³⁴, entre outras medidas, estabelecia a extinção dos partidos políticos e orientava para a criação de novas organizações com atribuição de partido político³⁵. Diferente das anteriores, as organizações

³⁴ O cenário que antecedeu à instituição do AI 2 era de instabilidade e insegurança por parte do regime em relação ao espectro político-partidário. Dos treze partidos existentes à época, três deles protagonizavam as disputas políticas no cenário nacional. A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Democrático Social (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O crescente avanço dos ideais reformistas e trabalhistas presentes no PTB e, sobretudo, as sucessivas vitórias do PSD nas eleições que antecederam o golpe de 1964 assustavam sobremodo os militares. A medida paliativa para barrar essas duas frentes de ameaça à estabilidade do regime foi a promulgação em 27 de outubro de 1965 do Ato Institucional Nº 2. A ação impetrada pela extinção dos partidos apontava para a criação de novas organizações, com número restrito de representantes no senado, na câmara e nas assembleias estaduais. Neste sentido, as restrições impostas à criação de novas agremiações com atributo de partido pretendiam ampliar o controle e a vigilância de modo a congregar, em no máximo dois partidos, os aliados e os que se opunham à “revolução”.

³⁵ O Ato Complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965 dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organização que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Brasília, DF, nov. de 1965. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199_publicacaooriginal-1-pe.html.

oriundas daquela nova feição política passariam pelo crivo dos censores da Ditadura. Dessa forma, nascem por imposição e vontade do regime a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro. O primeiro, como partido oficial do governo e, o segundo, oposição consentida.

Dada a complexidade de coadunar diferentes visões de sujeitos advindos de uma gama de partidos já existentes, a proposta do bipartidarismo já se mostrava limitada. O principal sintoma disto foi, posterior à criação dos dois partidos, a divisão deles em sublegendas. Em diversos municípios do Brasil, Arena e MDB dividiram-se internamente devido aos conflitos e interesses dos sujeitos que os compunham. Isto se devia, inclusive, às raízes políticas de seus membros, que após a dissolução de seus respectivos partidos se viram obrigados a escolher ficar do lado ou contra o regime. Apesar de parecer simplória, a dicotomia contra ou a favor da Ditadura era a leitura mais clara que se poderia fazer do bipartidarismo enquanto possibilidade de representação partidária.

Tendo em vista as questões anteriormente discutidas no que toca à extinção dos partidos políticos, o historiador Rodrigo Motta (1996) nos incita ao seguinte questionamento: e por que não criar um partido único? Ora, a necessidade de forjar uma fachada democrática estava longe de ser óbvia na criação do bipartidarismo. Ao permitir a existência de uma oposição formal, o regime não só manteria os ares de democrático, como traria para perto os opositores para melhor vigiá-los e mantê-los sob controle. Sob este aspecto, o MDB nasce, assim como a Arena, de cima para baixo, das entranhas do regime do qual fazia oposição.

Ademias, a tarefa de legitimar o novo sistema não parecia tão simples, dada a complexidade que se colocava em relação, por exemplo, à aceitação popular, conforme aponta Motta: “além do fato de o bipartidarismo ser uma criação artificial e autoritária, deve-se considerar também que havia uma tradição partidária anterior a qual tinha se enraizado junto à população e construído um jogo de fortes identificações simbólicas” (MOTTA, 1996, p. 203). Era exatamente esta tradição a que Motta se refere que iria também influenciar nas cisões dentro das próprias agremiações. Partidos extremamente conservadores como a UDN, por exemplo, desde aqueles alinhados do centro à esquerda, como o PTB, formariam a Arena e o MDB. Cerca de 80% dos parlamentares que formaram a oposição representada a partir dali pelo MDB foram membros ligados ao antigo PTB. Os demais eram oriundos das fileiras do PSD, da UDN e dos demais partidos extintos com o AI 2³⁶. Nesta perspectiva, a influência do trabalhismo e do

³⁶ Segue a lista dos partidos extintos em 1965: Movimento Trabalhista Renovador (MTR); Partido Agrário Nacional (PAN); Partido da Boa Vontade (PBV); Partido Comunista (PC); Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Libertador (PL); Partido

reformismo presentes, principalmente no PTB, teria legado ao MDB uma posição mais alinhada ao centro-esquerda conforme defende Motta³⁷. A análise defendida por este autor indica diferenças relevantes e pontuais do MDB em relação à Arena. A preponderância de membros oriundos do PTB não significava, segundo Motta, uma composição homogênea do MDB. Evidentemente, as diferentes ideologias presentes geravam conflitos e dificultavam, decerto, afirmar com precisão qual era a vertente ideológica do partido. Contudo, havia um ponto no qual as ideias convergiam, principalmente quando se tratava de duas importantes pautas, como as reivindicações democráticas e o retorno ao Estado democrático de direito.

Outra perspectiva distinta de análise do MDB é o trabalho de Maria D'Alva Kinzo (1988). Diferente de Rodrigo Motta, Kinzo defende que a linha fronteira entre Arena e MDB era tênue. A autora, a partir da excelente leitura sobre o partido e o cenário que antecedeu à sua formação, sustenta a tese de que considerando os meios pelos quais foram criados, tanto Arena quanto MDB atendiam às prerrogativas do regime que os forjaram. Kinzo destaca ainda em sua abordagem uma crescente identificação partidária nas camadas mais populares. A partir de pesquisas levantadas sobre o comportamento eleitoral nas principais eleições à época do bipartidarismo, Maria D'Alva Kinzo apresenta uma explicação para o fenômeno:

O MDB havia se transformado em um canal de protesto contra uma situação e privação econômica e política, que se agravou consideravelmente durante o regime militar [...]. Na verdade, havia se criado uma identificação partidária entre os eleitores do MDB, derivada de uma imagem como partido do povo, dos pobres (1988, p. 82).

As proposições de Motta e Kinzo nos dão uma ideia da complexidade de se traçar um perfil para o MDB diante das prerrogativas de sua criação e composição. Se partimos do Ceará, as dificuldades tornam-se ainda mais patentes quando se pensa em sublinhar um alinhamento ideológico do partido. Em cidades da região Noroeste do Estado³⁸, onde a máquina pública estava sob domínio de tradicionais oligarquias, é difícil pensar uma adesão ao partido de oposição ao regime ao qual considerável parte dos oligarcas estavam submissos. O exemplo mais contundente é Sobral, um dos principais polos da região Noroeste do Ceará, onde a atuação

Republicano (PR); Partido de Representação Popular (PRP); Partido Republicano Trabalhista (PRT); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Socialista Revolucionário (PSR); Partido Social Democrático (PSD); Partido Social Progressista (PSP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Trabalhista Nacional (PTN); União Democrática Nacional (UDN). Entre os que atuavam na ilegalidade estavam, principalmente, o PCB, o PCdoB e partidos como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN), esta última atuando até 1973.

³⁷ Sobre a abordagem que o professor Rodrigo Motta faz sobre a trajetória do MDB ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (1993). *Partido e sociedade. A trajetória do MDB*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História/UFGM, mimeo.

³⁸ A Mesorregião do Noroeste Cearense é formada por 47 municípios, que distribuem-se entre as Microrregiões do Litoral de Camocim e Acaraú; Ibiapaba (da qual faz parte o município de Guaraciaba do Norte); Coreaú; Meruoca; Sobral; Ipu e Santa Quitéria.

do MDB foi parca. Para a historiadora Edvanir Silveira (2018), a cidade foi o exemplo mais sólido da hegemonia da Arena, o que foi imprescindível para o desenvolvimento local, tendo em vista os recursos serem controlados pelo partido do governo.

Concernente ao MDB na região, os poucos exemplos de atuação efetiva do partido foram Santana do Acaraú e Guaraciaba do Norte, que tiveram nas lideranças de José Maria Melo³⁹ e Chagas Vasconcelos, respectivamente, seus principais expoentes. Muito embora a atuação de Chagas Vasconcelos, como veremos mais adiante, tenha sido considerada coerente com a ala mais atuante no enfrentamento à Ditadura, sua postura em Santana não diferiu muito em relação aos líderes arenistas. Vasconcelos e seu partido mantiveram-se à frente da administração pública durante todo o regime militar. Neste sentido, podemos considerar que a adesão de significativa parcela da população de Santana do Acaraú ao MDB se deveu muito mais à figura carismática de Chagas Vasconcelos do que propriamente às questões ideológicas⁴⁰.

Sobre como se dera a formação do grupo identificado como autêntico, o deputado Paes de Andrade relata que a reunião de um grupo de deputados progressistas, a partir de quando ele assumiu a 2ª secretaria da mesa na Câmara Federal em 1971, foi decisiva. Entre os deputados que coadunaram forças para enfrentar o regime de forma mais ativa e perspicaz, estavam os cearenses Alencar Furtado, Álvaro Lins, Freitas Nobre além de nomes que representavam vários estados do Brasil. A alcunha de autênticos foi uma sugestão à imprensa por parte do deputado baiano Francisco Pinto. O que diferenciava substancialmente a postura do grupo em relação aos demais partidários do MDB era o modo como os parlamentares alinhados à ala autêntica enfrentavam o regime. Existia em suas posturas, veemente inconformação com os atos de arbitrariedade cometidos pela Ditadura. Das atribuições que marcaram o posicionamento do grupo, Paes aponta:

[...] questionávamos com desenvoltura o governo, o regime e a própria direção do MDB, que parecia atônita e inibida. Nós, Autênticos, entendíamos que a cúpula do partido negligenciava sua missão histórica por não se colocar na vanguarda dos acontecimentos” (NADER, 1998, p. 343).

³⁹ Sobre a atuação do MDB em Guaraciaba do Norte ver RIBEIRO, Antônia Luana Soares. “Num era ela todo tempo no poder, mas quem ele candidatava ganhava! ”: O MDB e a liderança de José Maria Melo em Guaraciaba do Norte-CE (1963-1988). Sobral: UVA, 2017.

⁴⁰ Duas obras têm relevância na análise das vertentes ideológicas que se formaram dentro do MDB. A primeira é *O itinerário da violência*, livro escrito em 1978 pelo deputado federal do MDB Antonio Paes de Andrade. A segunda, é a série de entrevistas realizadas e organizadas por Beatriz Nader no livro *autênticos do MDB – Semeadores da democracia – história oral e vida política*.

As palavras do parlamentar suscitam questões interessantes no que tange às pretensões do grupo. Os Autênticos surgem, paradoxalmente, como oposição não apenas à Ditadura, mas também ao próprio partido. A “dupla oposição” dos autênticos abre espaço para pensarmos interesses que, em certa medida, se complementavam: o retorno à liberdade nos meios de representação política e a luta descabida pelo reconhecimento como oposição genuína.

A evidência dessas tensões intrapartidárias desencadeadas pela formação do grupo pode ser constatada na fala do deputado Alencar Furtado:

A concepção que tinha, e ainda tenho do Grupo Autêntico, é que ele consubstanciava a única possibilidade de oposição existente no Congresso Nacional durante o tempo da ditadura. Constituíamos uma oposição que lutava em várias frentes, havendo contra nós o chamado ‘sisteminha’ do MDB e o ‘sistemão’, da própria ditadura. A maioria do partido, internamente, não concordava com o nosso comportamento, e ao contrário, insurgia-se lutando contra nós, combatendo-nos... A ditadura, então, repudiava-nos (*idem*, p. 47).

As falas de Alencar e Paes, assim como dos demais entrevistados por Beatriz Nader, confluem para um ponto comum: enaltecer a luta contra a Ditadura e pontuar a perseguição, que segundo eles, partiam tanto de seus pares quanto do governo da Arena. Quanto à ala emedebista que optou pelo relacionamento “pacífico” com a Ditadura, sob o epíteto de moderados, esta sofreu ferrenhas críticas dos membros alinhados ao grupo dos autênticos. Nomes como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves mantiveram-se no entremeio dos conflitos e tensões políticas e, embora concordassem em certa medida com os autênticos, entendiam que o diálogo era a medida mais sensata.

Em nível estadual, pensar o enquadramento do MDB a partir do que se entendia como autêntico ou moderado⁴¹ é tarefa complexa. Havia uma dificuldade na própria imprensa cearense em identificar quais dos parlamentares emedebistas alinhavam-se à ala autêntica do partido. Para os jornais da capital cearense, em especial o *Tribuna do Ceará*, o deputado Iranildo Pereira era a figura que mais se aproximava dos chamados autênticos. Por seus pronunciamentos firmes, provocativos e de forte contestação ao governo da Arena, Pereira era de longe o nome que mais representava o grupo no parlamento cearense. Embora também tenha se destacado por seus pronunciamentos e por vezes ocupando a liderança da bancada do partido, Chagas Vasconcelos distinguia-se de Iranildo Pereira neste aspecto. Vasconcelos oscilava entre o que se considerava autêntico ou moderado. Como poderá ser observado no tópico em seguida,

⁴¹ Vale ressaltar a importância de pensar o partido para além de uma análise dicotômica e simplista. Decerto, temos o entendimento de que uma agremiação partidária é formada por sujeitos cujas ideias, por vezes, estão em constante conflito e gerando tensões. Apresentar as vertentes ideológicas que mobilizaram o MDB, portanto, pretende colocar em evidência que o partido não era homogêneo.

sua postura escapa de qualquer alinhamento que possa defini-lo. Chagas esteve ligado tanto a Iranildo Pereira quanto ao representante dos moderados no Ceará, o deputado Mauro Benevides. Este último manteve-se na linha fronteira entre o combate ferrenho à Ditadura e o diálogo com a ela.

Para além do entendimento do MDB como partido de oposição, é importante percebê-lo do modo como seus membros o enxergavam. Mais do que um partido sublinhado pelo pragmatismo na sua atuação, o MDB era visto como uma frente ampla de combate ao regime. Em suas fileiras reuniram-se democratas, em sua maioria alinhados à esquerda, cuja bandeira era a liberdade democrática. Embora deslizando por vezes e tropeçando em suas ações, o grupo autêntico conseguiu fixar na opinião pública a imagem do partido como frente de colisão contra o autoritarismo do regime. Tais considerações não impediram, contudo, de alguns parlamentares ligados à agremiação se autoanalisarem. Referindo-se às condições de como nascera o MDB, o deputado Paes de Andrade pontua:

A Arena não era, pois, um partido. Era um saco de oportunismo. O mesmo se poderia dizer, de certo modo, do MDB: - era uma colcha de retalhos, formada por antigos udenistas, pessedistas, trabalhistas e outras legendas menos votadas. Confundiam-se com os que arcavam com a decisão heroica de lutar contra o poder sem escrúpulos da ditadura disfarçada, os políticos hábeis que buscavam o MDB, não propriamente para fazer oposição, mas porque sabiam que a legenda oposicionista era o caminho mais curto para a vitória no seio do eleitorado urbano de que dependiam (ANDRADE, 1978, p. 64).

A crítica do parlamentar emedebista sinaliza para a fragilidade do sistema bipartidário. O oportunismo presente tanto na Arena quanto no MDB, contribuiu para que este último fosse, de certo modo, enxergado como um dos tentáculos da primeira. A cultura política do assistencialismo associado ao mandonismo e às práticas clientelistas entranhou-se nas estruturas da Arena e do MDB. Durante os treze anos de vigência do bipartidarismo, os meios de representação política foram aos poucos se desmilinguindo e, a Ditadura, respirava ofegante e enfraquecia na mesma proporção.

O que antes parecia a solução para a manutenção da fachada democrática foi um dos mais assustadores pesadelos da Ditadura. O tiro saiu pela culatra! Em 1974, o MDB saiu das urnas vitorioso e ampliou o número de representantes nas assembleias estaduais, na Câmara e no Senado. Daí em diante, a estabilidade da Arena foi posta em cheque. A solução, portanto, foi estratégica: a volta ao pluripartidarismo em 1979. Ao andar da carruagem, a estratégia de barrar o crescimento da oposição com o fim do bipartidarismo não fora suficiente. A luta pelo retorno à liberdade democrática intensificou-se e se alastrou na formação de novos partidos.

3.2 O *affaire* entre Governo e Oposição: Chagas Vasconcelos e o MDB no Ceará

Fortaleza, 5 de abril de 1972. A Manchete da segunda página do Jornal *Correio do Ceará* trazia os seguintes dizeres: CHAGAS TEM CRISE NERVOSA E CHORA NA AL. O contexto no qual este acontecimento se inscreve é de um período de suspensão da ordem democrática, cuja liberdade de dizer, ir e vir estava cerceada. Imerso em escândalos de corrupção, velados por um forte aparelho repressor, o Brasil amargava uma Ditadura deflagrada pelos militares em março de 1964. Os primeiros anos do regime se destacaram por uma fase de constituição deste como “vontade inequívoca da nação”, sustentado por alguns pilares que faziam transparecer um ar de normalidade. Estes pilares, como bem nomeou o historiador Carlos Fico, são os pilares da repressão: a. Espionagem, b. Polícia Política, c. Censura e d. Propaganda. (2003, p. 197).

Dadas as limitações de se criar e manter uma oposição efetiva nos anos de exceção, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), embora imposto pelas fileiras do autoritarismo vigente, representava a via legal de enfrentamento ao regime. Diante disto, alguns sujeitos se colocaram à frente deste embate direto com o governo dos militares, denunciando e tecendo críticas a ele. Dentre estes, o deputado estadual Chagas Vasconcelos, no Ceará, apresentava-se como porta-voz da oposição no Estado entre os anos de 1966-1979, protagonizando dissabores e trocando farpas com o governo da Aliança Renovadora Nacional (Arena). O episódio do choro de Chagas Vasconcelos, extraído do jornal citado acima, é um dos exemplos dos conflitos e tensões que movimentavam a vida política cearense na efervescência da austeridade da Ditadura. Ele é ainda o vértice de uma situação que culminou na denúncia feita pelo Deputado Chagas Vasconcelos a respeito dos atos de corrupção no Governo do Cel. César Cals de Oliveira⁴².

Uma vez que não nos interessa a origem das coisas, vejamos onde se dão os começos destas tensões:

O líder do MDB na Assembleia, Deputado Chagas Vasconcelos, denunciou ontem o que classificou de ‘um violento processo de corrupção envolvendo o governo do Estado, nunca visto nem mesmo nos tempos anteriores à revolução’ – Segundo o parlamentar opositor, que ontem reuniu os jornalistas no Legislativo, o governador Cesar Cals vem infringindo norma legal revolucionária e contratando centenas de professores mediante indicação dos deputados que pertencem ao seu esquema político. Segundo o líder do MDB, só têm direito a nomear professores os deputados que apoiam o governador e assinaram sua ‘carta de princípios’. Os que

⁴² Cals foi Senador pelo Ceará (1979-1987), Governador (1971-1975) e Ministro de Minas e Energia do Brasil (1979-1985). Junto com Virgílio Távora e Adauto Bezerra, também militares, protagonizou o “acordo dos coronéis”, coligação que visava a alternância dos três na política estadual. Contudo, a aliança não impediu as disputas e dissabores entre eles durante o tempo em que comandaram a política no Ceará, criando grupos independentes dentro dos partidos dos quais fizeram parte (UDN, Arena e PDS).

discrepam são punidos, deixando de fazer as indicações, e perdendo terreno em seus municípios (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 09 mar. 1972, p. 02).

A denúncia feita por Chagas coloca questões interessantes de serem pensadas: o líder oposicionista insinua, a partir deste ato, que estão reduzindo a capacidade nepotista dos políticos. Denuncia que os deputados da oposição também querem ter a moeda de troca do clientelismo⁴³ em suas mãos. Não se denuncia o clientelismo, mas o fato do clientelismo não estar acessível aos deputados da oposição.

O controle da máquina pública estadual era exercido pela Arena, o que fortalecia sobremaneira a rede de fidelidade e reciprocidade que dava sustentação ao governo. Deste modo, a denúncia dos atos ilícitos cometidos pelo executivo sugere certa inconformação da oposição com o fato de os recursos e verbas que movimentavam o sistema de base clientelista, não chegarem até ela na mesma proporção que eram direcionados aos partidários do governo.

Com a assembleia em recesso e retorno previsto para abril, a imprensa foi convocada a fim de que fosse divulgada a denúncia do Deputado Chagas Vasconcelos. Doravante travou-se com o governo do Estado um confronto cuja dimensão ganhou as páginas dos principais jornais da época. O imbróglio gerado pela denúncia colocou o líder da bancada emedebista em maus lençóis, uma vez que atingira diretamente o chefe do executivo estadual, o governador César Cals. Em primeiro ato de revide às acusações feitas, Cals se manifesta:

[...] o Governador César Cals revelou ontem à imprensa ao desembarcar no aeroporto Pinto Martins procedente de Brasília, que processará, por crime de calúnia, o Deputado Chagas Vasconcelos, 'em razão das falsidades tornadas públicas por esse político'. [...] O chefe do executivo entende que já é época de se acabar com as práticas oposicionistas com base em falsos pressupostos, utilizando a leviandade e a mentira como instrumento de promoção política (JORNAL UNITÁRIO, Primeiro Caderno, 15 mar. 1972).

É necessário atentar, após essa apresentação das partes envolvidas, para a atuação política do Deputado Chagas Vasconcelos. Assim como contemporâneos seus que enfrentaram o regime, é preciso pontuar que seu comportamento não necessariamente correspondia a um perfil de esquerda. O historiador Rodrigo Motta (2007) alerta para a questão de parte do grupo ligado ao MDB ser oriundo de ideologias liberais ou democratas que resolveu assumir uma postura radical em relação ao regime. Neste sentido, Motta postula:

⁴³ É possível, segundo Rodrigo Motta, integrar o clientelismo como elemento da cultura política do Brasil. Associado a outros elementos considerados centrais – tais como: “um imaginário nacional, o personalismo, o elitismo, a frágil identificação dos cidadãos com os partidos, o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos” – o clientelismo compõe “um repertório de representações e práticas que influenciam os comportamentos políticos de muitos brasileiros” em menor ou maior escala (MOTTA, 2013).

[...] o grau maior ou menor de radicalismo verbal contra o regime militar não correspondia necessariamente a uma eventual filiação esquerdista. Alguns membros do MDB adotaram discursos agressivos de denúncia dos governos militares, mas não pertenciam à esquerda, eram democratas radicais (2007, p. 288).

Podemos, dessa forma, considerar a posição de Chagas Vasconcelos dentro desta perspectiva de análise do professor Rodrigo Motta. Durante sua atuação como deputado, foi perceptível em nossa análise esse “radicalismo verbal”, porém nada que nos conduzisse a considerá-lo dentro de um posicionamento de esquerda⁴⁴.

Destarte, a postura tomada pelo deputado Chagas Vasconcelos despertando a sanha do Governo do Estado obedecia ao posicionamento tomado pelas lideranças do partido naquele ano, como pode ser observado nesse trecho extraído do *Correio do Ceará*:

[...] a bancada do Movimento Democrático Brasileiro deverá manter uma atitude mais agressiva com relação ao governo do Estado na sessão legislativa que se inaugurará em abril, segundo ponto de vista expresso pelo grupo radical do partido, que se intitula autêntico e cuja expressão principal é o deputado Iranildo Pereira. O raciocínio dos oposicionistas é o de que, da Arena, pouco ou nada se pode esperar, tendo em vista a disposição do governador de, apoiado fortemente pelo sistema, esmagar qualquer reação que possa ocorrer nas hostes parlamentares governamentais. Assim, o MDB ficará praticamente como a única força de resistência ao Governo do Estado (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 02 mar. 1972, p. 02).

O vislumbre de uma possível dissolução do partido, visto o insucesso do MDB nas eleições antecedentes a 1972, contribuíra para a tomada de atitudes mais agressivas por parte das lideranças do partido em relação ao Governo. Em virtude ainda do desdém do governador Cesar Cals à oposição, os ânimos se afloraram no interior do partido. Diante disso, as aspirações da oposição tiveram na liderança⁴⁵ do Deputado Chagas Vasconcelos o canal para viabilização delas. Um dos anseios do MDB ante a conjuntura apresentada era firmar-se eleitoralmente a fim de conquistar os eleitores insatisfeitos com a Arena. Para o deputado Paes de Andrade, ligado ao grupo autêntico, a preocupação residia em “assegurar a unidade do partido em torno da tese de maior agressividade para com o governo” (*idem*). É problemática esta tese de unidade, uma vez que era preciso lidar com dissidências dentro do partido por parte de membros cuja postura era conivente com o governo da Arena. No tocante à questão do partido político, este é, antes de tudo, a reunião de sujeitos com aspirações, desejos e pontos de vista diversos. É deveras complexo pensar na comunhão de ideias, considerando a multiplicidade dos sujeitos que dão existência a uma agremiação, principalmente, considerando o modo como Arena e MDB foram gestados.

⁴⁴ Trabalharemos as falas referentes a esta questão mais detalhadamente em outro momento do trabalho.

⁴⁵ O líder oficial da bancada emedebista na Assembleia Legislativa era Chagas Vasconcelos, porém a imprensa cearense associava muito mais o deputado Iranildo Pereira à ala mais autêntica da oposição do que o próprio Vasconcelos.

As disputas internas e externas que marcam o jogo do MDB no cenário político dos anos 1970 parecem reafirmar a importância atribuída por Serge Berstein aos partidos políticos como objeto histórico. Para ele,

[...] o partido político está em condições de oferecer ao historiador uma considerável quantidade de informações sobre os grupos que se esforçam por reunir os homens tendo em vista uma ação comum sobre o poder sobre a sociedade. Informações de ordens diversas, que esclarecem singularmente, por menos que se formulem as perguntas certas, o comportamento do homem na política, e, além disso, o jogo complexo das forças que condicionam e motivam seus atos (1988, p. 71-72).

Ainda segundo o autor, o papel desempenhado pelos partidos é melhor compreendido quando articulado à cultura política na qual se dá sua existência (BERSTEIN, 2009, p. 31). Em linhas gerais, cultura política seria, segundo Berstein, um grupo de representações, normas e valores pensadas para além da família ou grupo, não sendo ainda possível reduzi-la à noção de partido político (*idem*, p. 31). Ao tomarmos como análise Chagas Vasconcelos, o MDB e as relações que entremeiam estes dois, não estamos impondo a cultura política como explicação unívoca dos comportamentos ou mesmo dos fenômenos do político como um todo. Entendemos que o político é neste sentido o espaço de articulação do social.

Dito isto, a noção de cultura política nos fornece ferramentas para a problematização dos comportamentos do grupo emedebista do qual Chagas Vasconcelos fazia parte, identificados como autênticos no enfrentamento ao regime militar. Neste sentido, após a réplica do Governador Cesar Cals à denúncia feita pelo deputado Chagas Vasconcelos, houve no seio do partido uma reorientação em relação ao comportamento do grupo perante o ocorrido. O apoio ao deputado e sua postura frente à bancada formalizou-se a partir do comunicado à imprensa feito pelo presidente regional do partido à época, Mauro Benevides:

[...] como se não bastasse a sua ostensiva e constante participação em reuniões políticas, durante as quais não se vislumbra qualquer preocupação em resguardar, pelo menos, a majestade do cargo que ocupa como governador de todos os cearenses, e o persistente assédio a alguns prestigiosos líderes do emedebismo interiorano, passa S. Exa., agora, para a condenável faixa de intimidação, no intuito de criar o círculo de obstáculos com que já se defronta, no Ceará, do Movimento Democrático Brasileiro, objetivando, neste episódio, calar a voz de um dos mais brilhantes e destacados parlamentares alencarinóis. A impulsiva atitude do Senhor Governador constitui mera satisfação aos setores que, diante da revelação do Deputado Chagas Vasconcelos e de sua fácil comprovação, passaram a estranhar o comportamento de S. Exa., que não se compatibiliza com a pregação oriunda do movimento revolucionário, do qual se diz porta-voz autêntico e tenaz propugnador. Além dessa interpretação, poder-se-ia, na deliberação precipitada do primeiro mandatário do Estado, o desejo de instaurar clima de temor no seio do oposicionismo cearense, num ano em que serão efetuadas eleições municipais e, em função destas, planejar o esmagamento dos nossos heroicos correligionários – a exemplo de eminentes adeptos do grêmio situacionista – como meta prioritária de seu esquema de trabalho cotidiano (JORNAL UNITÁRIO, Primeiro Caderno, 16 mar. 1972, p. 03).

A nota traz um tom duro diante da decisão do governo de processar Chagas Vasconcelos e conduz o grupo ao apoio irrestrito ao parlamentar na tentativa de assegurar sua denúncia. Os elementos retóricos presentes na fala de Mauro Benevides, repletos de expressões rebuscadas, revelam em parte o comportamento dele para com o regime⁴⁶. Embora parecesse autêntico, por vezes sua postura moderada e conciliatória nos faz questionar se de fato Mauro Benevides se identificava com a ala mais autêntica do partido. Todavia, a parca literatura existente do partido⁴⁷ o coloca, assim como Chagas Vasconcelos, dentro do que se convencionou chamar MDB histórico.

A atitude do governador em resposta à denúncia de Chagas Vasconcelos veio a calhar para a oposição naquele momento. Em pleno ano eleitoral, o MDB tiraria o máximo de proveito possível da situação, cujos debates favoreceriam a oposição ante o posicionamento de arbitrariedade tomado por César Cals. Em virtude do suposto crime cometido por Chagas Vasconcelos, o governador reuniu seus auxiliares a fim de estudar como se daria o enquadramento do deputado. Rumores apontavam que Cals enquadraria Vasconcelos na Lei de Segurança Nacional, o que se concretizou a posteriori.

O Governador Cesar Cals solicitou à Delegacia de Polícia Federal, no Ceará, o enquadramento do deputado estadual Chagas Vasconcelos, na Lei de Segurança Nacional, como incurso no artigo 36⁴⁸, que estabelece sanções àqueles que atingirem a moral e dignidade do Presidente da República, Vice, Governadores, Prefeitos e Procuradores. Segundo o Chefe do Executivo cearense, o líder do Movimento Democrático Brasileiro praticou crime de calúnia e difamação, denunciando sem qualquer fundamento corrupção no critério de nomeação dos professores para a Secretaria de educação do Estado, mediante distribuição entre deputados fiéis ao esquema do Palácio da Abolição (*idem*, 19 mar. 1972, p. 01).

Para além das motivações e implicações políticas, a atitude do Governador foi pessoal, tendo em vista as acusações mexerem no íntimo do político. Ao acionar o dispositivo legal a seu favor, Cals sugere uma “revolta íntima”, como se estivessem em disputa apenas as

⁴⁶ A tendência conciliatória adotada por Mauro Benevides e alguns de seus pares emedebistas é um aspecto dos comportamentos cuja cultura política influencia sobremaneira. Todavia, não se devem excluir da análise dos comportamentos políticos escolhas e vontades individuais, como se a cultura política por si só explicasse tais condutas. Tendências como a flexibilidade, a conciliação e a negociação de conflitos foram estratégias presentes no jogo político do regime de 1964.

⁴⁷ Existem alguns trabalhos que tocam no tema dos partidos políticos, a maioria deles apenas de relance. No que concerne ao MDB, temos uma literatura ainda parca, pois os trabalhos mais conhecidos sobre o partido são o do historiador Rodrigo Patto Sá Motta e o da socióloga Maria Dalva Kinzo. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB* é fruto da dissertação de mestrado do professor Rodrigo Motta e *Oposição e autoritarismo: gênese trajetória do MDB (1966-1979)*, é resultado da tese de doutorado de Maria Dalva. Referente a atuação da oposição no Ceará, conhecemos os livros *História política do Ceará* e *Os partidos políticos do Ceará* de Aroldo Mota e Abelardo Montenegro, respectivamente. Ambas as obras tratam do partido em poucas páginas e sem maiores problematizações.

⁴⁸ A problemática em torno do enquadramento do deputado Chagas Vasconcelos residia no próprio dispositivo do artigo 36, que até o momento não havia sido utilizado no Brasil e tampouco a nível estadual, explica a redação do Correio do Ceará (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 20 mar. 1972. Caderno de Política. p. 2).

aspirações pessoais de dois cidadãos comuns. Cedendo aos ímpetus, o governador perde-se por alguns momentos do jogo político, onde possíveis ofensas e ataques figuram estratégias para desestabilizar adversários.

É interessante, ainda, a partir do acontecimento narrado pela imprensa, pensar as teatralizações feitas por esta última⁴⁹. Sabemos, pois, que a notícia veiculada passa em certa medida por um processo de manipulação, uma vez que o jornal, como veículo de comunicação, corresponde aos interesses de seus idealizadores. De iniciativa particular, os jornais *Unitário* e *Correio do Ceará* foram fundados pelo jornalista João Brígido dos Santos e pelo empresário do ramo gráfico Álvaro da Cunha Mendes, em 1903 e 1915, respectivamente. Posteriormente, ambos passaram a pertencer ao grupo dos Diários Associados⁵⁰, fundado pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand. A mudança para o grupo de Chateaubriand significou, decerto, um realinhamento na linha editorial de ambos os periódicos. Quanto ao noticiário local, é possível perceber certa autonomia dos jornais na tomada de decisões. Porém, no que tange à política nacional “havia uma orientação a ser seguida por toda a rede de veículos de comunicação dos ‘Diários Associados’” (IIDA; MUSSE, 2014).

É importante ressaltar, neste sentido, a imprensa como agente histórico que intervém nos acontecimentos, e não mero elemento destes. Tomá-la como fonte requer problematizar as armadilhas postas no trabalho com este tipo de documentação. Assim como qualquer documento que posteriormente vire fonte histórica, o jornal não é um dado a ler e extrair dele o que se quer saber, ele é uma produção de seu tempo histórico e auxilia na análise da sociedade em sua heterogeneidade e complexidade. Em se tratando da história política, o jornal como objeto ou fonte estabelece relações entre sociedade e Estado (VIEIRA, 2013, p. 02). Nesta senda, o jornal (de)forma opiniões, produz sentidos, veicula e exerce relações de poder entre os sujeitos. A análise do jornal como documento histórico permite ainda dialogarmos com Michel Foucault no que concerne aos “regimes de verdade”. Segundo o autor, em cada sociedade “a verdade é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante de alguns grandes aparelhos políticos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social” (FOUCAULT, 1979, p. 13). Há todo um aparato

⁴⁹ De acordo com Rodrigo Motta, as ambiguidades e os paradoxos da ditadura brasileira podem ser vistos no modo como a imprensa fora tratada neste período. Para Motta, “a imprensa gozou de momentos de relativa liberdade de expressão, alternados por fases de censura intensa, sendo que mesmo nesses algumas críticas ao Estado foram publicadas nos jornais mais independentes”. Ver MOTTA, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁰ A imprensa teve papel fundamental na constituição e consolidação do regime militar instaurado em 1964, o que não exclui, evidentemente, a existência de veículos alternativos cuja atuação foi contestatória à Ditadura. Jornais como *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, assim como os que compunham os *Diários Associados*, foram abertamente defensores do golpe militar.

de mecanismos e estatutos que legitimam uma sociedade na produção de verdade. O jornal, como meio de comunicação, integra, desta maneira, estes grandes aparelhos responsáveis por “dizer o que funciona como verdadeiro” (*idem*, p. 12) numa dada sociedade.

Voltando ao acontecimento da denúncia feita por Vasconcelos, as coisas tomaram rumos de modo que a imprensa apontava para um possível acordo entre as partes. A possibilidade de conciliação não havia sido descartada, pois os lados estavam cientes das consequências que suas decisões poderiam acarretar. Embora os envolvidos não abrissem mão de suas posturas ante o ocorrido, pairava sobre eles certo temor pela ameaça de uma radicalização política eminente.

Sentindo toda a extensão do problema, próceres de sensibilidade mais aguda, tanto de um lado como do outro, mantiveram encontro para uma troca de ideias. O Secretário da Casa Civil, Sr. Vicente Augusto, e os deputados do MDB Paes de Andrade e Mauro Benevides conversaram informalmente sobre o assunto e, embora não tenham chegado a nenhuma conclusão, por enquanto, não se pode desconhecer que existe possibilidade de surgir uma forma conciliatória. A principal dificuldade com que se deparam os articuladores de tal fórmula conciliatória é esta: o problema foi colocado em termos irretiráveis. Nem o Governador pode voltar atrás em seus propósitos nem o Deputado pode negar o que reafirmou. Nessas circunstâncias, está posta de lado a solução simplista de desistência, por parte do Chefe do Executivo, ou de retratação, por parte do parlamentar (JORNAL UNITÁRIO, Primeiro Caderno, 22 mar. 1972, p. 03).

Apreende-se das articulações para um possível acordo um elemento interessante da cultura política brasileira. Presente em processos distintos de nossa história, os “arranjos de acomodação” ou “estratégias de conciliação”, como queira, significam na tradição brasileira “o acordo político “pelo alto”, envolvendo grupos dirigentes e o Estado” (MOTTA, 2018, p. 119). Considerando o contexto da Ditadura brasileira, estes acordos poderiam envolver atores e setores distintos, nem sempre explícitos mas que figuram entre “arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões” (*idem*, p. 120).

Diante da possibilidade de uma conciliação, Chagas Vasconcelos mostrava-se disposto a direcionar a questão a fim de solucioná-la:

O MDB vem reagindo a essa disposição do Executivo. Ontem, contatos foram feitos entre os deputados Mauro Benevides, Paes de Andrade e Chagas Vasconcelos chamado do interior justamente para tratar do assunto. Hoje, os contatos foram retomados, com a participação de um número maior de representantes oposicionistas deliberando-se aguardar as reações do Governador para uma nova tomada de posição do MDB. A perspectiva, no entanto, é a do entendimento, com a qual estaria o Sr. Chagas Vasconcelos disposto a concordar, desde que dele nada fosse exigido, especialmente em termos de retratação (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 22 fev. 1972, p. 02).

As negociações para um provável acordo sugerem a condução do jogo político a partir de decisões estratégicas que visavam o benefício de ambas as partes. Assim, o MDB entendeu

que se recuasse da denúncia feita pelo deputado, tal atitude não lhes traria benefícios concretos e, de todo modo, descredibilizaria a oposição perante a opinião pública. Desta forma, mesmo com o interessado maior inclinado à conciliação, prevaleceria a vontade do partido em manter-se no *status* de oposição ao regime de 1964, ainda que isto lhes custasse enfrentar a fúria deste último. Nesta perspectiva, é importante tomar essas relações dentro do campo político como relações de força. Para além das relações de dominante x dominados, está circunscrita a luta para manter-se na disputa pelos espaços onde o poder circula e se afirma.

Após observar as prerrogativas mencionadas acima, a oposição resolveu manter a denúncia e dar continuidade ao processo. Em reunião realizada com a executiva do MDB, não se abriu mão de manter o apoio ao deputado Chagas Vasconcelos. A fresta que se abriu para a conciliação foi vista com maus olhos até mesmo pela ala mais moderada do partido. Dando sequência ao processo, especulou-se que o governador mudaria o artigo pelo qual enquadraria o deputado Chagas Vasconcelos na Lei de Segurança Nacional. Em vez do artigo 36, mudaria para o 16, que punia quem divulgasse por meio de comunicação social ‘notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas’ (*idem*, 22 fev. 1972, p. 02). Concretizadas as especulações, o governador entregou aos 27 de março de 1972 à Auditoria Militar, a representação contra o deputado Chagas Vasconcelos anexada com matérias dos jornais cearenses e de outros estados, onde se veicularam as declarações do parlamentar emedebista.

Ensejado pela atitude do governador César Cals, o deputado e representante do MDB na Câmara Federal, Paes de Andrade, distribuiu na imprensa uma entrevista com tom duro e provocativo:

A oposição – afirma o deputado Paes de Andrade – não abdicará, em nenhum momento e quaisquer que sejam as ameaças de intimidação do direito de fiscalizar a administração pública criticando-lhe os desacertos, denunciando a prática de corrupção e atos contrários ao interesse da coletividade. Esse direito – aduziu – é irrenunciável, exatamente porque corresponde ao seu estrito dever para com o povo cearense, que exige dos que estão investidos de qualquer soma de responsabilidade política, vigilância permanente e atuação decidida em repúdio à má administração da coisa pública e à política do sacrifício do bem geral para a satisfação de interesses facciosos. [...]

O que se impunha ao sr. Cesar Cals, se não estivesse cego aos prudentes conselhos da boa razão pela sua excessiva vaidade e enfermiza convicção pelo poder, seria a apuração serena e integral dos fatos denunciados como irregulares, para, em face da opinião pública se inválida a denúncia, justificar os atos impugnados. E assim, o fórum da opinião pública, seria o melhor juiz da conduta do governo, exposto perante ela através da tribuna da assembleia e dos esclarecimentos prestados à imprensa. Mas não é o juízo imparcial da coletividade cearense o que pretende o governador do Estado, diz Paes de Andrade. Não é a defesa cabal dos seus atos impugnados pelo líder da oposição o que lhe interessa. O que ele deseja, ferido nos seus exagerados melindres de governante, é punir a voz corajosa que ousa enfrentar a sua autoridade, que ele próprio considera inviolável, para fazê-la calar, utilizando-se, para isso, da Lei de

Segurança Nacional que jamais foi invocada pelo presidente Médici para cercear o direito de crítica dos parlamentares (*idem*, 28 mar. 1972, p. 02).

Na entrevista, Paes de Andrade suscita questões interessantes no que tange à oposição. A manutenção de alguns mecanismos democráticos após o golpe deflagrado em 1964 pelos militares fazia parte das tentativas de forjar uma fachada democrática. Diante disso, o MDB se apresenta como um destes mecanismos no sentido de, em certa medida, ser um dos responsáveis por empregar ao regime uma aparência democrática. É importante ponderar também que a atitude de enfrentamento ao governo pelos parlamentares tem relativa importância diante da conjuntura política que se apresentava. Dito anteriormente, vale ressaltar, não se trata de associar Paes de Andrade, Chagas Vasconcelos e outros à militância política com viés de esquerda ou mesmo tomá-los como mártires desta. O que estamos colocando é que embora o MDB “colaborasse” para manter esta fachada do regime, seu papel de oposição merece ser considerado, tendo em vista de ser a via legal de enfrentamento à Ditadura.

Postas estas discussões, nossa análise se volta agora para a manchete do *Correio do Ceará* que abriu este tópico. Frente ao contexto do qual emergiu, o fato ao qual a manchete do jornal faz menção se dá como resultado do processo narrado até aqui. Ao retomar os trabalhos em abril de 1972, a Assembleia Legislativa do Ceará⁵¹ passou a ser um dos cenários do *affaire*⁵² entre governo e oposição que até o momento havia sido protagonizado na imprensa. Os ânimos e expectativas estavam a todo vapor para o pronunciamento de Chagas Vasconcelos. Dias antes da abertura dos trabalhos na casa, Vasconcelos se mostrava confiante com o andamento da questão. Em declaração ao *Unitário*, o deputado disparou:

[...] espero ser absolvido; não cometi nenhum ‘crime’[...]. Não encontro razões plausíveis que justifiquem o procedimento do Governador Cesar Cals. Agi como representante do povo, cumprindo mandato. Não caluniei nem injuriei e provarei isso [...]. Faço oposição honesta, como deputado apontando erros e sugerindo soluções. Minha vida pública tem sido pautada em atos assim e não pretendo nunca mudar a linha de conduta. A representação do sr. Cesar Cals decorreu de atitude impensada e ele não quis recuar. Foi infeliz ao preparar o processo, que é falho e não construirá nada, absolutamente nada [...]. Conforta-me sentir o apoio emprestado por todo Movimento Democrático Brasileiro, firmando posição das mais coerentes. Não tenho o que temer; estou com a consciência tranquila, certo de haver cumprido com o dever, honrado o mandato de deputado (JORNAL UNITÁRIO, Primeiro Caderno, 29 mar. 1972, p. 01).

O comportamento de Chagas Vasconcelos diante do caso nos dois momentos, primeiro

⁵¹ O acesso às atas das sessões com os discursos na íntegra não foi possível, pois o material deteriorou-se devido a fatores externos. As atas que estão disponíveis no arquivo da casa constam as sessões de maneira resumida, não sendo possível o conteúdo completo dos pronunciamentos.

⁵² O termo é utilizado, em tom irônico, pelo *Correio do Ceará* para se referir aos desentendimentos entre Chagas e o Governador Cesar Cals.

simpático à reconciliação e depois seguro de continuar com a denúncia, é exemplo da discussão feita anteriormente sobre a cultura política. Pensar o comportamento dos sujeitos a partir deste recurso interpretativo – a cultura política – diz da complexidade de determinados comportamentos adotados por um sujeito ou grupo. O parlamentar que dias antes mostrava-se propenso à “conciliação” entre as partes, na declaração acima empodera-se no sentido de não recuar da sua atitude inicial ante o processo em curso. Evidentemente a existência de múltiplos recursos interpretativos não deu conta de explicar os comportamentos políticos, a cultura política tampouco. Contudo, tomá-la como ferramenta heurística possibilita a análise destes comportamentos a partir de um complexo sistema de representações, como fora mencionado em linhas anteriores.

Chegada, pois, a tarde de 3 de abril, sob aplausos das galerias, Chagas Vasconcelos proferiu seu discurso contra a atitude do Governador Cesar Cals de processá-lo. As tentativas sucessivas de achincalhar e atrapalhar o pronunciamento por parte das lideranças da Arena na casa, também fizeram parte das teatralizações em torno do processo na sessão daquele dia. Seguem as palavras do jornal *Unitário* sobre o pronunciamento:

Chagas Vasconcelos disse que, na sua vida, já tinha passado por muitas emoções, mas jamais sentiu uma tão grande como a que passa no momento. O que mais lhe emociona e lhe fere, no fato, é ter tentado o Governador Cesar Cals considera-lo um traidor. Segundo seu raciocínio, interpretando como bacharel a Lei de Segurança Nacional, todo aquele que infringir esse diploma legal é, ‘ipso facto’, um traidor da pátria, um traidor da nação e um traidor dos objetivos nacionais [...]. Argumentou o deputado Chagas Vasconcelos que a intenção do Governador Cesar Cals não era preservar seu nome e sua dignidade de uma possível calúnia ou injúria. ‘Seu propósito é prender-me, arrastar-me ao cárcere por 2 a 6 anos, fazer-me perder o mandato e desfalcá-lo a oposição no Estado’, disse, acrescentando, ‘tudo isso porque disse a verdade’. Chagas afirmou não ser contra deputado ser processado. Mas achava ‘uma covardia’ utilizar-se o governador da Lei de Segurança Nacional contra um deputado. Porque a processualística desse instrumento legal não lhe daria oportunidade de provar o que revelou em entrevista à imprensa (*idem*, 04 abr. 1972, p. 03).

Refutando a fala do parlamentar, as lideranças da Arena consideraram que o deputado havia perdido a chance de retratação:

[...] mostrando que o governador Cesar Cals deu uma oportunidade para que o bom senso funcionasse e o Deputado Chagas Vasconcelos se retratasse de suas declarações, o líder da Arena, Deputado Gomes da Silva, concluiu que, ante a intransigência do líder da Oposição, o Chefe do Executivo não tinha outra alternativa para preservar sua dignidade pessoal e não recorrer à Justiça. Para o Deputado da Arena, João Frederico, o Deputado Chagas Vasconcelos fez uma declaração apressada sem medir-lhes as imprevisíveis consequências, com a ‘cabeça quente e os pés frios’, a conselho de seus amigos. Expôs um princípio de marcenaria: medir dez vezes e errar uma, para demonstrar que o político deve pensar bem antes em tudo que diz, para não errar. A questão será resolvida pela Justiça Militar ponderou João Frederico, e o seu debate na assembleia visa tão-somente a esclarecer à opinião pública, ‘para que o MDB não passe gato por lebre’, porque nós da Arena estaremos vigilantes e não permitiremos (*idem*).

Privilegiada desde sua instalação pelo Ato Institucional Número 2 (AI-2), que criou o bipartidarismo no Brasil, a Aliança Renovadora Nacional seguia nos meandros do regime como “porta-voz” e um dos instrumentos de legitimação do governo. Há neste sentido controvérsias em relação a Arena ter sido o partido no governo ou do governo⁵³. No que tange ao Ceará, a agremiação governista apontava para o primeiro caso, se considerarmos, por exemplo, a atuação das principais lideranças em nível estadual – Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals – o partido se manteve atuante no governo e não apenas como reprodutor das ideias revolucionárias. Por outro lado, a postura adotada enquanto partido oficial era a de manter sob controle, por vezes intimidando, a atuação da oposição como demonstrado no exemplo acima. Vale ressaltar ainda, sobretudo no interior do Estado, a dificuldade de manter uma linha fronteiriça entre situação e oposição. Arena e MDB facilmente se confundiam nas disputas e teatralizações do poder em grande parte dos municípios cearenses, onde se vivenciava a cultura política com raízes no assistencialismo, no clientelismo e no mandonismo. Nestas cidades, os laços familiares, os acordos e alianças entre grupos ligados aos dois partidos tinha uma relevância bem mais visível em relação à capital, o que não significa que Fortaleza não partilhava destas mesmas práticas políticas⁵⁴.

A estratégia da Arena de obstrução da defesa do deputado Chagas Vasconcelos teve ainda mais eficácia na sessão do dia 4 de abril de 1972, quando visivelmente abalado, o parlamentar deixou a Assembleia. Após questionar em seu pronunciamento o aspecto processual do problema que envolvia o Governador e ele, Chagas considerou César Cals “mau caráter” por optar pela Lei de Segurança Nacional, que lhe conferia vantagens pelo cargo exercido. Em resposta a Vasconcelos, o líder da Arena Aquiles Peres Mota argumentou:

Na qualidade de Governador, o engenheiro Cesar Cals poderia utilizar um dos dois diplomas legais, tendo preferido a Lei de Segurança Nacional. E não poderia ser criticado por bacharéis em direito, como o Deputado Chagas Vasconcelos, por ter recorrido à lei, ‘quando poderia enveredar por caminhos sinuosos’ (*idem*, 05 abr. 1972, p. 03).

Na opinião do líder arenista, diante da possibilidade de escolha dos dispositivos legais

⁵³ A historiadora Lúcia Grimberg em trabalho sobre a atuação da Aliança Renovadora Nacional, refuta a ideia de que o partido tenha sido mero instrumento de promoção do regime, defendendo também sua área de atuação enquanto partido no governo (GRIMBERG, 2004).

⁵⁴ Serge Berstein aponta para a pluralidade de culturas políticas no interior de uma nação. Segundo o autor, há uma área de abrangência que corresponde aos valores partilhados. Se num dado momento da história, aponta o autor, “essa área de valores partilhados se mostra bastante ampla, temos então uma cultura política dominante que faz infletir pouco ou muito a maior parte das outras culturas políticas contemporâneas” (BERSTEIN, 1998, p. 354.) Diante dessa complexidade e diversidade, as nuances das culturas políticas carecem de ser observadas com olhar mais acurado.

a serem utilizados pelo governador, Cesar Cals optou pela Lei de Segurança Nacional, que oferecia proteção tanto a seu cargo quanto à sua dignidade enquanto cidadão. Para Chagas Vasconcelos, César Cals pretendia feri-lo em sua dignidade apenas por prazer pessoal:

[...] se o governador tivesse querido apenas defender sua dignidade, não teria optado pela Lei de Segurança Nacional. Porque pela decisão tomada, nem que ele seja condenado, o Governador não terá reparação, a não ser a satisfação de pô-lo na cadeia por 2 a 6 anos. Enquanto pelo Código Penal, se ele não conseguisse provar o que denunciou, a dignidade do Chefe do Executivo estaria salva. Isso porque – explicou Chagas Vasconcelos – A Lei de Segurança Nacional não admite a exceção da verdade, que consiste em absolver aquele que teria ofendido, se este provar o que disse (*idem*).

O apelo do governador ao dispositivo da Lei de Segurança Nacional, em seu artigo 16, – que punia aqueles que violassem imunidades pessoais, diplomáticas e reais de um chefe ou representante da nação – impossibilitaria um julgamento equânime da questão. Ou seja, o instrumento acima referido e contestado por Chagas, privilegiava o governador e limitava sobremodo as reais chances de defesa do deputado. Numa eventual condenação do parlamentar emedebista, a LSN não permitiria uma retratação para com o Governador, visto a pena ser de reclusão de 2 a 6 anos. Diferente deste, o Código Penal colocaria, de certo modo, os dois em patamares equilibrados, oferecendo aos dois as mesmas chances e a possibilidade de preservação do mandato, caso Chagas fosse condenado.

Feitas estas ponderações, atentemos para as relações de força que entremeiam as disputas pelo poder de dizer. Existe nas tensões analisadas neste momento esta luta pela verdade no processo em curso envolvendo governo e oposição. Se víssemos o problema a partir deste prisma – o mais forte x o mais fraco – estaríamos tapando a visão para as relações de poder que se colocam. Há também, para além de disputas partidárias e ideológicas, a presença do cinismo que caracteriza as tramas do político. Impera ainda, o ímpeto narcisista de ambas as partes feridas em seus egos.

Seguindo este roteiro com tons de dramaticidade, a sessão de 4 de abril chegava em seu momento de maior tensão. O ápice desta foi o pronunciamento do deputado Aquiles Peres, jogando ainda mais lenha na fogueira e tocando numa ferida ainda aberta, dada a reação de Chagas Vasconcelos em seguida. Golpe baixo ou não, o líder da Arena conseguiu desmontar Vasconcelos, que visivelmente alterado esbravejou ante as críticas do representante do governo.

Para o deputado Aquiles Peres Mota o Governador Cesar Cals agiu tão certo, neste episódio, quanto o Deputado Chagas Vasconcelos, que teve comportamento idêntico, quando recorreu ao Código Penal, para processar por calúnia um cidadão de Santana do Acaraú, de nome Raimundo Nonato Lopes, que lhe teria ofendido. A diferença é que Cesar Cals, sendo Governador, é protegido também pela Lei de Segurança Nacional. Feita a revelação nestes termos, como não lhe era concedido regimentalmente o aparte que solicitava com insistência, o Deputado Chagas

Vasconcelos revoltou-se, levantou-se de onde estava, pegou o microfone e gritou contra a maneira que considerou desonesta do orador revelar o fato, sem ao menos permitir-lhe uma explicação. Tomado de visível emoção, continuou bradando paralelamente ao orador, que não parou de falar, e confessou que foi obrigado a tomar aquela providência legal para salvar a vida do referido cidadão, que estava ameaçado de morte na cidade e que, no momento, o único meio de salvá-lo era escondê-lo temporariamente na cadeia. Acrescentou que o aludido processo fora arquivado por diligência sua e que estava querendo usar o fato para desmoralizá-lo (*idem*).

As interpretações dadas pela imprensa ao acontecimento mantêm semelhanças, entretanto é importante percebermos as nuances. Os jornais que estamos tratando aqui – *Unitário* e *Correio do Ceará* – apresentam perfis parecidos, devido ao fato de estarem ligados ao mesmo grupo, como dito em outro momento. No caso do acontecido na sessão do dia 4 de abril, uma das cenas do *affaire* entre governo e oposição, as notícias veiculadas pelo *Correio do Ceará* carregam tom de sensacionalismo na forma como são apresentadas aos leitores. Por outro lado, o *Unitário* traz a notícia com mais detalhes com a possibilidade de análise de ambas as partes envolvidas na questão. A manchete de 5 de abril do *Correio do Ceará* referente à sessão do dia 4 traz um chamativo título: “Chagas tem crise nervosa e chora na AL”, com informações pouco elucidativas do caso na tentativa de vitimização do deputado Chagas Vasconcelos.

Longe de ser o desfecho do processo narrado até aqui, a sessão de 4 de abril de 1972 veiculada pela imprensa na edição do dia seguinte foi o capítulo mais esperado da novela *Governo X Oposição*. Dali em diante, a Arena utilizou de variadas artimanhas para protelar a questão. A oposição não recuou da linha de defesa mantida até o momento, continuou denunciando na tribuna da Assembleia diversos casos de irregularidade cometidos pelo Governo do Estado. Acalmados os ânimos após a conturbada sessão, outras demandas se impuseram de modo que se firmou uma trégua entre governo e oposição⁵⁵. Chagas mostrava-se mais tranquilo e com as forças canalizadas na reunião de provas para sua defesa na esperança de sair inocentado. Neste ínterim, como advogado com larga experiência no cargo, Chagas recebeu apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Ceará.

Os meses seguintes à rinha entre o governador e o deputado foram ofuscados por outros impasses envolvendo o governo sob fiscalização ferrenha da oposição. Tais questões colocaram para segundo plano o *rush* entre o deputado Chagas Vasconcelos e o governador Cesar Cals. Deste modo, a questão vem novamente à tona no primeiro semestre de 1973, com o processo já finalizado e Vasconcelos absolvido das acusações. Não foi possível acompanharmos como

⁵⁵ Após a trégua, a oposição fez duas outras denúncias sobre irregularidades em órgãos do Governo do Estado. A primeira, realizada pelo deputado Iranildo Pereira, era contra a direção da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE pela emissão de nota fria no valor de C\$ 10 mil, em um serviço não executado. A segunda denúncia, feita pelo deputado Chagas Vasconcelos, apontava para irregularidades cometidas pela diretoria do Serviço de Processamento de Dados do Ceará - SEPROCE (JORNAL UNITÁRIO, 16 abr. 1972, p. 02).

se dera com precisão o desfecho do caso visto a ausência de mais informações e, também, procuramos aqui dar centralidade ao acontecimento do dia 4 de abril de 1972 e o contexto do qual emergiu.

Desta feita, reascende em 1973 o sensacionalismo empregado aos dissabores e trocas de farpas entre as partes, do ano anterior. Devido ao “aperto de mão” dado entre Vasconcelos e Cals em Santana do Acaraú no encontro dos municípios em 1973, a imprensa não perdeu a oportunidade de trazer à memória a intriga que separava os dois. Diante da recepção do governo em Santana, guiada por Chagas e seus correligionários, o *Correio do Ceará* divulgou:

Os meios políticos ficaram pasmados: os dois mais vigorosos adversários – o Governador Cesar Cals e o líder da oposição na Assembleia, deputado Chagas Vasconcelos – apertaram as mãos durante o encontro de Santana do Acaraú, antontem. O parlamentar fez acusações ao Governo e foi processado até na Justiça Militar. Eram dois polos bem antagônicos. Vem provar apenas uma coisa: em política tudo é possível (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 07 jul. 1973, p. 01).

A atitude do líder da oposição dividiu opiniões nos setores políticos, causando descontentamento de membros do MDB. Durante sua fala no encontro dos municípios realizado em Santana do Acaraú, seu reduto eleitoral, Chagas Vasconcelos ressaltou o respeito pelas autoridades e não deixou de – com requintes de sagacidade peculiares a políticos com larga experiência nos jogos da política – alfinetar o governo. Declarou ainda em um momento de seu pronunciamento que “se algumas vezes tem se excedido em pronunciamentos na Assembleia Legislativa, na qualidade de representante do povo, deve-se em grande parte a sua fragilidade de criatura humana” (*idem*, Seção Interior, 07 jul. 1973, p. 08). A imprensa, mais uma vez, joga com a notícia provocando a sanha de aliados e do próprio Chagas, que considerou desvios na interpretação de sua postura para com o governador em Santana. Em repúdio à maneira como a imprensa divulgou o ocorrido, Chagas declarou à *Tribuna do Ceará*: ‘Houve exploração e deturpadas suas palavras’. A seguir, trecho da manifestação do deputado:

[...] estranhei profundamente a significação que a propaganda governamental quis dar à minha presença à visita que o Senhor Governador fez a minha terra. Fui convidado a uma recepção oficial a ser feita ao primeiro magistrado e como homem público não podia recusar o convite [...]. A caravana governamental quando viu o meu povo reunido ensaiou um comício público, aí, então tive que falar, não saudando o Sr. Governador, pois a saudação foi feita pelo vigário da paróquia, mas mostrando o que meu partido vem fazendo pelo povo, através da PREFEITURA. Nunca me passou pela mente reformular o conceito que tenho da atual administração, conceito este externado nos vários pronunciamentos que tenho feito. E esta visita do Sr. Governador serviu para que eu visse, com os meus próprios olhos, o acinte que vem sendo feito aos homens do sertão, com o chamado deslocamento do Governo para o interior, com o objetivo apenas de promoção pessoal e cata de votos, utilizando-se os recursos públicos (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 09 jul. 1973, p. 03).

Em virtude das tensões desencadeadas do conflito entre as versões de Chagas

Vasconcelos e a imprensa cearense, colocam-se em evidência os jogos de verdade. Estes dizem respeito, segundo Michel Foucault (1979, p. 13), a certos critérios e regras segundo as quais aquilo que diz um sujeito sobre determinado objeto está relacionado à questão do verdadeiro e do falso. Não se trata, portanto, em saber quem está dizendo a verdade ou que está sendo tomado como verdade. Importa perceber as relações em torno de verdade e poder que se colocam nos discursos tanto da imprensa quanto de Chagas Vasconcelos. A versão da imprensa é da passividade de Chagas Vasconcelos ante a presença do governador em sua cidade, em contrapartida, o deputado se coloca na defensiva em relação a esta versão, na tentativa de deslegitimar o discurso da imprensa.

Divididas as opiniões houve quem criticasse a postura do deputado e aqueles que consideraram cavalheirismo de sua parte em decorrência de seu “elevado espírito público”. Para amenizar as tensões e os possíveis impasses dentro do partido, o MDB lançou nota em apoio ao deputado Chagas Vasconcelos. A nota declarava o seguinte:

[...] reiterar integral confiança ao bravo parlamentar, cuja tradição de luta o deixa inteiramente a salvo de qualquer equívoca interpretação em torno de sua comprovada lealdade partidária; lamentar que um gesto seu, de cunho eminentemente democrático, na sua terra natal, com imensurável grandeza de sentimentos, pudesse ser explorado de forma tão reprovável, atrás de continuadas divulgações na imprensa, inspiradas em boletins oficiais de notícias; reafirmar as diretrizes oposicionistas, que altiva ininterruptamente, vêm sendo seguidas pela bancada estadual liderada com invulgar segurança pelo deputado Chagas Vasconcelos, no combate vigilante aos atos governamentais reputados incompatíveis com o legítimo interesse coletivo (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 04 jul. 1973, p. 02).

A oposição firma seu posicionamento na tentativa de manter “coerência” com a postura assumida no caso desde o começo. No mais, o MDB operava dentro das limitações impostas pelo regime militar de 1964. Em certa medida, colaborar para dar sustentação à fachada democrática forjada pela Ditadura era um espectro que pairava sobre o partido. Entretanto, como ressaltado no início, apesar das controvérsias, deslizes e uma limitada atuação, pensar o MDB como oposição remete considerá-lo, a partir daquele contexto, como via legal para traçar um projeto de abertura política para o Brasil. Neste momento, a atuação de líderes como Paes de Andrade, Chagas Vasconcelos, Iranildo Pereira, Mauro Benevides e outros – no caso do Ceará – foi imprescindível para termos ciência da existência de uma oposição, que independente dos jogos políticos em voga conseguiu destaque em importantes pautas para o país.

Dada a singularidade do acontecimento de 5 de abril de 1972, buscamos a partir dele problematizar a oposição no Ceará durante a Ditadura de 1964. Entremeados pelos fios e tramas do político, pensamos a partir da atuação de Chagas Vasconcelos formas de analisar como o poder é exercido, como ele circula entre os sujeitos a partir de práticas e relações de poder.

Perceber essas relações partindo dos conflitos e tensões entre Arena e MDB, representadas na figura do governador Cesar Cals e do deputado Chagas Vasconcelos, respectivamente, foi uma das balizas desta análise.

No auge do autoritarismo vigente, o MDB era um dos resquícios de dignidade democrática existente, uma vez que representava a via de legalidade na oposição ao regime de 1964. Diante da forma como fora gestado, das ambiguidades que lhe eram inerentes e da heterogeneidade de pensamentos em torno de uma única bandeira, o partido conseguiu esquivar-se o quanto pôde da sanha autoritária dos militares. Embora por vezes participando do cinismo das teatralizações e jogos da política, o MDB firmou-se como oposição e nos anos finais da Ditadura representou um canal de acolhimento das reivindicações dos movimentos sociais e demais pessoas ligadas ao espectro da esquerda ciosos em restaurar a democracia no Brasil.

Cambiante, o MDB como partido era antes de tudo um conglomerado de pessoas, ideias e desejos em constante disputa. Estabelecer uma análise homogênea ou tentar uma explicação unívoca do que naquele momento era oposição recairia no empobrecimento da questão. As relações de força e os jogos de poder são elementos das tramas do político. Partidos, sujeitos e grupos protagonizam estas relações e jogos, garantindo ao político o espaço onde o social e suas representações se articulam.

3.3 Práticas discursivas e produção de sentidos na atuação parlamentar de Chagas Vasconcelos

Classificar o discurso unicamente como arrumação e articulação de símbolos linguísticos significa eximi-lo de sua função constitutiva e problematizadora do mundo social. Entendido também como prática, ele está articulado diretamente às relações de poder-saber que mobilizam nossa sociedade. O discurso diz ainda dos modos como se organiza o real a partir da produção de saberes, estratégias e práticas.

Numa perspectiva crítica de análise do discurso, proposta principalmente por Michel Foucault, é imprescindível perceber as ligações do discurso com o contexto do qual emerge. Dessa forma, para Foucault (1996), o discurso não se faz tão somente a partir de regras linguísticas agrupadas em um conjunto de enunciados. Sendo assim, “a arqueologia foucaultiana dos discursos” não é apenas uma análise linguística, mas uma interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que sustentam práticas ou as engendram (REVEL, 2005, p. 38). Nesta senda, o caráter histórico do discurso é crucial para se ter

conhecimento de que para cada momento particular da história há uma ordem discursiva determinante. Trata-se, neste sentido, de verdades que compõem determinada formação discursiva e são apropriadas e repercutidas por uma gama de instituições.

O discurso está veiculado à instituição. Seja ao proferir uma fala ou mesmo ler um texto previamente preparado, o sujeito fala a partir da instituição. Sua palavra, portanto, está condicionada pelo seu lugar social. Sendo este lugar a instituição, o sujeito está limitado por um “conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço” (FOUCAUT, 2009 *apud* GIACOMONI, 2010, p. 122). Assim, há uma vigilância e um policiamento constantes sobre o que se fala. O controle sobre o que é dito parte não unicamente das instituições, mas também do corpo social do qual estes indivíduos fazem parte e nele compartilham um regime de verdade. O sujeito não está alheio, no ato da fala ele organiza dizeres e os reverbera como verdades transformando-se, dessa forma, em um portador de verdade. Trata-se, pois, de relações de força que põe em evidência um combate pelo poder de dizer a verdade. Entenda-se esta última não no sentido de uma busca incessante pela verdade, mas sob a luta que se dá para distinguir o verdadeiro do falso. A distinção entre estas duas instâncias, a partir da existência de um conjunto de regras, conferem ao verdadeiro efeitos específicos de poder, assim destaca Foucault (1979).

Balizados nestas discussões e nas reflexões por elas suscitadas, tentaremos neste tópico estabelecer uma análise do discurso tomando como material de investigação alguns dos pronunciamentos do deputado Chagas Vasconcelos. Tendo em vista sua atuação parlamentar ter sido vasta e abrangido um considerável período de tempo optamos, por questões metodológicas, nos ater apenas em alguns anos das legislaturas⁵⁶ na Assembleia Estadual e na Câmara Federal. Escolhemos, deste modo, discursos proferidos em seu último mandato como deputado estadual, assim como aqueles que foram realizados nos dois primeiros anos como deputado Federal. Os primeiros estão expostos no Diário do Legislativo de 1976, compilados em livro produzido pela Assembleia Legislativa do Ceará. Os discursos relativos ao período como deputado federal estão reunidos em um livro intitulado *Prestando Contas*, publicado pela Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados em 1984.

Ao fazermos referência aos discursos proferidos por Chagas Vasconcelos, a impressão que se tem é de que o discurso tem uma origem ou parte de um sujeito fundante. Determinar o lugar do sujeito no discurso é mais do que estabelecer relações entre o autor e o que ele disse ou pretendeu dizer. Dessa forma, nossa análise pretende identificar Chagas Vasconcelos a partir

⁵⁶ Chagas Vasconcelos ocupou uma vaga na Assembleia Legislativa do Ceará por quatro legislaturas consecutivas (1963-1979). Na Câmara Federal, foi deputado pelo Ceará na legislatura de 1983-1987.

de quando este se posiciona como sujeito de determinado enunciado, não necessariamente como criador deste ou fundador de um discurso. Neste sentido, conforme Helena H. Brandão, faz-se importante “[...] rejeitar qualquer concepção unificante do sujeito. O discurso não é atravessado pela unidade do sujeito, e sim pela sua dispersão; dispersão decorrente de várias posições possíveis de serem assumidas por ele no discurso [...]” (BRANDÃO, 2012, p. 35). Deste modo, concebe-se que o sujeito ao assumir a função de autor no discurso, emprega-lhe certa regularidade, ordenando-o.

Tendo em vista as condições de produção destes discursos, somos instigados a considerar uma série de elementos que estão em jogo enquanto Chagas Vasconcelos se posiciona como autor. Sendo este último a função social do sujeito no discurso, no momento do dizer, percebemos as filiações deste sujeito, as formações discursivas às quais ele se vincula e o contexto histórico de produção dos enunciados. Nos valem de mecanismos da análise do discurso, pois, para além do texto, da língua e demais elementos fraseológicos, a prática discursiva produz sentidos. É sobre estes últimos que pretendemos nos debruçar ao investigarmos os pronunciamentos de Chagas Vasconcelos, na tentativa de problematizar os modos como o poder se teatraliza, nas relações com a linguagem e o saber.

Considerando a conjuntura sócio histórica, imprescindível para a análise do discurso, a partir dela se pode ter a noção do que pode ou não ser dito. Deste modo, a formação discursiva possibilita estabelecermos as regularidades que regem o funcionamento do discurso. No que se refere à conjuntura histórica cuja formação discursiva Chagas Vasconcelos se inscreve, alguns elementos devem ser observados. Com o país sob a égide de um regime autoritário, a moralidade, a ética na política e a exaltação de valores e princípios cristãos eram elementos correntes tanto em discursos do governo quanto da oposição. Conforme pode ser observado a seguir, Chagas Vasconcelos se coloca enquanto sujeito destes discursos vinculado à formação discursiva cujos elementos citamos anteriormente. Vejamos:

O Senhor Chagas Vasconcelos: V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) Deputado Castelo de Castro, V. Exa. tem razão; mas infelizmente não seremos nós que iremos assistir esta mudança. Em matéria de política, nas escolas, nós estamos regredindo, sabe bem V. Exa. Como se faz o recrutamento das professoras. Elas já começam a ensinar manchadas pelo pecado original, elas estão aí, levando para seus alunos uma imagem totalmente infeliz, uma imagem que não ajuda ao seu sagrado mister. O aluno vê na professora do interior, a preposta do chefe político, a moça que tem obrigação de obedecer aos caprichos do dirigente maior do partido, a moça que, infelizmente, não tem autonomia (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARA, Diário do Legislativo, 13 set. 1976, p. 581).

No trecho supracitado, Chagas faz um comentário a partir do pronunciamento do também deputado *emedebedista*, Castelo de Castro, sobre casos de “politicagem” ocorridos em

intuições de ensino no município de Mombaça. O final da fala de Castro aponta para possíveis mudanças no fazer político no interior do Estado e, conseqüentemente, mudanças que possibilitariam um ensino desvinculado de partidarismos. Neste momento específico do discurso, ao retomar o que fora dito por Castro, Chagas, por intermédio do comentário, traz à tona e, decerto, articula o que estava silenciosamente oculto no discurso. O comentário, neste sentido, regula, ordena, distribui o discurso. De outro modo, estes novos atos de fala acionados pelo comentário nos dão acesso ao que fora dito e ainda está por dizer. Consideremos, dessa forma, a expressão “recrutamento das professoras”, nela o autor do discurso – Chagas Vasconcelos – articula sentidos ao fazer alusão à política de pessoal do governo do Estado. A crítica ao *modus operandi* das contratações de funcionários praticada pelo governo, incitada pelo Deputado Castelo de Castro, quando retomada por Vasconcelos reverbera dizeres, produz sentidos e ordena o discurso, apontando para o que estava articulado num primeiro momento, porém silenciado.

Analisar a produção de sentidos no discurso passa pela percepção de elementos que nele fazem alusão a outros discursos ou formações discursivas. Quando falamos desta última, também fazemos menção à formação ideológica da qual esse sujeito faz parte e, deste modo, regula o que é dito. Esse complexo conjunto de atitudes individuais ou coletivas que se relacionam e a qual chamamos formação ideológica, dizem da forma como os sujeitos se posicionam em relação a determinados temas. No discurso político, isto está relacionado, de modo geral, às concepções de esquerda e direita. No entanto, tendo em mente a heterogeneidade do discurso e do sujeito, estes outros elementos, cujo referencial ultrapassa o discurso político institucional, revelam a multiplicidade e a pluralidade de sentidos produzidos pelo discurso. A exemplo disso citemos duas frases do trecho anteriormente destacado: “pecado original” e “sagrado mister”⁵⁷. Nelas, Chagas faz uma metáfora com o discurso religioso, associando a submissão da professora ao chefe político com a rendição de Eva às investidas da serpente no paraíso. O ato de ensinar é comparado a uma espécie de dom, cuja a essência havia sido corrompida pelas relações de mandonismo e clientelismo, praticadas entre as professoras e os mandatários políticos.

⁵⁷ É fundamental na análise do discurso a atenção para a formação discursiva, pois esta nos auxilia no funcionamento do discurso e na produção de sentidos. Desta forma, as palavras em destaque que fazem parte do discurso da religião, ao se repetirem no discurso de um político assumem significados diferentes porque pertencem a distintos campos discursivos. Não somente isso, elas significam diferente porque se dão em condições de produção diferentes. Ver ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 42.

A escolha do trecho anteriormente destacado, e que tem desencadeado até aqui nossas discussões, é um enunciado que compõe um discurso recorrente na trajetória de Chagas Vasconcelos. Para uma melhor compreensão disto, atentemos para o excerto a seguir que corrobora o que vem sendo dito:

[...] o que queremos é que a atual administração faça, como faz a administração de São Paulo: abre concurso de professora, em todo o Estado, dividindo as regiões, por exemplo, aqui no Ceará, seria o concurso em Sobral, para servir a toda a região de Sobral. Então as professoras que moram em Sobral, que moram em Santana, que moram em Massapê, aquelas cidades satélites que Sobral é o polo, todas aquelas professoras se inscreveriam e, aprovadas, ficariam aguardando a contratação e não como faz a professora de hoje: recebe seu diploma e não aguarda o concurso, aguarda que chegue a sua porta o candidato a vereador, ou o candidato a Prefeito, ou o candidato a Deputado para lhe oferecer um contrato de professora, em troca de seu voto, do voto da sua família, em troca da sua corrupção, porque esta moça vai para a escola sem ter condições morais para enfrentar os seus alunos porque lhe falta a idoneidade moral suficiente para sequer dar a eles uma lição de civismo, lição de civismo que faltou a elas porque não tiveram a oportunidade que a lei lhes assegura, que a lei lhes dá (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CERÁ, Diário do Legislativo, 29 set. 1979, p. 719-720).

Conforme mencionamos, o debate em torno das contratações de professores e da política de pessoal do governo são temas regulares nos pronunciamentos de Chagas e balizam uma de suas principais pautas como parlamentar: a crítica ao modo como os cargos têm sido ocupados, a forma como o governo usa o poder para fazer do emprego uma moeda de troca. Defensor ferrenho da admissão de funcionários via concurso público⁵⁸, Chagas gerou inúmeros dissabores durante sua atuação parlamentar. Dentre estes, o imbróglgio protagonizado junto ao governador César Cals, a partir das denúncias feitas por Vasconcelos de irregularidades na contratação de professores, assunto no qual nos debruçamos no tópico anterior. Segundo contemporâneos do deputado, a insistência nesta questão durante a maior parte de sua atividade parlamentar teria conduzido Chagas ao declínio político e posterior insucesso nas urnas⁵⁹.

Decerto o político é em si o campo do contraditório. Se na tribuna da assembleia Chagas Vasconcelos combatia a prática de indicações para cargos via favoritismos político-partidários, em Santana do Acaraú, sua principal zona de influência, acontecia o contrário. O comissionamento de cargos com base em relações de favor, gratidão e lealdade é prática característica da cultura política de Santana do Acaraú, como em larga medida da própria história política brasileira.

⁵⁸ Os depoimentos analisados até aqui sugerem uma reflexão. Ao passo que Chagas reclamava dos atos nepotistas do governo, sua fala sugere a frustração por aqueles que estavam de fora dos jogos nepotistas.

⁵⁹ Ao visitarmos o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, os funcionários mais antigos ao tomarem ciência do teor desta pesquisa lembravam de imediato da insistência de Chagas neste tema dos contratos. Por vezes os relatos nos passavam certo ar de desdém, alguns carregados de ironia por terem visto seus empregos ameaçados à época, na qual significativa parte dos cargos eram comissionados.

Partícipe e principal promotor dessa cultura, Chagas era a figura que controlava a máquina pública indicando e participando ativamente da administração de cada um dos prefeitos eleitos com seu apoio. Estamos de acordo com Auxiliadora Lemenhe (1995, p. 97) ao considerar estas práticas como tipificação do poder tradicional e manifestação da dimensão pessoal do mando. Pensar a relação dos chefes políticos com o poder local nos permite mais uma vez estabelecer um diálogo com os estudos de Lemenhe na busca de compreender a dinâmica dessas relações.

Os chefes políticos municipais podiam ter sob seu controle a indicação dos postos de trabalho nos serviços públicos porque, além de seu poder próprio na gestão da municipalidade, contavam para suas ações com o beneplácito dos grupos dominantes na esfera do Executivo e Legislativo estaduais, desde que com eles afinados politicamente (1995, p. 99).

Em acordo com Victor Nunes Leal (1978), um dos clássicos no estudo do coronelismo, Lemenhe nos instiga no excerto acima a observar uma particularidade em relação a Chagas. Embora não fosse ligado ao partido do governo e nem mantivesse relações de fidelidade com o poder executivo estadual, Vasconcelos firmou sua chefia política em Santana do Acaraú sustentando uma vasta rede de sociabilidades. Em um período no qual os recursos e verbas destinados aos municípios eram poucos e funcionavam como moeda de troca, ser da oposição representava um empecilho no angariamento e concessão de verbas para ações nos municípios. Dessa forma, questiona-se como Chagas Vasconcelos conseguiu manter seu poder na gestão municipal, conquistando sucessivas vitórias⁶⁰ sem pertencer aos grupos dominantes na política cearense.

Retomando a questão do funcionalismo estadual, a discussão em torno desta temática promoveu debates acalorados entre governo e oposição. Defensor do concurso público, Chagas considerava ilegal a forma como o governo admitia parte do seu quadro de funcionários. Do outro lado, a bancada governista representada pelo Deputado Aquiles Peres Mota, se valia do Ato Complementar Nº 52 para legitimar a política de contratação praticada pelo Executivo Estadual. Conforme este dispositivo, a contratação, admissão ou nomeação de funcionários da administração direta ou autárquica dos municípios, estados ou da união ficava vedada estendendo-se ainda aos serviços auxiliares dos poderes Executivo e Legislativo. Em contrapartida, a lei abria exceção para a contratação em setores considerados essenciais, como saúde, ensino e pesquisa. No que tange a esta última, parte das críticas de Chagas residiam no fato de o ato não mencionar a admissão via concurso público, mediante prova de títulos e

⁶⁰ Abordaremos sobre os prefeitos eleitos com o apoio de Chagas Vasconcelos no tópico 4.2.

documentos. Neste sentido, Chagas atacava o critério de seleção do governo para a admissão de seu pessoal, que deveria ser feito com maior lisura e dentro da legalidade, livre dos vícios do empreguismo.

O embate entre as partes traz para o centro do nosso debate as disputas que se colocam na forma como os sujeitos exercem e teatralizam o poder. Isso posto, conceber o discurso como campo de lutas, conflitos e tensões possibilita-nos identificar as diversas posições de subjetividade que se manifestam. Deste modo, é importante atentar para as posições que estão em disputa quando Chagas fala, quem o contradiz, reverbera seu discurso, discorda etc. O trecho a seguir abre espaço para pensarmos estas manifestações das disputas pelo que é dito e, assim, atentarmos para a produção do discurso como gerador de poder:

O Sr. Aquiles Peres Mota: V. Exa, me permite um aparte? (Assentimento do Orador) – Deputado, nós continuamos divergindo.

O Sr. Chagas Vasconcelos: Vamos passar a vida toda; até que eu seja Governo e V. Exa. oposição.

O Sr. Aquiles Peres Mota: V. Exa. está cometendo verdadeira heresia em matéria de conhecimentos políticos.

O Sr. Chagas Vasconcelos: Deputado Aquiles, já estou excomungado, há muito tempo, da vida administrativa deste Estado. Faz 18 anos que eu estou fora da vida administrativa; portanto não me interessa um pecado a mais, ou um pecado a menos. Eu fico com os meus pecados, V. Exa. fica com a sua virtude. Deus queira que ela o conduza ao reino do céu, quanto a mim, espero pelo menos ir para o seio de Abraão, que é o povo que me elege, que me consagra, que me dá a votação de quatro em quatro anos (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, Diário do Legislativo, 30 set. 1976, p. 723).

Cientes das dubiedades que permeiam o universo discursivo, é incompatível pensar o discurso sem a presença do outro. Este pode não estar devidamente implícito no discurso, no entanto, ao enunciar subtende-se que aquilo que se fala é para e a partir do outro. Os sentidos, deste modo, significam e se (re)produzem no outro. Concernente ao que é dito por Chagas Vasconcelos, referente ao funcionalismo estadual, a presença do outro emprega ao seu pronunciamento efeitos de sentido, a partir da contradição ou da repetição. Logo, o discurso é o espaço onde se articulam saber e poder. Conforme vimos no trecho supracitado, a interpretação dos dois parlamentares do dispositivo legal que regulamentava as contratações do funcionalismo público estadual põe em jogo diferentes posicionamentos. Consequentemente, ligadas a essas posições se apresentam as formações discursivas que controlam/regulam o que Aquiles Peres e Chagas Vasconcelos podem ou não dizer. Cabia a Peres, como porta-voz do governo, defender a legitimidade nos processos de contratação impetrados pelo Estado. Quanto a Vasconcelos, seu discurso se insere nas formações ideológicas e discursivas da oposição,

cabendo a esta, em grande parte, o uso da crítica, da contradita, em contestação aos atos do executivo.

No tocante ainda às formações ideológicas e às formações discursivas, é preciso ponderar a importância dos sentidos que carregam as palavras presentes no discurso. Segundo Eni P. Orlandi, “elas não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas (2015, p. 41). Deste modo, pode-se apreender que os sentidos são construções ideológicas. Assim, palavras como “heresia”, “excomungado”, “virtude”, “pecados”, usadas pelos dois parlamentares – embora pertençam aparentemente ao discurso da religião – significam e têm seus sentidos produzidos de acordo com o modo como são utilizadas em diferentes formações discursivas. Quando apropriadas pelo jogo discursivo do campo político, tais palavras delineiam o que está oculto por elas: a demagogia e o cinismo do discurso político. Nas teatralizações do poder, as palavras⁶¹, que são sempre filiadas a um sentido, produzem efeitos cujo impacto se dá no modo como as lemos no texto. Decerto, as expressões em destaque dizem da relação que as palavras mantêm entre si, da relação dos discursos com outros discursos. Essas expressões remetem, ainda, ao discurso de moralização da política balizado na ética e nos valores cristãos, como dissemos em linhas anteriores.

Os elementos ora trabalhados na análise dos pronunciamentos de Chagas Vasconcelos compõem os referenciais que nos auxiliam na problematização do processo de construção desta personagem. A temática do funcionalismo público, associada a outras, se repete em seus discursos e é imprescindível na análise de suas práticas. Neste âmbito, a análise destes temas dá abertura para pensarmos duas personalidades: o político e o advogado. Associada à política, a carreira na advocacia de certa forma legitimou e consolidou o nome de Chagas Vasconcelos na vida pública. Entre tribunais e palanques, o político/advogado encenava para um público que por vezes se confundia. A clientela do advogado constituiu-se em um eleitorado fiel, formada em sua maioria por pessoas de baixa condição financeira.

Concomitante à sua atuação parlamentar, a figura do advogado por vezes se sobressaía no modo como seu discurso era organizado, na persuasão e técnica em questões cuja exigência de conhecimentos jurídicos se sobrepunham. Tais elementos, trabalhados a partir de uma oratória bem definida, compuseram uma narrativa que o qualificou como “orador brilhante”.

⁶¹ Foucault atenta para a existência de um ritual, como sistema de rarefação do discurso, cuja função é qualificar os indivíduos que falam e, assim, definir papéis preestabelecidos. O ritual interfere, neste sentido, nos gestos, comportamentos, no efeito e eficácia das palavras para quem elas se dirigem, assim como seu valor de coerção. Ver FOUCAULT, Michel. *A ordem discurso*. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 37.

Num destes episódios, no qual o advogado incorpora-se ao político, Chagas cita um caso ocorrido no município de Pacajus, onde fora necessária sua interferência como advogado. Tratava-se de uma ação de despejo contra alguns moradores, que após a delimitação e fixação de limites de um terreno por parte do proprietário, foram expulsos da terra na qual trabalhavam desde 1914. Na descrição do caso, Chagas argumenta:

[...] Absolutamente, Sr. Presidente, eu não podia deixar desamparada aquela gente, que me procurava na defesa dos seus interesses. Pus-me, então a movimentar a máquina judiciária a serviço daquele povo, e ontem, para surpresa minha, em plenas 9 horas da noite, chegaram à minha casa pessoas envolvidas naquele litígio, para dizer, Sr. Presidente, que havia chegado lá no seu roçado, na sua roça, nas suas plantações, o Sr. Secretário de Polícia, acompanhado do juiz da comarca e demais pessoas que se identificaram como oficiais do Exército, para dizer àqueles meus constituintes que eles parassem com o cultivo da terra, que eles vinham fazendo desde 1914. Quando meus constituintes informaram que agiam em meu nome, uma das pessoas que se dizia coronel do Exército disse que iria me levar à presença do Sr. General Comandante da Região, porque eu não poderia estar interferindo naquele assunto (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, Diário do Legislativo, 17 set. 1976, p. 647-648).

O excerto destacado aponta para outra questão do universo discursivo: a “dramatização do discurso político”. Para além das filiações ideológicas, está em jogo no discurso as sensações, afetos e comportamentos que acompanham os sujeitos envolvidos. Chagas organiza seu discurso a partir de um jogo de palavras que o aproximam de seu interlocutor. Conduz, neste sentido, o discurso para um outro patamar, fora da esfera do inatingível e rompe a fronteira político/povo. Decerto, esta estratégia é constitutiva do fazer político de boa parte dos políticos brasileiros. Esta mesma estratégia persuasiva de aproximação e convencimento eram características das defesas de Chagas como bacharel em direito. É complexo, considerando estes traços, estabelecer até onde político e advogado se (des)encontram.

Pensando ainda na “dramatização do discurso político”, o caso mencionado dialoga com as considerações de Patrick Charaudeau. O autor aponta para o seguinte:

[...] o discurso político, que procura obter a adesão a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso (2017, p. 91).

Dessa forma, tomando o exemplo anterior, na encenação do discurso político cria-se um estado no qual o mal, materializado numa situação ou indivíduo, existe e faz suas vítimas. Se dispendo desta fragilidade, o político vislumbra em si a solução salvadora e reparadora desse mal. A situação posta anteriormente corrobora o modo como o discurso político é dramatizado, conforme temos proposto. A partir da expulsão dos trabalhadores da terra, identificamos o *mal*, projetado na figura dos executores deste ato (proprietário, juiz e autoridades militares). Em resposta à angústia e desespero causados pelo “ato de maldade”, Chagas, quem sustenta o

discurso, coloca-se como reparo ao mal existente. Em justificativa à sua intervenção junto aos trabalhadores ante a ação de expulsão, a qual considerava contraditória, Chagas apela: “[...] enquanto eles, coitados abandonados à sua própria sorte, viram que só tinham de seu lado o Deputado Chagas Vasconcelos, levaram o meu nome como se fosse assim, a única tábua de salvação” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, Diário do Legislativo, 17 set. 1976, p. 649).

Seguindo neste princípio de análise da materialidade discursiva, temos traçado, a partir da seleção de alguns temas, um caminho metodológico que nos possibilite investigar os modos de organização do discurso de Chagas Vasconcelos e como este produz seus sentidos. Nesta perspectiva, o direcionamento deste discurso para a exaltação e vitimização das pessoas desassistidas pelo poder público nos encaminha para outro momento da atuação parlamentar de Chagas. A chegada ao Congresso Nacional em 1983, na condição de deputado federal, viria projetar este discurso e associá-lo a outro já consolidado. O pobre, sofrido e desvalido – objeto de grande parte dos discursos de Chagas – assumiria outra dimensão, pois, a partir dali, incorporar-se-ia a um conjunto de narrativas que fabricaram no imaginário social uma ideia de região.

A atuação de Chagas Vasconcelos na Câmara Federal foi construída de acordo como, em certa medida, ele a compreendia: próxima a uma delegação divina e em defesa dos desassistidos pelo poder. Em seus primeiros pronunciamentos, manifestam-se elementos constituintes do discurso de invenção do estereótipo do nordestino, cristalizado no imaginário popular:

[...] Ora, Sr. Presidente, nós, que representamos o interior do Ceará, nós, que sabemos que diariamente milhares de criancinhas morrem de fome, nós, que assistimos legiões de brasileiros, nas estradas poeirentas do sertão não procurando o conforto da tecnologia moderna, mas pedindo apenas água para matar sua sede, nós, que sabemos que a miséria bate à porta não apenas dos cearenses, mas também de todos os nordestinos, constatamos que o Governo Federal se apodera – para não usar de outro verbo mais forte – de recursos que pertencem aos municípios, que pertencem a essas crianças, que pertencem a esses homens famintos do interior do nosso país. É o caso de perguntar: que País é este? [...]. Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu protesto mais veemente. Sei que traduzo o grito de milhares de nordestinos famintos. Se contassem com esses recursos, muitas vidas teriam sido poupadas, muitas criancinhas, a esta hora, estariam recebendo os carinhos de suas mães, os doces sorrisos dos seus pais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, Coordenação de Publicações, 26 abr. 1986, p. 12-13).

O enunciado supracitado remonta a um discurso que não nos é estranho. A produção imagético-discursiva que projetou a região Nordeste surge ainda nas primeiras décadas do

século XX. Como resposta das elites decaídas do *norte* ao processo de ascensão política e econômico do Sul, o Nordeste emerge como uma espécie de resistência a esta subordinação. A partir de então, este discurso cooptou séries de figuras, personagens e símbolos que se espalharam no imaginário do Brasil fabricando uma cartografia distorcida e homogênea da região. Em virtude disso, buscamos entender como este discurso de Chagas se fundamenta e quais suas filiações. A retomada ou reelaboração destes discursos são evidências de que ele não é exclusivo de Chagas. Ao reelaborá-los, ele lhes confere um tom temporal.

Considerando o contexto de produção do discurso da miséria associada à seca, voltemos ao fim do século XIX, quando esta última começa a ser pensada como problemática. Nesta senda, a seca passou a compreender, conforme atesta Frederico de Castro Neves,

[...] um fortíssimo elemento “regionalizador”, articulando em torno do semiárido um conjunto imaginário extremamente amplo e complexo de significados, expresso em discursos, imagens, valores, normas de conduta e movimentos artísticos (2012, p. 11).

Dessa forma, a articulação destes elementos propiciou a repercussão no cenário nacional de personagens atravessados pelo estigma das secas. Emerge nesse cenário o pobre, maltrapilho, doente e mazelado pela fome. Ao encontro deste discurso vem o da “solução hidráulica” como medida sanadora às intempéries climáticas. Destarte, enxergada como problema, a seca passou a ser tema dos discursos políticos. Já a água movimentou as práticas clientelísticas, uma vez que arquitetou-se em torno dela uma série de políticas assistencialistas, viabilizadas pela criação de órgãos governamentais de combate à seca.

A par de que estamos tratando de um discurso repercutido na década de 1980, analisar o contexto de produção deste é fundamental na compreensão de que os sentidos produzidos neste período não são os mesmos articulados outrora (século XIX). Isto diz respeito ao tom temporal ao qual nos remetemos anteriormente. Repercussão deste discurso, Chagas o reelabora de acordo com o “novo” contexto em que serão enunciados. Se estabelecermos um comparativo entre o discurso sustentado por Chagas à época de deputado estadual e este na Câmara Federal, perceberemos uma variante. No âmbito do discurso na Assembleia Legislativa do Ceará, o pobre – tema central de suas falas – de certa forma apresentava-se como uma figura tangível, familiarizada. Na Câmara Federal, o deputado retratou-o a partir de uma perspectiva espectral, cuja existência se materializou em um discurso de proporções mais amplas. Doravante, nesta nova fase do discurso de Chagas Vasconcelos, o pobre não mais é apenas o sertanejo que o elegera, mas uma entidade representativa da cartografia regional desenhada pelo discurso de invenção do Nordeste.

Em virtude disso, o discurso em defesa do “homem sertanejo” apresenta dois elementos que se complementam. De um lado o homem pobre, relegado à condição de vítima da “calamidade climática” e da inoperância das políticas públicas. Do outro, o governo, que Chagas a partir de arrumações e jogos de palavras representa como malfeitor:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa e o país assistiram, de cinco anos pra cá, ao grito de lamento e de dor do meu sofrido povo, assolado por uma das piores crises por que já passou a gente cearense. O governo Federal foi ao seu encontro não para socorrê-lo, mas para humilhá-lo, para corrompe-lo, dando a migalha, o auxílio de 15.300 cruzeiros mensais – pouco mais de 500 cruzeiros por dia – para matar a fome de família numerosa, como costuma ser a família do nordestino [...]. Agora, que a chuva chegou e, com ela, a esperança brotou do verde da colheita generosa, agora, que os braços do homem sertanejo, ainda com forças, puderam arrancar da terra a fartura; agora, que a chuva chegou e encheu os roçados e o interior do nosso Nordeste dos resultados do trabalho da gente sertaneja, assistimos, estarrecidos, ao mesmo massacre, ao mesmo tratamento desigual, à mesma penúria, à mesma desgraça, ao mesmo infortúnio, como se a esperança não tivesse vindo para o nordestino, como se a esperança não tivesse brotado da chuva, que veio socorrer aquela gente, que já sofria há tanto tempo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, Coordenação de Publicações, 07 jun. 1984, p. 38-39).

A mudança na quadra chuvosa em 1984, “reparando” os efeitos da seca, deslocou o discurso de Chagas Vasconcelos para outro alvo. Se dantes o malfazejo causado aos nordestinos tinha como agente principal a seca, após as chuvas o papel de vilão recairia sobre o governo. Diante disso, os sentidos tomam diferentes conotações conforme o contexto histórico no qual esses dizeres são articulados. A repetição/retomada de determinados dizeres em contextos diferentes são indícios do movimento de sentidos. Este movimento de repetição permite historicizar o dizer e o sujeito, “fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido” (ORLANDI, 2015, p. 52).

Chagas, conforme já mencionado, concebera como missão seu trabalho na Câmara Federal. Baseado nesta concepção se construiu seu entendimento a respeito de outra pauta pertinente à política brasileira no início da década de 1980. O processo de abertura política ensaiado desde 1983, a partir do movimento denominado *Diretas Já*, culminou na formação de um colégio eleitoral que se pretendia agente da redemocratização do Brasil. Tema de vários debates, o colégio eleitoral recebeu de Chagas as mais veementes críticas:

[...] Srs. Deputados da oposição – porque deputados do governo aqui não estão presentes – é este o País que estamos vivendo. Agora, pergunto a V. Exa., eu, um Deputado matuto, como que perdido nas barrancas do rio Acaraú, sem os conhecimentos sociológicos necessários, a trazer aqui a contribuição valiosa, pergunto ao mineiro eterno, a esta escola viva de brasilidade, de decência, pergunto ao paulista,

que quase sozinho construiu a grandeza desta terra, ao catarinense, que não tem chuva que abata, ao gaúcho, ao mato-grossense, ao amazonense, ainda procurando expandir, como sempre fez, a grandeza de sua ecologia e da sua terra, pergunto aos senhores, porque resposta não tenho. Disse várias vezes, na Assembleia Legislativa do meu Estado que só fui até onde Paulinho mastigou pimenta, no livro de Felisberto Carvalho. Daí para cá não aprendi mais nada. Mas queria aprender com os senhores esta lição, que seria mais do que uma lição, para mim, porque é uma solução para o País. O que é que vamos fazer? Pelo que vejo dos debates de hoje aflora sempre este estigma: ou Maluf, ou nada. Ou o Colégio Eleitoral, ou nada. Já disse, em documento que assinei e que quero honrar: em Colégio Eleitoral não pisarei; não há força nenhuma nesse mundo que me faça pisar (palmas) aquele Colégio, porque é um lugar indigno, e eu me considero um homem sério. Colégio Eleitoral e o que mais? Só vejo, então, o povo. Ainda esperançado, porque povo sem esperança e no infortúnio não é povo, é uma horda bravia, é o estouro da boiada, é o infortúnio avassalando, é o Brasil sendo levado no trolé para a desgraça, para o desespero, para não sei o quê (*idem*, 15 jun. 1984, p. 45-46).

Segundo Chagas acreditava, não se fazia coerente participar de um colégio eleitoral imposto de cima para baixo, sem a participação do povo de quem ele tinha a “missão” de defender. Em nome deste mesmo povo, o tom demagógico de seu pronunciamento e o jogo de palavras utilizado corroboram o teor que seu discurso vinha assumindo na Câmara Federal. (In) voluntariamente, seu discurso a respeito da situação política no Brasil o relegava à passividade ante uma solução que, conforme se constrói sua fala, viria da elite sulista do Brasil, e não do povo.

O direcionamento da fala para a não participação no Colégio Eleitoral repercutiu de modo positivo entre seus pares, no entanto, gerou controvérsias dentro de sua própria bancada. Em aparte à fala de Vasconcelos, o Deputado Fernando Santana (PMDB) declarou:

[...] Nobre Deputado, V. Exa. fez uma colocação da seguinte maneira: a opção é Maluf, com o caos definitivo. Agora eu diria: nós nos elegemos através de uma Constituição que foi outorgada por três Ministros militares: de acordo com a ordem de procedência, Ministro da Marinha, Ministro do Exército, Ministro da Aeronáutica. E nós, naturalmente, não queremos permanecer com esta Constituição. Estamos aqui numa luta há anos para mudar não só a estrutura jurídica do País, como também as condições sociais do povo. Vamos admitir a hipótese de V. Exa. – que o Sr. Maluf seja o candidato escolhido. Então quero formular a seguinte questão: no caso de não conseguirmos as diretas, porque todos lutamos por ela, mas, se aceitarmos essa Constituição, que estamos lutando para modificar, que no seu todo é a maior expressão de ilegitimidade – e já mereceu de Sobral Pinto a classificação de esculhambada – se nós, que queremos jogar o Brasil para frente, se nós todos, da Oposição, soubermos unir-nos, sem nenhuma exceção, PMDB, PDT, PT, PTB, e se somarmos a essas forças nossas todas as divergências que estão aí explodindo no PDS, através do choque, da coalizão entre o ex-Presidente do PDS, Senador José Sarney, do Vice-Presidente, do Senador Marco Maciel, desses governadores do PDS que não querem, absolutamente, a opção Maluf, pergunto a V. Exa.: a sociedade brasileira, o povo brasileiro, irá ou não nos obrigar a comparecer até mesmo a esse Colégio espúrio e a essa Constituição mais do que espúria? Porque se não queremos o continuísmo, devemos ter a coragem cívica de arrebatá-lo dentro deste Congresso, até mesmo no Colégio Eleitoral. Mas só iremos ao Colégio Eleitoral – este é o meu ponto de vista – se tivermos força suficiente, votos suficientes para derrotar a expressão mais viva do continuísmo, e não só do continuísmo, mas da concentração direitista do País, representada pela pessoa do Sr. Paulo Maluf (*idem*, p. 46-47).

Ao contrário de Chagas, o colega de partido entendia o “boicote” ao Colégio Eleitoral como uma maneira de “lavar as mãos” ante a situação política nacional. Embora corroborasse com a ideia de que o Colégio havia se construído com base em aspirações torpes, a fala de Fernando Santana propõe ainda uma solução moderadora, entremeada pela coalizão que tanto criticavam.

Contraditando seu par, Chagas rebate em seguida e reitera suas motivações sobre não participar deste ato:

[...] Deputado Fernando Santana, respeito o seu ponto de vista, mas, infelizmente, não concordo com V. Exa., porque trago na mente um episódio que ocorreu na minha meninice. Meu pai me levava pela estrada para ajudar a tanger os jumentos. Passávamos por um charco, onde havia uma rosa muito bonita. Eu me apaixonei pela rosa, fiz menção disso e mostrei intenção de entrar naquele charco para colher a rosa. Meu pai, homem humilde, disse-me: não te sujes para não sujar a rosa, não entres no charco para colher a rosa (palmas). É esta imagem: não vou me chafurdar no charco para colher a rosa das eleições diretas ou de Presidente da República que possa devolver a dignidade a esta Nação (*idem*, p. 47).

Assim como fizemos menção em outro momento ao sentido que as palavras carregam, aqui faz-se importante atentar para a metáfora da qual Chagas se utiliza e o modo como isso significa no discurso. Nesta perspectiva, a metáfora assume o lugar de substituição, transferência de sentido. Este último é produzido a partir de quando essa transferência, superposição de uma palavra sobre outra, mobiliza elementos significantes que se confrontam e se revestem de outros sentidos (ORLANDI, 2015, p. 42). O jogo de palavras articuladas na metáfora do menino que contempla a beleza de uma rosa ofuscada pela sujeira do charco, opera nesta “transferência” de sentido. Ou seja, pode soar poético, mas o sentido ocultado pela metáfora manifesta o discurso da retidão de caráter, estruturado na valoração da honra e dos preceitos patriarcais do “homem do sertão”.

Meses após as articulações em torno dos nomes para concorrer no Colégio eleitoral, o posicionamento de Chagas enveredou para outros rumos:

[...] Na oportunidade, Sr, Presidente, quero deixar bem claro que tenho na vida pública minhas posições pessoais nem sempre coincidentes com a adotada por minha agremiação partidária. Logo, porém, que esta firme legalmente sua orientação, só me resta obedecer. Se assim não fora, não devia a ela ter me filiado, alienando um pouco da minha liberdade em favor do entendimento coletivo e em razão do princípio democrático do poder na maioria. Foi assim quando, por imposição partidária, tive que assumir uma candidatura ao Senado da República pelo meu Estado, abandonando o pleito de uma reeleição para Deputado Estadual, que me parecia certa. Cumpri na ocasião a determinação do meu partido que me queria na disputa senatorial, com grandes riscos de derrota, o que aliás se concretizou, deixando-me por longos quatro anos sem mandato para representar o meu povo (*idem*, 17 out. 1984, p. 54).

A mudança na orientação em virtude da decisão do PMDB em lançar Tancredo Neves como uma das chapas a comporem o Colégio Eleitoral contradizia aquilo que Chagas firmara outrora. É sabido, pois, que a justificativa de acatar a decisão firmada pelo partido dissimula as reais aspirações por trás dela. Ora, a cooptação de apoios ao nome de Tancredo não poderia esbarrar nas aspirações pessoais de um parlamentar, uma vez que significava a solução atenuante para aplinar os ânimos na política nacional. Diante disso, os acordos intrapartidários abafaram qualquer possibilidade de um eventual protesto particular vir a tomar o fôlego das negociações em torno do nome de Tancredo como cabeça da chapa peemedebista. A partir desta conjuntura, entende-se, não ser possível pensar a ideia de governabilidade sem a aliança com formas mais tradicionais de poder. Ainda que o discurso do Deputado Chagas Vasconcelos potencializasse o protesto a essas formas tradicionais, contudo ele seria invalidado (o que acabou se concretizando) pelo personalismo político partidário e pela necessidade de um avanço em direção ao fim da Ditadura, que, na naquele contexto, não parecia ter outro caminho exequível, além do colégio eleitoral.

Entre desabafos, protestos e defesas pela integridade e a legalidade do processo de sucessão presidencial no Brasil, Chagas articulou seu discurso a partir dos referenciais que temos discutido até aqui. Sem fugir do objeto central de suas falas – a saber o sofrível povo de seu Nordeste – o deputado apelou para a moralidade, os valores e benesses do Deus cristão para que concedesse sabedoria aos homens públicos do Brasil na direção dos destinos da nação.

A apropriação destes discursos por Chagas Vasconcelos, (re)elaborados e repercutidos a partir de condições de produção específicas, não pode ser compreendida como um gesto malicioso, uma distorção proposital. O discurso que Chagas repercute é, para ele, portador de uma verdade do ser nordestino. Logo, isto nos faz concordar que as ações deste sujeito dizem do modo como as práticas do sujeito discursivo operam na produção de sentidos. De acordo com Eni P. Orlandi,

[...] Se ao dizer nos significamos e significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos. É considerada desta maneira que a linguagem é uma prática; não no sentido de efetuar atos mas porque pratica sentidos, intervém no real [...]. O sentido é história. O sujeito do discurso (se significa) na/pela história (2012, p. 93).

Portanto, analisar estas práticas discursivas e todos os sentidos por elas produzidos nos possibilitou problematizar a construção do próprio sujeito Chagas Vasconcelos. Entendendo, contudo, que o sujeito do discurso não é acessível, senão pela própria relação que se estabelece com o poder e com a linguagem. Ao assumir a função social de sujeito no discurso, Chagas faz emergir as relações de poder e saber que a linguagem produz enquanto mecanismo de

materialização do mundo. Atentos a todas estas problemáticas buscamos significar suas práticas, na tentativa de entender como este sujeito repercute esses discursos e deles se apropria.

4 CONSOLIDAÇÃO, ABALOS E TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA POLÍTICO: O PODER TRADICIONAL EM CONTESTAÇÃO

4.1 O voto em perspectiva: o Ceará nas eleições para o Senado em 1978

“Candidato de oposição e por um partido de precária estrutura no interior do Estado, o sr. Chagas Vasconcelos, como político experiente que o é, afeito aos azares das urnas, sabe melhor que ninguém ter diante de si uma longa caminhada e em condições adversas, pois sua missão será a de vencer o rolo compressor da Arena e do governo. Mas Vasconcelos é de luta”.

(Correio do Ceará, 15 jul. 1978)

Mecanismo de legitimação de desejos, aspirações e posicionamentos políticos, o voto tem representado a arma pela qual os eleitores sancionam positiva ou negativamente o desempenho dos governos (MOISÉS, 1990, p. 133). Desta feita, o voto suscita outra questão: a do fenômeno eleitoral. Este, por sua vez, tem despertado nas últimas décadas as atenções dos historiadores preocupados com o político e suas representações.

Aspecto importante neste contexto, a campanha eleitoral aparece como um dos primeiros atos de uma eleição, sendo parte integrante desta conforme destaca René Rémond (2003). Não apenas isso, “a campanha manifesta as preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião” (*idem*, p. 49). Considerando tais aspectos, os candidatos em consonância (ou não) com seus respectivos partidos canalizam as demandas do eleitorado, concentradas em grande medida na opinião pública. Ainda neste sentido, a imprensa cumpre papel essencial na articulação entre opinião pública e o projeto político-partidário dos candidatos.

É preciso ponderar que em um regime democrático onde as instituições minimamente funcionam, o papel das entidades, atores sociais e as práticas que movimentam os jogos de poder é acessível e, de todo modo, identificável. Todavia, no que tange ao período inaugurado em 1964 via golpe militar, a complexidade das relações entre eleições, voto e democracia devem ser observadas com a devida cautela. Naquele cenário, o sistema bipartidário imposto pelo Ato Institucional Número 2 (AI-2) implica observarmos determinadas nuances na análise do fenômeno eleitoral, em vista das limitações sofridas pelos candidatos e partidos a partir da legislação que entrava em vigor. Neste sentido, as eleições seguintes, especialmente as de 1978, trouxeram aspectos excepcionais na história da república. Sob a égide do *pacote de abril* do

governo Geisel, o pleito de 1978 significou em aspectos gerais um artifício do regime para barrar a ascensão do MDB e, conseqüentemente, da oposição aos ideais da *revolução*⁶².

É neste contexto de oscilações e rachaduras nas bases de sustentação do regime que se inscreve a candidatura do deputado estadual Chagas Vasconcelos ao Senado Federal em 1978. Conforme sugere o trecho de abertura deste tópico, a familiaridade com as urnas e a experiência de duas décadas na política decerto contariam como ônus no enfrentamento com o “rolo compressor da Arena”. Entretanto, para além dos pormenores, o jogo da política exige muito mais que idiossincrasias aparentes. 1978 revelaria surpresas e despertaria reflexões na vida política do deputado santanense, redimensionando seu futuro político para patamares dantes (des)conhecidos.

As expectativas da oposição para o pleito de 1978 eram as melhores possíveis. O crescente no número de cadeiras nas assembleias estaduais, na Câmara Federal e no Senado nas eleições anteriores (1974) impulsionou sobremaneira os anseios da oposição para a concretização de mais uma vitória em 1978. O carro chefe na direção do MDB para um crescimento significativo em 1974 no Ceará havia sido a candidatura do senador Mauro Benevides, que venceu o candidato do Governo naquele ano e consolidou o partido no Ceará. Na esperança de repetir o feito de 1974, como presidente regional do MDB, Mauro lançou o nome do deputado Chagas Vasconcelos na convenção do partido para disputar a vaga ao Senado nas eleições de 15 de novembro de 1978.

Chagas Vasconcelos teve seu nome homologado na convenção de 2 de julho de 1978 por 119 dos 204 membros presentes, dos quais três votaram em branco e um nulo. Embora expressiva, a escolha do nome de Vasconcelos sofrera objeções com a apresentação de uma outra chapa encabeçada por Cláudio Correia Lima, cujo registro fora negado pelo presidente Mauro Benevides (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 03 jul. 1978, p. 03). Depreende-se deste resultado o jogo articulado por Benevides para que Vasconcelos assumisse a linha de frente e concatenasse em si a ânsia da oposição em manter e fazer avançar o movimento de ascensão iniciado em 1974.

Ciente da “missão” a ele imposta, Chagas declarou à imprensa:

Eu sei que o senador Mauro Benevides, ao postular a indicação do meu nome como candidato ao Senado Federal, deseja que eu siga o mesmo caminho que ele tem trilhado na defesa dos interesses do Estado. Sei que os companheiros que sufragaram

⁶² É preciso ponderar que o termo *revolução* é pensado a partir das pretensões do regime instaurado em 1964 de associar o golpe deflagrado aos ideais de uma *revolução*. Temos convicção de que uma *revolução* provoca mudanças radicais de ordem política e social e não apenas uma mudança de regime por meio da força, violência e repressão.

a meu nome querem idêntico comportamento. Sei também que os estudantes, os professores, os médicos, os dentistas, os trabalhadores, a mulher, os empresários, enfim todas as classes representativas querem de mim compreensão e ajuda para a superação das dificuldades que enfrentam. Todos querem uma explicação da atual conjuntura onde o aviltamento dos preços – a alta do custo de vida – é uma constante. Sei de tudo isso, sei da grande caminhada a empreender, mas quero dizer a todos eles que nada posso prometer, além do maior patrimônio que um homem possui, o trabalho (*idem*).

As palavras de Chagas a respeito de sua escolha para concorrer à vaga de senador trazem para o debate pautas que estavam em voga na sociedade, das quais a oposição soube tirar proveito durante a campanha. O alto custo de vida, em decorrência dos altos índices de inflação, foi absorvido pelo discurso do MDB no enfrentamento ao regime e, conseqüentemente, somava-se ao desgaste e declínio do governo. Em outra instância de sua fala, no público para o qual esta se dirigia, residiam as expectativas da oposição para uma significativa vitória de seu candidato. As categorias que Vasconcelos almejava representar – professores, médicos, a mulher etc. – especialmente as que estavam concentradas na capital do Estado, faziam parte de um público que o MDB soubera “cativar” ao longo de sua atuação.

No lado oposto da disputa senatorial estava o engenheiro e professor José Lins de Albuquerque. Embora neófito na política, Lins carregava a experiência do trabalho realizado na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o apoio de uma das lideranças principais da Arena, o senador Virgílio Távora. Não muito diferente do que ocorrera na escolha de Chagas como candidato da oposição, a indicação de José Lins desdobrou-se da articulação de forças dentro do partido do governo. No comando desta coalizão estava Virgílio Távora, cujo prestígio e força dentro da Arena, no Ceará, fizeram com que o nome de José Lins desbancasse Adauto Bezerra da concorrência pela vaga de candidato ao Senado Federal. A partir daí a campanha centrar-se-ia na superação de remorsos pessoais e diferenças intrapartidárias, na tentativa de consolidar a eleição de José Lins, em 15 de novembro.

Conforme disséramos linhas acima, a campanha de 1978 teve como ponto de partida para eventuais análises comparativas as eleições de 1974, simbólicas para oposição em todo o Brasil. A nota do Jornal *Correio do Ceará* a seguir nos ajuda a ter uma ideia dos prognósticos traçados para o pleito:

Fortaleza sempre foi um reduto da oposição, como, de resto, todas ou quase todas as capitais e grandes cidades brasileiras. E é inegável que o estado de espírito do eleitorado daqui se refletisse junto ao eleitorado urbano do interior. O Sr. Mauro Benevides, por exemplo, não estaria no Senado da república, apesar de toda a ajuda que recebeu de ponderável facção da Arena, sem que Fortaleza lhe tivesse dado a maioria que deu nas eleições de 74 devendo-se a vitória do MDB ao sentimento de frustração da maioria do povo brasileiro. Tanto que o “fenômeno” não se restringiu ao centro sul ou, no Nordeste, apenas no Ceará, porquanto a oposição também ganhou

a disputa majoritária no rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e em Sergipe. Qual o estado de espírito do eleitorado de Fortaleza este ano? Terá mudado em relação a quatro anos atrás? São perguntas que só as urnas de 15 de novembro responderão. Pode-se afirmar, no entanto, com relativa segurança, que o candidato do MDB ao senado pelo voto direto alcançará boa margem de vitória nesta capital. Até os arenistas aceitam a derrota. Todavia, para ganhar, o MDB necessita de uma grande diferença em seu favor em Fortaleza, porque também é certo que o candidato da Arena vencerá no interior, como venceu em 74. (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 25 jul. 1978, p. 01).

O panorama apresentado pelo *Correio do Ceará* toca em um ponto nevrálgico da campanha emedebista para o Senado. Se em 1974 Mauro Benevides (MDB) contou com dissidências no interior da Arena que lhe beneficiaram e, por conseguinte, desestabilizaram a candidatura de seu opositor, Edilson Távora (Arena), em 1978 Chagas lidava com uma realidade oposta. Diferente de 1974, a Arena em 1978, por questões estratégicas, estava unida por propósito principal: eleger José Lins de Albuquerque senador da república. Para tal feito, inimigos ferrenhos que protagonizavam desentendimentos dentro da própria Arena em suas respectivas regiões, “deram as mãos” para que o MDB não lograsse êxito, como acontecera em 1974. A exemplo disso, citemos o caso de Sobral, onde as disputas pelo comando da política local se davam entre dois grupos arenistas liderados por José Prado e Cesário Barreto. Em vista da estratégia traçada pelo comando da campanha arenista, Prado e Barreto engoliram a seco suas eventuais diferenças políticas:

A exemplo do Alto do Sumaré, o comício extraordinário, pois desta feita contou ainda com a presença de Sebastião Prado, José Prado e Cesário Barreto, estes dois últimos adversários políticos, tradicionais líderes, que se deram as mãos perante o grande público que os aplaudiu. Logo após isso, os dois falaram ao povo com a maior vibração, dizendo que tudo se tornara mais fácil em face da candidatura de Zé Lins que conseguiu unir a Arena fazendo com que o crescimento do partido fosse maior (*idem*, Caderno de Política, 13 set. 1978, p. 02).

O exemplo de Sobral diz da preocupação da cúpula da Arena e, principalmente, da organização da campanha em manter uma fachada de convergência e harmonia em torno da candidatura de José Lins. Muito embora o partido tivesse significativa força no interior do Estado, o nome de Lins era visto com desdém por algumas das lideranças arenistas. Isso se deve, principalmente, à inexperiência política de José Lins em relação a Chagas Vasconcelos. Contudo, Zé Lins contou com o empenho de três das principais lideranças arenistas no Estado, os ex governadores Virgílio Távora, César Cals e Aduauto Bezerra. Os três lideravam diferentes facções da Arena em distintas regiões do Estado e empenharam-se pessoalmente na campanha do professor José Lins. De outro modo, a ação dos políticos acima suscita uma interessante questão a respeito da presença e preponderância do Poder Executivo, cujo controle sobre cargos

e verbas, lhe confere papel central nas coalizões (BORGES *et al.*, 2016, p. 38). Tendo em vista que a máquina governamental estava à disposição de José Lins, temos de considerar uma desvantagem significativa de Chagas em relação a ele na corrida eleitoral.

Em municípios de pequeno e médio porte, onde a cultura política dos arranjos, trocas de favores e personalismo é visceral no fazer político dos candidatos, ter acesso às verbas e saber como controlá-las é fundamental. Sendo assim, “os candidatos do partido que monopoliza as verbas e cargos federais e estaduais têm maior probabilidade de serem sucedidos na criação de barreiras à entrada de competidores eleitorais em seus redutos, desenvolvendo padrões de votação dominante” (*idem*, p. 38). Nesta perspectiva, a estratégia da coordenação da campanha de Chagas Vasconcelos foi concentrar esforços para adentrar em regiões do interior onde a recepção do projeto do MDB tinha mais dificuldade de aceitação. Por outro lado, o foco na capital⁶³ do Estado, cujas votações em candidatos da oposição nos últimos pleitos foram expressivas, continuava sendo o trunfo do MDB para uma possível virada em 15 de novembro.

Apesar de limitada pelos entraves ora apresentados, a campanha da oposição para o Senado Federal dispunha de uma série de elementos que reverberaram com veemência em seus discursos e funcionaram como arma de voto. Destes, conforme apresentado no primeiro discurso de Chagas na ocasião da homologação de sua candidatura, o alto custo de vida oriundo da inflação caiu como luva no discurso da campanha emedebista. Dessa forma, a oposição abria certa vantagem sobre o candidato governista e um alerta se fazia ecoar:

[...] o mais forte adversário da Arena nas eleições de 15 de novembro talvez não seja o MDB, mas a inflação. Não há quem possa conformar-se com inflação que já suplanta a barreira dos quarenta por cento anuais, sobretudo se o governo dispõe de poderes ilimitados para tomar as providências que quiser no seu combate (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 02 ago. 1978, p. 02).

Agindo estrategicamente como exige o bom jogo político, O MDB soube canalizar os anseios da população encolerizada pelo aviltamento dos preços e conduziu junto a outros setores da sociedade uma campanha contra a carestia na capital do Estado. O movimento que se espalhou pelo Brasil indicava uma insatisfação da população com os rumos da política econômica adotada pelo governo Geisel e um potencial instrumento de contestação ao regime

⁶³ Sobre este fenômeno, é importante pontuar o perfil “eminentemente urbano do MDB”, que explica, de certo modo, a preferência de significativa parte do eleitorado das capitais pelos candidatos do partido. Este perfil se deve ainda, segundo o historiador Rodrigo Motta, ao fato do MDB ter absorvido “quase que inteiramente as organizações de partidos de caráter urbano como o PTB e o PSB. Além disso, as parcelas dos outros partidos que vieram integrá-lo eram, em muitos casos, também de origem urbana”, conclui Motta. Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. *Revista de Sociologia e Política*, n. 06-07, p. 201-212, 1996. p. 207.

instalado em 1964. Em Fortaleza, a campanha contra a carestia começava a dar sinais positivos neste sentido:

[...] Aqui, já se nota um movimento de organização, partindo de donas-de-casa preocupadas com a carestia do custo de vida, e que se propõem a ataca-lo de todos os modos defendendo, justamente, a bolsa do povo e pugnando pela observância das normas legais e regulamentares que se aplicam à fabricação e comercialização de produtos e gêneros alimentícios. Começa, portanto a haver uma mudança de mentalidade que já diz da necessidade de aglutinação de vontades, da reunião e conjugação de esforços, na defesa de interesses comuns dos consumidores – essa grande força que, quando liderada e conscientizada, é capaz de determinar falências (*idem*, 08 ago. 1978, p. 04).

Se o governo considerasse a possibilidade de a campanha contra a carestia ameaçar sua estabilidade, teria revertido os efeitos dela a seu favor. No entanto, foi o MDB que soube extrair benefícios eleitorais da campanha, transformando-se em um dos canais de “aglutinação de vontades, reunião e conjugação de esforços”. Instrumento legal de oposição à Ditadura, o partido foi o mecanismo pelo qual várias das demandas sociais, principalmente nos anos finais do regime, tiveram espaço para serem ouvidas. Nesta perspectiva, entende-se o partido como espaço de mediação; embora isso não signifique naturalizar esse papel dos partidos e seus programas. O fato é que, como esclarece Serge Berstein,

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos do domínio concreto para o discurso [...]. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas forças primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusa das populações (2003, p. 61).

Para articular suas estratégias de campanha e ter minimamente o entendimento na mediação destas questões, a equipe de Chagas Vasconcelos buscou apoio em outra importante categoria: os estudantes. Em virtude disso, a coordenação de sua campanha tinha como linha de frente o Professor José Maria de Barros Pinho, que também compunha a chapa de Chagas como primeiro suplente ao lado do jornalista Lustosa da Costa. Seguindo nesta linha de atuação, a ideia foi promover a inauguração do comitê central de campanha em Fortaleza no dia 11 de agosto, no qual se comemorava o dia do estudante. Na ocasião, realizou-se festa em homenagem aos estudantes onde discursaram diversos oradores, dentre eles Chagas Vasconcelos (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 12 ago. 1978, p. 02). Sabemos do papel fundamental da presença dos estudantes na luta contra a Ditadura, dessa forma, engajá-los no programa da campanha de Vasconcelos para o Senado seria uma arma poderosa contra o “rolo compressor da Arena”.

Seguindo na perspectiva de assimilar anseios e bandeiras levantadas por estudantes, movimentos sociais e demais categorias descontentes com os rumos políticos do país, o MDB resolveu assumir uma postura contestatória, porém com traços de moderação, conforme se pode notar nas declarações do suplente Barros Pinho:

Não nos move, no MDB, nenhum propósito de ofensa na condução da campanha ora iniciada, que levará Chagas Vasconcelos ao senado da república. Por outro lado, também não nos intimidamos diante das ameaças dos donos absolutos do poder, que, ao coagirem, também prometem dividir o Ceará em sesmarias, como se fossem administrar não um Estado, mas uma Capitania Hereditária. O povo cearense já atingiu a maturidade política. É pobre, mas honrado e não pode ser amesquinhado perante à nação, que guarda respeito à bravura e à independência, traços característicos da personalidade do cearense (*idem*, 27 jul. 1978, p. 02).

A diplomacia escolhida como caminho de ação para a apresentação da campanha de Chagas Vasconcelos, a partir do discurso de seu suplente, compõe o cronograma estratégico para se esquivar de qualquer ataque mais pesado por parte da Arena. Contudo, a postura “educada” das declarações de Pinho mal escondia as alfinetadas ao *modus operandi* do regime e suas posturas autoritárias. Ressalte-se que o governo autoritário se utilizou de diversos dispositivos legais para limitar a ação da oposição, assunto no qual nos debruçaremos mais adiante.

Dando prosseguimento à linha de atuação da campanha rumo ao senado, o professor Barros Pinho assevera:

O que anima o MDB, nesta campanha, é o desejo de construir um processo didático de educação política que corresponda aos verdadeiros valores e tradições da terra comum. O MDB, espera canalizar a vontade na direção mais do futuro do país do que mesmo do seu fastidioso presente. O partido entende que a eleição de Chagas Vasconcelos é uma forma de contribuição do Ceará, nesta fase de transição histórica, vivida pelas instituições políticas brasileiras, ao restabelecimento no país do Estado de Direito Democrático. É a partir dessa perspectiva que o MDB orientará a campanha senatorial no Estado, principalmente porque sabemos que Chagas Vasconcelos não é apenas um candidato partidário, ele representa a convergência de vários níveis de descontentamento que se acumulam ao longo do tempo, fora da própria órbita partidária (*idem*, p. 02).

A fala do suplente na chapa de Chagas incita-nos a questões interessantes sobre o comportamento eleitoral do brasileiro na década de 1970. A eminente crise no regime ditatorial e o desgaste do sistema bipartidário impulsionaram o aprofundamento da tendência do voto plebiscitário. Neste sentido, candidatos da oposição – sistematizada pelo Movimento Democrático Brasileiro – funcionavam como uma espécie de “bode expiatório” no qual a população expurgava sua insatisfação com o autoritarismo do governo dos militares. O voto de protesto, dessa forma, operou como instrumento plebiscitário pelo fato de representar um

juízo dos atos políticos, um desabafo, um modo de dar visibilidade às frustrações dos cidadãos com a política. Destarte, ao transcender a candidatura de Chagas Vasconcelos “ao protótipo da luta pela democracia”, o discurso de Barros Pinho busca associá-lo a um desejo de mudança.

No âmbito do contexto de transformações que despontavam no horizonte da república nos anos de 1970, a campanha eleitoral de 1978 expôs as fraturas na estrutura do regime. Se em 1974 os sinais de definhamento assombravam os próceres da Ditadura, em 1978 ela estava em plena decadência. Cooperava para o agravamento da situação o surgimento de uma candidatura alternativa à presidência da república. Procedente de uma série de dissidências no interior das Forças Armadas, o general Euler Bentes Monteiro⁶⁴ filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, na expectativa de postular como uma opção no eminente processo de redemocratização do país. Ainda que aparentemente inofensivo, o nome do general Bentes provocava os incômodos esperados pelo MDB nas bases na Aliança Renovadora Nacional.

Temerosos com que poderia representar a candidatura de Bentes, o comando da Arena se posicionou com ares de preocupação. Segundo o parlamentar arenista Paulo Kobayashi, a candidatura do general

[...] gera condições para eventuais pressões que poderão provocar um retrocesso político, além de servir como poderosa alavanca eleitoral para o MDB. [...] se a candidatura Euler efetivamente ameaçar a de Figueiredo, estará criado um clima para um golpe presidencial nos moldes de 1937, ou seja, poderá resultar até na prorrogação do presidente Geisel. Argumenta Kobayashi que só há duas formas da candidatura Euler ser bem sucedida e ambas temerárias: estimular uma divisão militar ou mobilizar a opinião pública através de atos radicais, como, por exemplo, greves em todos os setores (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 21 ago. 1978, p. 01).

O excerto extraído das declarações do parlamentar da Arena sugere as pretensões do partido em ser a única via na condução do processo de abertura política. Dessa forma, a candidatura de Euler, na visão do partido do governo, deveria ser contida pelas ameaças que representava aos planos do regime. Nega-se, portanto, a existência de um golpe dado em 1964, a exemplo de 1937, citado por Kobayashi. A fala do parlamentar remete a algo que temos

⁶⁴ Patenteado General do Exército em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel, Euler Bentes Monteiro teve sua atuação nas Forças Armadas marcada pelo legalismo. Por vezes contrário a determinadas posturas tomadas pelo regime, Bentes pôs-se na contramão em diversos momentos da política nacional. Não obstante, sua atuação fora estratégica nos quadros do regime militar visando voos maiores. Com a sucessão presidencial se aproximando, a expectativa era de que Geisel o indicasse como candidato e futuro presidente da república. Contudo, a preferência de Geisel foi para o Gal. João Batista Figueiredo, acarretando no descontentamento de Euler e demais setores dissidentes das Forças Armadas. Deste modo, iniciou-se um processo de articulação de uma alternativa a Figueiredo, especialmente, a partir da renúncia do general e chefe de gabinete de Geisel, Hugo Abreu. Do outro lado, o MDB era pressionado por setores do partido a lançar uma candidatura representativa da oposição no colégio eleitoral. Após uma série de negociações e desentendimentos no interior da agremiação oposicionista, Euler filiou-se ao MDB e foi oficializado como candidato à presidência da república disputando com Figueiredo no colégio eleitoral.

salientado com frequência, o temor ao crescimento do MDB como partido e seu significativo avanço como oposição. Tendo em vista estas prerrogativas e, com base nos resultados eleitorais de 1974⁶⁵, o governo Geisel já havia articulado, em 1977, uma série de medidas que dificultaria em muito a vida da oposição nas eleições de 1978.

O chamado *Pacote de Abril*⁶⁶, como ficaram conhecidas estas medidas, objetivava garantir a hegemonia da Arena no Legislativo e, sobretudo, no Senado. Em virtude disso, compunha as medidas do pacote a eleição indireta de 1/3 dos senadores. Surge, a partir disso, a figura do senador biônico. Indicado pelo governo e eleito via colégio eleitoral, o biônico representava a barreira construída pela Ditadura para conter a ascensão do MDB. Esta e as demais medidas tomadas por Geisel impactavam diretamente nas eleições de 1978, pois agiam como entrave no processo político e beiravam ao retrocesso.

A candidatura do General Euler e os obstáculos ao processo eleitoral impostos pelas “reformas” de Geisel refletiram diretamente no Ceará. A primeira impulsionava sobremodo a candidatura de Chagas Vasconcelos, que ambicionava concatenar os anseios da população em direção a redemocratização do Brasil. Por outro lado, as medidas restritivas do governo pesavam sobre a campanha emedebista, que além da desvantagem em termos financeiros foi prejudicada pela Lei Falcão⁶⁷, um dos instrumentos do pacote. A referida lei impactava desastrosamente a propaganda eleitoral, pois impedia os candidatos de apresentarem suas propostas e promoverem seus nomes pelas extensas regiões de seus respectivos estados. Para contornar a ausência do rádio e da TV, a alternativa foi percorrer o Estado de um município ao outro valendo-se da persuasão do discurso político e de uma rede de solidariedade estruturada pelas lideranças locais.

De modo geral, o processo eleitoral de 1978 era um sintoma da instabilidade e das tensões que movimentavam a vida política brasileira. Embates em torno das eleições indiretas e o desserviço que elas prestavam aos rumos democráticos do país dividiam oposição e governo.

⁶⁵ Das 22 cadeiras existentes no Senado, o MDB ocupou 16 delas nas eleições deste ano.

⁶⁶ As principais medidas do pacote foram: eleições indiretas para governadores dos estados; criação de sublegendas para as eleições diretas para o Senado, o que beneficiava diretamente a Arena, ao permitir que cada partido lançasse até três candidatos. Dessa forma, venceria o candidato que recebesse mais votos e cuja soma dos votos do partido fosse maior; alteração no Colégio eleitoral responsável pela eleição do Presidente da República e extensão do mandato de 5 para 6 anos; restrição da campanha eleitoral no rádio e TV por intermédio da Lei Falcão e mudanças no quórum, reduzindo-o de 2/3 para maioria simples, facilitando a aprovação de projetos e emendas governamentais (KINZO, 1988).

⁶⁷ A Lei 6.339/1976 foi idealizada pelo Ministro da Justiça à época, Armando Falcão. A lei determinava que a propaganda política deveria consistir apenas na leitura dos currículos dos candidatos, na narração de seus números e seus respectivos partidos. Na televisão era permitida, no máximo, a divulgação de datas e locais de comícios. O dispositivo entrou em vigor pela primeira vez nas eleições municipais de 1976 e foi reforçado pela *Pacote de Abril* do governo Geisel, em 1978.

Há menos de dois meses antes da decisão entre Chagas e José Lins ser sufragada pelas urnas cearenses em 15 de novembro, o colégio eleitoral elegeu indiretamente Virgílio Távora para o Governo do Estado e César Cals para a vaga de senador biônico. A decisão gerou troca de farpas entre MDB e Arena no pleito realizado na Assembleia Legislativa do Estado:

O deputado Chagas Vasconcelos, ao condenar o processo de eleição indireta, disse que Virgílio Távora e César Cals não precisavam de tal expediente para se elegerem, pois tem condições de obter consagração popular nas urnas com votação direta. Chagas Vasconcelos explicou que a participação do MDB na eleição para a presidência da república é devido à necessidade que tem o partido de conseguir erradicar aquela maneira esdrúxula de eleição (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, Caderno de Política, 02 set. 1978, p. 02).

Na contradita, o líder da bancada arenista na Assembleia, Aquiles Peres Mota,

[...] afirmou não entender a posição do MDB sendo contra a eleição direta em um Estado e beneficiando-se com o sistema em outra unidade da federação, o Estado do Rio. Também ressaltou o fato de que a oposição vai disputar a presidência da república, muito embora com um candidato que passou para o MDB porque não conseguiu vez na Arena, referindo-se ao General Euler Bentes Monteiro, o líder do governo disse “tratar-se de um general da reserva carreirista e oportunista” (*idem*).

Podemos inferir alguns elementos da cultura política que sobressaem nas declarações dos dois parlamentares. O período de transição que se inicia em 1974 e se intensifica nos anos finais da década de 1970 evidencia os arcaísmos e vícios dos modos de fazer política no Brasil. Pensar o MDB fora desse jogo dificulta enxergá-lo enquanto representação de ideais e vontades em constante disputa. Isso posto, “beneficiar-se” das eleições indiretas pode ser visto como via de mão dupla. Neste contexto, aderir a este ardil pode significar tanto mecanismo de contestação, conforme propôs Chagas Vasconcelos, quanto uma estratégia do jogo político para dele tirar proveito, como sugere Aquiles Mota. Ambos os pontos de vista dizem da complexidade de se encontrar um consenso sobre as relações de Arena e MDB⁶⁸.

Inserida neste complexo emaranhado de relações, a campanha de Chagas Vasconcelos ao Senado Federal seguiu nesta linha de atuação dialogando com a campanha presidencial de Euler Bentes. O comício programado para Fortaleza com a presença do general alimentou os prognósticos e acendeu a esperança na vitória de Chagas Vasconcelos. A concentração ocorrida na Praça Presidente Roosevelt, no bairro do Jardim América, reuniu milhares de populares para

⁶⁸ Analisar estas relações exige pensá-las a partir de práticas e ações que identificam estes sujeitos enquanto “homens de partido”, firmando acordos e traçando estratégias para subsistirem ou adaptarem-se às limitações do autoritarismo do regime. Desta forma, constata-se neste processo, conforme Alessandra Carvalho: “A existência de uma atuação incessante dos políticos por meio da qual as relações com o Estado autoritário são marcadas por enfrentamento, negociação, diálogo e influência” (CARVALHO, 2010, p. 227).

recepcionar figuras como Euler Bentes, Ulysses Guimarães e Paulo Brossard (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 29 set. 1978, p. 01).

A concentração no Jardim América inspirou análises por parte dos próceres do MDB indicando uma suposta vantagem de Chagas Vasconcelos sobre José Lins:

Quem ainda tinha dúvidas do triunfo da candidatura Chagas Vasconcelos, nas eleições de 15 de novembro, terminou por desfazê-las com aquele espetáculo democrático. Não me surpreenderei se o Ceará repetir as lições de civismo e de bravura do Paraná em que, em 1974, de 16 candidatos a deputação federal, fizemos 15 e se Chagas Vasconcelos obtiver uma vitória de mais de 200 mil votos somente na capital, prosseguiu Paes de Andrade. Para ele, “a convenção em recinto fechado no Teatro José de Alencar, foi o marco inicial da nossa jornada democrática e mobilizou a Arena num esforço vão para conter o crescimento avassalador da legenda oposicionista (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 02 out. 1978, p. 02).

A reação do deputado Federal Paes de Andrade retoma uma questão inicial, as especulações em torno da capital do estado na expectativa do resultado ser a salvação de Chagas Vasconcelos. Infere-se, apesar do ânimo e confiança nas palavras de Paes, um receio em relação ao resultado das urnas no interior do Estado. Neste aspecto, a candidatura de José Lins havia solidificado alianças em regiões estratégicas e nos colégios eleitorais mais importantes do Ceará. A coalizão das bases interioranas da Arena - que assustavam o MDB e os impulsionava a dobrar a vantagem em Fortaleza – deve-se ao trabalho realizado por Virgílio Távora. Sobre este aspecto, a coluna do jornalista Dorian Sampaio trouxe a seguinte nota:

Não subestimem Virgílio Távora; daqui para o dia 15 ele não descansará um minuto sequer. Esse homem, em um avião, é imbatível. Gosta muito de pousar na retaguarda das trincheiras adversárias onde faz estragos irrecuperáveis. MDB não deve fazer ouvidos moucos a este aviso [...] (*idem*, Coluna do Dorian, 24 out. 1978, p. 18).

O comentário do colunista da Tribuna do Ceará reitera o que abordamos anteriormente sobre a máquina governamental a serviço do poder político. Com o empenho de Virgílio e toda sua experiência como estrategista político, tendo governado o Ceará por uma vez e protagonizado alianças políticas importantes, nem mesmo a preferência do eleitorado de Fortaleza pelo candidato do MDB seria empecilho intransponível no caminho para a vitória de José Lins. Para além dos esforços pessoais em eleger José Lins e o maior número de parlamentares da Arena, estava o compromisso de Távora com Geisel em manter unido o partido no Estado. Em visita ao Ceará, Ernesto Geisel reuniu-se com líderes e parlamentares da Arena no Estado para cobrar ações mais efetivas na campanha senatorial semanas antes do pleito de 15 de novembro.

Empresta-se a essa reunião uma importância substancial porque dentro dela poderá surgir a ordem pessoal do presidente de honra da Arena, no sentido de que todos os

líderes do partido neste Estado esqueçam seus ressentimentos e se entreguem, pessoal e vigorosamente, à campanha eleitoral para eleger o engenheiro José Lins de Albuquerque ao Senado Federal [...]. Uma fonte geralmente bem informada, com trânsito livre pelos corredores da Arena cearense nos disse que é necessária, hoje, a voz forte e firme do Presidente Geisel. ‘Diria mesmo uma exigência grave, clara, por parte do Presidente da República, para os que se mostram discretos na campanha cobrando deles mais trabalhos, mais ação, mais decisão junto a seus liderados do interior’, adiantava-nos a mesma fonte (*idem*, Notas Políticas, 25 out. 1978, p. 03).

Apesar dos esforços para manter coesa a agremiação governista em prol da eleição de José Lins em 15 de novembro, as cobranças de Geisel tinham endereço conhecido. Enquanto Virgílio se desdobrava para mediar conflitos e solucionar divergências no interior do partido, César Cals e Adauto Bezerra ameaçavam a pseudo estabilidade da Arena. O primeiro protagonizara dissabores com setores oposicionistas no período no qual ocupara o Governo do Estado (1971-1975) e deu início a um processo de renovação nas fileiras da Arena, mostrando-se hostil à liderança de Virgílio Távora. Já o segundo, poderia deixar-se dominar pelo ressentimento de não ter sido indicado para concorrer à vaga de senador direto pelo partido em 1978. Consideradas estas hipóteses, a estratégia de Geisel era reforçar compromissos e estabelecer metas, driblando eventuais contratempos que prejudicassem o êxito da Arena nas urnas cearenses.

Sob outra perspectiva, o encontro de Geisel com parlamentares e líderes da Arena às vésperas da eleição supunha a preocupação do partido com as últimas pesquisas cuja vantagem era favorável ao candidato do MDB, deputado Chagas Vasconcelos. A primeira da série de pesquisas aplicadas pelo Jornal *Tribuna do Ceará* foi realizada em 8 de outubro nas praias de Fortaleza e ouviu centenas de eleitores (*idem*, 09 out. 1978, p. 01). A segunda, aplicada pelo mesmo veículo em 22 de outubro, ouviu eleitores no Castelão na ocasião em que jogavam Fortaleza e Ceará (*idem*, 23 out. 1978, p. 02). Ambas as pesquisas⁶⁹, confirmando prognósticos já esperados na capital, apontavam para uma vantagem do candidato Chagas Vasconcelos sobre José Lins de Albuquerque. Nas praias da capital, Chagas alcançou 62% na preferência do eleitorado contra 38% de José Lins. No Castelão, a vantagem fora de 64% para Chagas, ficando o candidato da Arena com 36%.

Das três faixas etárias (40 a 49, 50 a 59 e acima de 60) consultadas na primeira pesquisa, José Lins empatava com Chagas Vasconcelos na faixa superior aos 60 anos (*idem*, 12 out. 1978, p 02). Por outro lado, no que dizia respeito às preferências partidárias, os candidatos do MDB abriam vantagem significativa nas duas primeiras faixas etárias. O fato da opção dos eleitores

⁶⁹ A metodologia de aplicação das pesquisas do *Tribuna do Ceará* levou em consideração alguns critérios básicos, tais como: preferência por partido político; interesse por política; opinião sobre eleições diretas; rendimento mensal; ocupação; grau de instrução e sexo.

com mais de 60 anos pela Arena explica-se, em certa medida, pela identificação destes com os arcaísmos e práticas da política de viés tradicional. O conservadorismo e o autoritarismo como práticas características na formação e consolidação do regime militar refletem com mais intensidade nesta faixa etária, cujos aspectos valorativos se estruturam na moral, nos bons costumes e na legitimação da família cristã. Decerto, seria equivocado excluir o MDB de várias destas práticas da cultura política autoritária visto sua participação, ainda que imposta, no processo de legitimação do bipartidarismo. Contudo, vale ressaltar uma tendência mais conservadora e autoritária sustentada e propagada pelo partido do governo enquanto a oposição seguia na defesa das liberdades democráticas. Esta e outras pautas que compunham o repertório do MDB refletiram negativamente em setores mais conservadores da sociedade, que as associavam ao comunismo.

Outro aspecto relevante entre as duas pesquisas foi a eleição de 15 de outubro, na qual foi homologado pelo Colégio Eleitoral o nome de João Batista Figueiredo como Presidente da República. Após uma campanha conturbada, marcada por ataques e suposições falsas de uma provável desistência, o general Euler Bentes conseguiu chegar ao pleito de 15 de outubro, porém, não obteve o êxito sonhado por ele e seu partido, sendo derrotado pela maioria do Colégio Eleitoral. Embora contasse com dissidências no interior da Arena a seu favor, por parte de parlamentares insatisfeitos com os rumos que estava tomando a política nacional, a candidatura de Euler sucumbiu ante o poderio do partido do regime.

O resultado de 15 de outubro, tachado por Euler como “apenas um ato a mais de usurpação dos direitos do país” (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 16 out. 1978, p. 05), fora o prenúncio do que se poderia esperar para as eleições diretas de 15 de novembro. A derrota do MDB no Colégio Eleitoral dava indícios claros de que os militares usariam de todos os artifícios para impedir que o contexto favorável ao MDB em 1974 se repetisse em 1978. A derrota do candidato do MDB à presidência parecia ter causado pouca interferência na campanha no Ceará, tendo em vista os resultados das pesquisas continuarem indicando a vantagem de Chagas Vasconcelos. Todavia, o fantasma das eleições de 1974 parecia ainda apavorar os próceres do MDB no Ceará. Desde que, por imposição de seu partido, Vasconcelos teve de aceitar o bastão passado por Mauro Benevides, o resultado favorável ao MDB em 1974 passou a ser um fardo durante a campanha senatorial em 1978.

Em virtude disso, a imprensa não deixou que o candidato esquecesse do que lhe fora intimado:

Foram trunfos de 1974 que, parece, não estão se repetindo, para o MDB, neste 1978:

- Mauro Benevides tinha lastro maior de popularidade, iniciado que fora na vida política com a obsessão de alargar fronteiras; Chagas Vasconcelos bem mais humilde, marcou limites para a sua vida, que oscilou, sempre entre uma cadeira na AL e a Prefeitura de Santana do Acaraú; - as runas, em 74, se constituíam a única válvula de escape do povo contra as arbitrariedades institucionalizadas, o que não parece ocorrer agora, já que, de qualquer forma, há um processo de abertura em evolução;
- 74 não tinha a infeliz obscurantista Lei Falcão, e Mauro, messageando simpatia e tranquilidade, superou o adversário nas aparições no vídeo; este ano de 78, Chagas não tem TV, o que lhe tirou a oportunidade de mostrar a milhões o invejável poder de seu verbo no que seu concorrente é deficitário;
- O MDB, em 74, apresentou o melhor candidato que tinha, para enfrentar um que, em seu partido, a Arena, era repleto de áreas de atrito;
- Virgílio Távora, em 74 omitiu-se na campanha e hoje, esse VT está de mangas arregaçadas, com um poder de barganha excepcional [...];
- A Arena, em 74, marchou esfacelada, já que o candidato escolhido não teve condições de ser o denominador comum dos grupos, o que não ocorre agora (ninguém, nem mesmo o próprio MDB é CONTRA a pessoa de José Lins);
- O MDB, neste 1978, esbarra, aqui e ali, na obra deixada pelo governo Aduelmo Bezerra, inibindo, de qualquer forma, a oratória oposicionista (*idem*, Coluna do Dorian, 01 nov. 1978, p. 18).

O texto supracitado parece sugerir uma espécie de cartilha da qual Chagas Vasconcelos se distanciara, por circunstâncias adversas, e assim não tivera a mesma sorte de seu antecessor. Este último – Mauro Benevides – é forjado pela imprensa e, em certa medida, pela opinião pública como modelo de candidato da oposição. Figura de traços moderados e com passe livre entre as fileiras do governo, Mauro representava uma ala do MDB cujas tendências políticas eram marcadas pela conciliação e o diálogo com o regime, conforme dissemos em outro momento deste trabalho. Dessa forma, assimilar e carregar este fardo não fora tarefa fácil para Chagas Vasconcelos. Embora consócios da mesma agremiação, Chagas e Mauro diferiam em ideais e posturas que, apesar de não se mostrarem tão evidentes, diziam da complexidade de se projetar um candidato em outro e esperar que ele seja a representação fiel do primeiro.

Seguindo estas considerações e confirmando os prognósticos iniciais da campanha, o resultado de 15 de novembro de 1978 consagrou José Lins como Senador da República pelo Estado do Ceará⁷⁰. A vitória de Chagas Vasconcelos na capital cumpriu-se conforme o esperado, alcançando números maiores do que seu antecessor Mauro Benevides em 1974. No interior do Estado, José Lins venceu em larga escala, principalmente, em municípios pequenos

⁷⁰ José Lins foi eleito com um total de 758.817 votos contra 591.034 de Chagas Vasconcelos. Em Fortaleza, o candidato do MDB superou José Lins por uma diferença de 132.068 votos. No entanto, no interior do Estado o candidato da Arena venceu Chagas Vasconcelos com segurança, perfazendo uma margem de 299.851 votos de maioria cobrindo, portanto, o resultado desfavorável na capital. Ver Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Secretaria de Informática. Coordenação de estatística e Informações eleitorais. Seção de Estatísticas. Eleições Estaduais de 15 de novembro de 1978. www.tre-ce.gov.br.

e naqueles estratégicos donde o controle estava nas mãos de tradicionais famílias da política cearense⁷¹.

Apresentadas e examinadas estas problemáticas, apreende-se que o processo eleitoral de 1978 teve impactos significativos e irreversíveis nos rumos da política brasileira. Concernente ao Ceará, o processo iniciado na campanha eleitoral até o pleito de 15 de novembro foi entremeadado por reordenações nos quadros políticos do Estado e, principalmente, na trajetória do deputado Chagas Vasconcelos. Inserido na candidatura pelos jogos e coalizões de forças político-partidárias e, quiçá, por vaidade, Chagas pôde rever estratégias, práticas e (re)pensar seu futuro político. Portanto, entendemos 1978 como ensaio, pois proporcionou uma ruptura de um modo de fazer política que vinha funcionando há duas décadas. A partir dali, Vasconcelos vira surgir algo novo e desconhecido: a derrota.

4.2 Cultura política, clientelismo e poder em Santana do Acaraú

A personalidade imbricada nas relações entre público e privado há muito tem dificultado estabelecer uma linha divisória que nos possibilite diferenciar estas duas esferas. Entranhado nas instituições políticas, o personalismo deu sustentação à emergência de sujeitos – líderes carismáticos – cujos projetos pessoais sobrepõem-se a estas instituições e à organização do Estado.

O fortalecimento destas relações com base nos laços pessoais, na troca de favores e na cooptação do público pelo privado remonta ao período colonial. A permanência destes elementos na cultura política do Brasil deve-se a um processo iniciado ainda na colonização portuguesa, onde a família fora incorporada à organização estatal. A influência da organização familiar proporcionou, neste sentido, a assimilação de valores e vínculos pessoais pelo Estado. Dessa forma, conforme Mateus Malvestio:

[...] a cultura do favor, das barganhas, das relações de troca, a não segregação do público pelo privado, se configurou desde os tempos mais remotos do colonialismo fruto de uma organização social paramentada nas relações familiares de cunho patriarcal (2016, p. 31).

Figura central neste processo de paramentação, o patriarca congrega poderes de chefe e provedor do clã. É a partir dele que se cria uma rede de relações de solidariedade e

⁷¹ Sobre este aspecto, podemos citar a região do Cariri, importante colégio eleitoral do Estado, onde a família Bezerra hegemonizava o poder e o controle sobre o eleitorado. A ascensão de Adauto Bezerra ao executivo estadual em 1974 e o exercício do mandato de seu clã no município de Juazeiro do Norte, coadunaram para a expansão das bases eleitorais da família tanto no Cariri quanto em outras áreas do Estado (LEMENHE, 1995).

reciprocidade, cujas ramificações atingem as instituições políticas e nelas se instalam. Exemplo disso está no coronelismo⁷². Sistema datado historicamente na Primeira República, o coronelismo caracteriza-se pela forte intervenção de grandes latifundiários que cooptavam recursos do Estado como instrumento de barganha, gerando uma rede de dependência entre eles e o eleitorado local. O coronelismo evidencia ainda outro elemento fortemente arraigado no fazer político brasileiro: o clientelismo.

O clientelismo difere do coronelismo, pois é elemento circunscrito na cultura política e tem pautado as relações políticas em distintos momentos da história do Brasil. De acordo com José Murilo de Carvalho, “o clientelismo indica um tipo de relação entre os atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais e isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (1997).

No âmbito da municipalidade, estas práticas apontadas por Carvalho e os demais elementos acima apresentados, compõem uma cultura política cujas ramificações alcançam os espaços formais de poder e neles se instalam. Acarreta, neste sentido, na indiferenciação dos espaços públicos e privados. Nesta perspectiva, a família apresenta-se como elemento sintetizador das relações políticas cooptadas pelo monopólio de um poder personalista (LEMENHE, 1995). Dá-se, no bojo deste contexto, a emergência de grupos cujos líderes tomam a cena política e polarizam as disputas pelo monopólio do poder.

Inscrita nos moldes desta cultura política, Santana do Acaraú foi o cenário das teatralizações de dois grupos que movimentaram a cena política e protagonizaram as disputas pelo Executivo Municipal. Durante três décadas, Vasconcelos e Arcanjo foram as famílias responsáveis por lançar os principais nomes a concorrerem à Prefeitura Municipal, detendo o controle sobre a moeda de troca do clientelismo. É efetivamente a partir de 1958, com a eleição de Chagas Vasconcelos ao cargo de prefeito, que estes dois grupos passaram a ocupar a cena pública interferindo nos rumos políticos da cidade.

⁷² Há estudos clássicos que tocam nesse tema. Lançado pela primeira vez em 1949, *Coronelismo, enxada e voto*, de Victor Nunes Leal, conceitua esse fenômeno a partir do que ele identifica como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1976, p. 20 *apud* FORJAZ, 1978, p. 105). Dessa forma, o coronelismo figura uma complexa rede de compromissos entre o poder público e o privado, cuja base se fundamenta na propriedade da terra. Embora o conceito seja uma simplificação das relações políticas que marcam o Brasil na primeira república, ele ainda serve como um ilustrativo, como um ponto de inflexão, a partir do qual se pode pensar essa realidade histórico-social.

O período que antecede a afirmação dos grupos na política santanense é o da formação partidária consolidada pela constituição de 1946, que reforçou a atuação de partidos políticos conservadores e reformistas⁷³. Os primeiros, representados na União Democrática Nacional (UDN) e no Partido Social Democrático (PSD) e, os segundos, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A partir dos anos 1960, duas clivagens começaram a dividir estes partidos internamente e influenciar no processo eleitoral. Uma, de cunho ideológico, obrigava os partidos a tomarem posições mais contundentes contribuindo para o declínio de partidos mais conservadores. Outra clivagem era oriunda da luta entre as oligarquias pelo monopólio da máquina governamental. Ambas tiveram impacto no sistema político inaugurado em 1964 e no realinhamento partidário ocasionado pelo AI 2, a partir de 1965 (KINZO, 1988, p. 21-22).

Nesta senda, os grupos que se alternavam no poder em Santana do Acaraú estavam ligados ou à UDN ou ao PSD. Entre 1955-1958, a UDN fez sua última administração com o governo de Gerardo Araújo. Na expectativa de fazer um sucessor, Gerardo Araújo lança como candidato nas eleições de 1958 Henrique Araújo. No entanto, supõe-se que o “espírito de mudança” ou os efeitos das clivagens no sistema político citadas anteriormente, sopraram a favor da vitória do jovem advogado Francisco das Chagas Vasconcelos, candidato do PSD. Este, começara cedo na Mocidade Pessedista do Ceará e, ao lado dos primos José Arcanjo Neto e José Ananias Vasconcelos, acompanhava a política municipal, tecendo críticas à administração udenista que governava Santana.

Estas três personagens foram fundamentais no processo de afirmação das famílias Vasconcelos e Arcanjo nos espaços de poder em Santana do Acaraú. Na década de 1950, Chagas seguiu para a capital e formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Ceará, enquanto José Arcanjo Neto concluíra o curso de medicina na Universidade Federal de Pernambuco. A atividade acadêmica dos primos estava interligada à militância política, embora longe de Santana, os dois acompanhavam a política local através de um panfleto apócrifo intitulado “A Crítica”⁷⁴. O panfleto trazia críticas às administrações da União Democrática Nacional em Santana e demais acontecimentos relacionados à política municipal. O terceiro

⁷³ A partir do pluripartidarismo, inaugurado pela constituição de 1946, coexistiam no Brasil 13 agremiações partidárias. Estas três – UDN, PSD, PTB – criados por iniciativa governamental, protagonizaram as disputas pelo poder político em nível federal e estadual. No âmbito municipal, as disputas majoritárias ficaram entre UDN e PSD.

⁷⁴ O sociólogo Clódsen dos Santos analisa o teor deste panfleto em sua tese de doutorado, intitulada *Do lado de cá & do lado de lá: tempos e espaços dos conflitos da “política” em Santana do Acaraú-CE*. Optamos por não apresentar aqui o conteúdo deste material, tendo em vista de nossa investigação seguir por outro viés e para não repetirmos o que já fora analisado pelo autor.

primo, José Ananias, permaneceu em Santana e teve sua vida ligada à atividade comercial e política.

Concluídos os estudos, Chagas e Arcanjo Neto retornam a Santana e, em 1958, articulam a campanha de Chagas Vasconcelos à Prefeitura de Santana do Acaraú, com o apoio do também primo José Ananias. A vitória de Chagas Vasconcelos promove a ascensão das duas famílias (Arcanjo e Vasconcelos), a princípio concentradas no mesmo grupo político. Nesta perspectiva, é preciso ponderar que a chegada deste “novo grupo”⁷⁵ na política municipal não necessariamente significou uma mudança no modo de fazer política e, conseqüentemente, o surgimento de uma cultura política diferente. Contudo, as respectivas famílias, principalmente com a eleição de Chagas Vasconcelos, inauguram outro estágio da vida política do município de modo que narrativas futuras dariam conta deste período como imprescindível para a compreensão da conjuntura política de Santana do Acaraú.

Explorando um pouco destas narrativas, citemos a obra *Santana em fatos e lendas*⁷⁶, de José Irineu Braga. Em referência ao período de atuação de Chagas Vasconcelos e seu grupo, o autor classifica-o como “Era Chagas”.

A Era Chagas durou 30 anos, apesar de ter sido prefeito apenas um mandato, liderou seu grupo por todos estes anos [...]. Para a oposição de Chagas Vasconcelos a Era Chagas ficou marcada por uma política viciada, baseada no clientelismo, onde se mantinha o voto de cabresto, de segurar pelas mãos e não admitir perder para ninguém. A oposição tinha o Chagas Vasconcelos como o pior dos coronéis (2015, p.51).

Na tentativa de estabelecer uma interpretação crítica, ainda que de forma superficial, o autor promove simplificações conceituais importantes de serem acentuadas. Conforme explanamos na abertura deste tópico, o coronelismo é pertinente, mais especificamente à Primeira República (1889-1930), onde práticas como o “voto de cabresto” movimentavam as engrenagens do sistema político. A partir de quando assume a Prefeitura de Santana do Acaraú e firma seu grupo como mandatário da política local, as práticas de Vasconcelos circunscrevem-se no que se pode classificar como mandonismo e clientelismo. O mandão, chefe ou potentado

⁷⁵ A consagração e consolidação de uma família nos espaços de poder deve ser observada em sua dimensão simbólica. Dessa forma, Pierre Bourdieu chama nossa atenção para o poder simbólico enquanto elemento de distinção de um grupo em relação a outro. Conforme o autor: “o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. [...] um grupo [...] só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer, dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento” (BOURDIEU, 1990. p. 167 *apud* LEMENHE, 1995.p. 56).

⁷⁶ Interessante perceber a inserção de Chagas Vasconcelos e o contexto político no qual emerge em uma obra dedicada a registrar algumas das lendas presentes no imaginário popular, tendo como fundo Santana do Acaraú. (In)voluntariamente o autor insere Chagas Vasconcelos dentro de uma narrativa folclórica, tomando-o, em certa medida, como “elemento fantástico” para explicar um momento específico da história política do município. Nesta perspectiva, a “Era Chagas”- assim classificada pelo autor – se inscreve na tradição oral, cristalizando uma narrativa que será reapropriada pelas gerações futuras.

tem o controle sobre a moeda de troca do clientelismo e mantém preso a ele por laços de fidelidade, reciprocidade e solidariedade, seu eleitorado.

Dessa forma, as ações de Chagas Vasconcelos frente à prefeitura a partir de 1959 possibilitou a formação de um grupo cujas relações se baseavam na pessoalidade, privilegiando alguns e gerando descontentamento noutros. Os rumos dados à administração pública por Chagas Vasconcelos parecem ter desagradado um de seus principais aliados: o médico e primo José Arcanjo Neto. É a partir de então que se presencia a quebra na “harmonia” interna do clã. Arcanjo Neto rompe com Chagas provocando a cisma no grupo.

A ruptura ocasionada pela separação entre os dois primos não causou grandes danos ao controle de Chagas Vasconcelos sobre a política local, entretanto, colocou José Arcanjo na rota de colisão direta com este último, assumindo o posto de principal opositor até 1988. A atividade de José Arcanjo como médico o ajudara a estabelecer relações mais próximas com o povo, assim como o trabalho de Chagas como advogado também o auxiliara neste sentido. Por outro lado, diferente de Chagas Vasconcelos, José Arcanjo ligara-se à atividade intelectual da cidade atuando como um dos sócios fundadores da Associação Cultural Santanense⁷⁷, presidindo-a por vários mandatos. Além disso, foi o principal articulador na fundação da Maternidade Nossa Senhora Sant’Ana em 1955, que à época funcionava como a única instituição hospitalar da cidade. Após a cisão do grupo em 1959, Chagas passou a encaminhar seus eleitores que necessitavam de cuidados médicos para Sobral, uma vez que José Arcanjo Neto era diretor da Maternidade.

A pessoalidade nas relações com a coisa pública, mobilizando o acesso a serviços básicos como a saúde, foram práticas de Chagas Vasconcelos que associadas a outros elementos construíram um discurso de invenção de uma figura difícil de ser contestada. Avançando na contramão, nossa investigação busca encontrar frestas, pequenas rachaduras que possibilitem problematizar estas narrativas. A exemplo disso, o excerto a seguir corrobora a complexidade de problematização de um discurso que sugere uma unanimidade:

Ele transportava em seu carro doentes para Sobral e para Fortaleza, era chamado por muitos de “anjo bom”, conhecido popularmente como advogado dos pobres, por

⁷⁷ A Associação Cultural Santanense (A.C.S.) foi fundada em 26 de agosto de 1956. Segundo o documento de registro da entidade, a “associação não tem fins lucrativos, visando exclusivamente promover a educação e instrução dos santanenses de ambos os sexos. Com este objetivo, poderá manter cursos primários, de admissão, ginásial, colegial, normal, profissional, etc.”. Para alcançar suas finalidades, o documento estabelece ainda que a associação poderia manter convênios ou acordos com os governos federal, estadual e municipal, além da permissão para o recebimento de auxílios e doações e a cobrança da mensalidade de seus sócios. Estes, dividiam-se em três categorias: contribuintes, beneméritos e honorários. Embora abrigasse alguns dos principais políticos da cidade, a associação proibia veementemente qualquer manifestação político-partidária na sede, nas reuniões e assembleias, sujeito a penalidades aos infratores da norma.

defender os pobres que tinham problemas com a justiça e carinhosamente era chamado de Dr. Chagas (BRAGA, 2015, p. 51).

Conforme apresentamos em outro momento, há discursos que contestam esta imagem de sujeito erigida em torno da personagem Chagas Vasconcelos, contudo, a força das narrativas que o glorificam, de certo modo, sufocam as demais.⁷⁸

Voltando ao ponto no qual se dá o rompimento das relações políticas entre os primos, seguimos na tentativa de identificar os pontos onde essa figura de sujeito vai ganhando forma. Isso posto, Chagas cumpre seu primeiro e único mandato na Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú em 1962 e, nas eleições daquele ano, consolidaria a presença de seu grupo por mais quatro anos. Desta feita, o candidato lançado para dar continuidade ao projeto político de Chagas Vasconcelos foi seu também primo José Ananias. Em contrapartida, a UDN agora com a presença de José Arcanjo Neto em suas fileiras, apoia a campanha de José Henrique Araújo, o mesmo que fora derrotado em 1958 por Chagas Vasconcelos. Com a soma de 2.154 votos contra 1.504 de seu adversário, José Ananias Vasconcelos vence as eleições municipais de 1962 (TRE-CE, Seção de Estatísticas, Eleições Municipais de 07 out. 1962). Das dez cadeiras do Legislativo Municipal, o PSD – partido do grupo de Chagas Vasconcelos – ocupou seis delas, conferindo, portanto, a maioria absoluta para a situação.

A perpetuação do poder local via parente assegura a preservação da hegemonia de Chagas Vasconcelos e seu grupo em Santana do Acaraú. Neste sentido, a família exerce papel fundamental na consolidação de um poder de feições personalistas. Para a manutenção dos interesses do grupo, a atividade comercial a qual se dedicara José Ananias junto à administração de um armazém de secos e molhados, também foi imprescindível para o alargamento das atividades políticas. A ausência de documentos⁷⁹ que nos possibilitem uma leitura mais detalhada do período dificulta identificarmos com precisão as relações de Ananias com o grupo. Todavia, ecos de uma memória coletiva, que se repete nas falas de alguns contemporâneos, levam-nos a sugerir que a postura reservada e sua não apreciação por discursos públicos facilitaram a ação de Chagas Vasconcelos enquanto liderança principal do grupo e influência (in)direta na administração municipal.

As eleições de 1962 foram as últimas dentro do modelo pluripartidário criado a partir da constituição de 1946. No meio do mandato de José Ananias, o país passara por uma

⁷⁸ Neste processo, os trabalhos pela memória operam de modo significativo. A repetição de uma narrativa, seja escrita, seja perpetuada pela oralidade, é fundamental na salvaguarda da memória. O benefício desta (re)apropriação constante, supõem-se, é o não esquecimento.

⁷⁹ A parca documentação deste período consiste nas atas da Câmara Municipal de Santana do Acaraú, cujas informações são pouco elucidativas e apresentam cortes por vezes extensos na sequência dos anos.

reconfiguração em seu quadro político-partidário. Com o golpe dado pelos militares em 1964 e, por conseguinte, a criação do bipartidarismo em 1965, os grupos políticos em Santana do Acaraú e nas demais regiões do Brasil passaram a dividir-se entre Arena e MDB. A partir deste realinhamento, efetivado nas eleições de 1966, Chagas Vasconcelos e seu grupo migraram para o Movimento Democrático Brasileiro, enquanto seu adversário, José Arcanjo Neto, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional.

Com esta nova configuração, as eleições de 1966 foram disputadas entre Raimundo Nazion de Aguiar, do MDB, e Gerardo Arcanjo, da Arena. Ambos com o apoio de Chagas Vasconcelos e José Arcanjo Neto, respectivamente. Nazion foi eleito com 2.067 votos (TRECE, Seção de Estatísticas, Eleições Municipais de 07 out. 1966), contra 1.896 do candidato arenista. Ao contrário do que acontecera em 1962, a Câmara Municipal ficou dividida meio a meio em 1966. A princípio, a configuração da casa legislativa assim apresentada poderia prejudicar os interesses de Chagas Vasconcelos e seu grupo. No entanto, num sistema onde o personalismo se incorpora aos instrumentos legais de representação política, este imbróglio seria facilmente driblado. A investigação pelas atas das sessões nos deu um panorama, ainda que pouco preciso, das estratégias de conciliação⁸⁰ utilizadas para que o grupo de Vasconcelos não perdesse o monopólio do poder no município. Ao longo da apresentação de projetos e requerimentos, fossem eles de autoria do Executivo ou dos vereadores da bancada situacionista, a expressão “foi aprovado por unanimidade” é recorrente nas atas das sessões.

Para além do personalismo na condução das relações, era necessário apelar para outros mecanismos de controle e ação para manter a hegemonia do grupo de Vasconcelos em Santana do Acaraú. Dentre eles, pode-se destacar a presença ritualizada de Chagas Vasconcelos no município. A partir de 1962, Chagas passou a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Ceará, dessa forma, as visitas ritualizadas a Santana passaram a compor as estratégias para a preservação do monopólio do poder municipal. Para Maria Auxiliadora Lemenhe, a ritualização destas visitas aos municípios onde estes políticos construíram suas bases eleitorais “é tão necessária para a reiteração do domínio que na contingência da ausência há necessidade de justificá-la” (LEMENHE, 1995, p. 109).

Seguindo o raciocínio proposto por Lemenhe, quando a presença não se faz física, é necessário algo que a faça ser lembrada. Nesta perspectiva, ocupar o espaço da cidade através

⁸⁰ Segundo o historiador Rodrigo Motta, elementos característicos da cultura tradicional brasileira incidem no campo político de modo que determinados comportamentos remetem à afirmação de estratégias para encontrar “saídas políticas aceitáveis para os grupos envolvidos”. Neste sentido, Motta refere-se à tendência à conciliação, à flexibilidade e à negociação de conflitos (MOTTA, 2013, p. 18).

da nomeação de instituições ou logradouros é uma das formas de justificar a ausência. Exemplo destas ações de afirmação e legitimação da presença de Chagas Vasconcelos na cidade foi a homenagem feita à sua mãe na administração de Raimundo Nazion (1967-1970), dando ao hospital municipal o nome de Unidade Mista de Saúde D. Maria José Vasconcelos. A perpetuação do nome da família no espaço citadino o reconfigura, colonizando-o em nome de um poder que assumiria dimensões espectrais em décadas posteriores, conforme discutimos no primeiro capítulo.

Ainda no que tange à presença de Vasconcelos na cidade, ela não se limitava a aparições públicas ou simples visita à terra natal. A extensão de sua presença aos espaços formais de poder, seja na casa legislativa ou na prefeitura municipal, assumia dimensões simbólicas e políticas dentro deste contexto de dominação. Eram escassas as ocasiões nas quais sua presença sofria algum tipo de contestação. No entanto, nos poucos registros encontrados vemos que tal hegemonia não era aceita com a passividade e apatia com as quais relatam as narrativas sobre o período.

Esteve presente, convidado pelo presidente, o deputado Francisco das Chagas de Vasconcelos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos tendo antes o vereador José Amauri Araújo protestado contra a presença do deputado chamando-o de intruso, tendo o parlamentar explicado que estava ali a convite do Presidente e não estava disposto a receber insultos, ao que o senhor Vereador retrucou que mesmo assim iria receber (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 28 mar. 1968, p. 60).

A reação à imposição da presença do deputado na sessão legislativa, que visava tratar de assuntos referentes à municipalidade, é um indício do incômodo em relação ao domínio de uma figura que se pretendia inquestionável. A postura do vereador arenista é uma clara demonstração de descontentamento da oposição a Chagas Vasconcelos em Santana do Acaraú, que por muito manteve-se recuada, quando não, partícipe do jogo político para manter a hegemonia do deputado na política local. O gesto do vereador é ainda a demonstração de que a oposição não estava entregue.

As eleições de 15 de novembro de 1970 viriam reafirmar a liderança de Chagas Vasconcelos em Santana do Acaraú. A vitória de José Cirineu de Menezes como candidato do grupo emplacou o terceiro prefeito sob a tutela de Vasconcelos (TRE-CE, Seção de Estatísticas, Eleições Municipais de 07 out. 1970). Ademais, o pleito de 1970 trouxe alguns fatos novos na disputa pelo executivo municipal em Santana do Acaraú. Foi a primeira vez que José Arcanjo Neto, principal adversário de Chagas e representante da Arena no município, lançava candidatura própria para disputar a prefeitura. Outro elemento interessante foi o surgimento de duas outras candidaturas alternativas dentro da própria Arena. Além do médico José Arcanjo

como cabeça de chapa da Arena 1, tivemos as candidaturas de José Amauri Araújo e José Milton Mota pela Arena 2 e 3, respectivamente (*idem*).

A cisão da Arena em Santana em 1970 permite-nos levantar uma hipótese. A criação do sistema bipartidário a partir de 1965 foi um dos instrumentos de intervenção do regime militar no processo eleitoral. Em sendo a criação do sistema bipartidário a partir de 1965 um dos instrumentos de intervenção do regime militar no processo eleitoral, dentro deste sistema, a possibilidade da sublegenda⁸¹ corroborava a tentativa de manter a vantagem do partido do governo, principalmente nas eleições majoritárias. O partido que recorresse à sublegenda poderia apresentar até três nomes para a disputa do cargo, conforme acordado em convenção. Ao fim do pleito eleitoral, o vencedor era definido pela soma dos votos de todas as sublegendas, e não pela votação obtida pelo candidato mais votado (BRAGA, 2017). Dessa forma, pode-se inferir do recurso ao mecanismo das sublegendas, no caso de Santana do Acaraú, uma tentativa da Arena de minar as chances de vitória de mais um candidato apoiado por Chagas Vasconcelos. Por outro lado, a estratégia possibilitava àquele cujo nome ocupava a primeira sublegenda uma distinção em relação ao demais. Sugeria que este sujeito detinha a confiança do partido e nele concentrava as expectativas de vitória.

Se por um lado a estratégia da sublegenda promoveu José Arcanjo Neto como principal liderança da Arena local, por outro não foi eficiente na tarefa de derrotar Chagas Vasconcelos. O candidato do MDB, apoiado por Chagas, venceu com ampla vantagem os três candidatos das respectivas sublegendas arenistas. Com 3.029 votos, José Cirineu de Menezes (MDB) derrotou José Arcanjo Neto (Arena 1), José Amauri Araújo (Arena 2) e José Milton Mota (Arena 3) que juntos somaram 2.102, 153 e 381 votos, respectivamente (TRE-CE, Seção de Estatísticas, Eleições Municipais de 07 out. 1970). Embora tenhamos visto a emergência de alternativas ao domínio do grupo de Chagas Vasconcelos surgirem nas eleições de 1970, o resultado confirma a polarização da disputa pelo executivo municipal entre os grupos Vasconcelos e Arcanjo.

A partir de 1972, as eleições municipais foram desvinculadas das eleições gerais no Brasil. Dessa forma, neste mesmo ano houve eleições para prefeito e para as câmaras municipais em 3.947 municípios, dos quais 162 desses tiveram seus prefeitos nomeados pelo regime militar (TSE, Dados Estatísticos, Eleições Municipais de 1972, 1988, p. 12). Nesta senda, em Santana do Acaraú as eleições se deram a partir da polarização que se concretizara em 1970. O candidato da situação foi novamente José Ananias Vasconcelos, derrotando

⁸¹ A lei da sublegenda foi criada a partir do Ato Complementar nº 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1966.

Antônio Alves Sobrinho, da Arena, em 15 de novembro de 1972. Das nove vagas para o legislativo, o MDB conseguiu ocupar seis delas, assegurando a maioria a favor da situação.

Nesta segunda fase, José Ananias conseguiu viabilizar alguns projetos importantes para o município. Dentre eles, a criação de uma biblioteca pública municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 28 mar. 1973, p. 13) e um projeto que outorgava a concessão dos serviços de água e esgoto à Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (*idem*, 03 set. 1973, p. 14). Um dos últimos atos de sua administração foi a solicitação junto à câmara municipal da venda de ações da Petrobras para a instalação de um sistema de micro-ondas a ser realizado pela TELECEARÁ (*idem*, 31 maio 1976, p. 32). A execução destes projetos exigia, decerto, a mobilização de recursos que em sua maioria eram oriundos do Governo do Estado ou da União, controlados, portanto, pelo regime militar. Isso posto, uma questão se faz pertinente: como um município governado pelo MDB conseguia cooptar, ainda que parcos, alguns recursos para a realização de obras? Os municípios dependiam em grande medida do Fundo de Participação dos Municípios, repassado pela União para os estados e, conseqüentemente, para os municípios. Entretanto, no contexto autoritário do regime de 1964, quando o personalismo incrustava as instituições formais de poder e os recursos figuravam como a moeda de troca do clientelismo, ser governado pelo MDB significava um entrave no acesso a estes recursos.

Evidentemente, a cultura política em voga não favorecia apenas aos partidários da agremiação governista. Chagas Vasconcelos criara ao longo dos mandatos como deputado uma rede de solidariedade e reciprocidade, que funcionaria também na captação de recursos para seu município. Deste modo, a relação com alguns deputados federais⁸² de sua base foi fundamental para o acesso e controle de determinados recursos em troca de votos. Aprende-se, a partir destes exemplos, a capacidade do clientelismo de se estabelecer em variadas esferas da sociedade. Fomentando a discussão, Mateus Malvestio destaca que

[...] estas práticas podem ser notadas em meio às instituições formais do Estado, nos partidos políticos e nos procedimentos burocráticos. Isso demanda uma extensa rede de patronagem, no qual todo o aparato do Estado é usado em benefício próprio por aqueles que possuem privilégios através do aparelho estatal. Pavimentação, nomeações, licitações, e liberação de documentos acabam por servir a interesses particularistas como moeda de troca na obtenção de favores (2016, p. 38).

⁸² Destacamos a relação com o deputado federal Joaquim de Figueiredo Correia, do MDB. Figueiredo recebeu da Câmara Municipal de Santana do Acaraú, em 05 de fevereiro de 1979, o título de cidadão santanense. A ação sugere a formalização dos laços que uniam o deputado ao município, cuja tutela estava sob um de seus pares do MDB.

A estruturação desta rede demanda tempo e se constrói a partir de bases sólidas que permitam um sujeito ou um grupo permanecer por décadas com o monopólio do poder. O controle sobre a gestão municipal é o ponto a partir do qual o poder se ramifica, adentrando as esferas estadual e federal. Assim como são construídas no tempo, estas relações também sofrem a corrosão por este mesmo tempo, à medida que determinados mecanismos de poder se modificam. Decerto, é um processo lento e gradual, mas decisivo para provocar abalos em estruturas de poder que se perpetuam por longos períodos.

A este respeito, a penúltima administração sob o comando grupo de Chagas Vasconcelos foi de João Batista Arcanjo⁸³. Em 1976, ele disputou a prefeitura com Gerardo Arcanjo, da Arena. A gestão de Batista Arcanjo foi o estopim do processo de desgaste de uma estrutura prestes a ruir. A estratégia da presença ritualizada de Chagas Vasconcelos, mencionada em outro momento, é retomada nos primeiros atos da nova gestão.

Como destaque do dia o Deputado Estadual o Sr. Airton Maia dirigiu-se ao Sr. Presidente e aos demais presentes; que estava ali a convite dos vereadores de seu partido e sentiu-se plenamente satisfeito. Manifestou-se como amigo e colocou-se à disposição caso fosse útil em alguma coisa. Em seguida o Sr. Presidente fez convite ao deputado Chagas Vasconcelos para retribuir as palavras do Deputado visitante. Tomando a palavra o nosso deputado teceu elogios ao visitante, desejou-lhe boas vindas, apresentou seus vereadores e expressou o plano que o Sr. Presidente tem para melhorar o ambiente (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 28 fev. 1977, p. 37).

O campo político envolve lutas simbólicas ente atores que em certa medida buscam delimitar e ocupar espaços de poder. Compreendê-lo como jogo implica considerar o uso de evasivas ou subterfúgios, aprender as relações de força, como tratar os adversários (BOURDIEU, 2011). O excerto acima infere estes elementos como componentes de práticas que subscreviam as ações de Chagas Vasconcelos para afirmar-se como mandatário da política local. Ao recepcionar o deputado Airton Maia (Arena), apresentando projetos e planos de ação da bancada emedebista, Vasconcelos põe em evidencia a dependência do legislativo municipal aos interesses de seu grupo.

No âmbito do executivo municipal, ainda que de moto sorrateiro, as ações do prefeito João Batista Arcanjo tomavam rumos contrários à política personalista que até o momento guiara as relações do grupo com a administração pública. Das medidas tomadas por Arcanjo, destacamos a criação do Departamento Educacional do Município (CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ, 26 dez. 1977, p. 45). A ausência de estruturas formais de poder

⁸³ Batista Arcanjo vence o adversário por uma diferença de 500 votos. Comparado a eleições anteriores, os números que distanciavam João Batista de Gerardo Arcanjo, da Arena, eram o indicativo de que a força do grupo de Chagas Vasconcelos diminuía significativamente e isto refletia nas urnas.

facilitava a prática do clientelismo e a intervenção direta e pessoal de Chagas Vasconcelos na administração municipal. Desta forma, a criação de pastas como a educação e outras medidas como a fixação de novos níveis de vencimento para servidores (*idem*, 03 out. 1977, p. 43) realizadas pelo governo João Batista, começavam a mexer nas bases do sistema e a causar incômodos no interior do grupo.

As rachaduras provocadas pelas intempéries na gestão de João Batista Arcanjo não foram suficientes para derrubar a estrutura que há muito mantinha o grupo Vasconcelos no poder. As eleições de 1982 reafirmaram a preferência da maioria do eleitorado de Santana do Acaraú por mais um dos candidatos de Chagas Vasconcelos. Naquela ocasião, o indicado como candidato do grupo foi o médico Francisco das Chagas Feijão. A estratégia utilizada para aquele pleito foi colocar como vice de chapa Maria Socorro de Vasconcelos, filha de Chagas. Feijão e Maria Socorro venceram João Ananias Vasconcelos do PDS 1 e, Raimundo Nazion de Aguiar, do PDS 2⁸⁴. Com a morte de Feijão em 1983, meses antes de assumir a prefeitura, a administração ficou a cargo da vice, Maria Socorro Vasconcelos.

Dentre alguns imbróglios, a gestão de Socorro Vasconcelos foi marcada por problemas nas contas do município e críticas da oposição, que faziam sentir o desgaste do grupo há quase três décadas com o monopólio do poder municipal. Ademais, 1982 trouxe para o cenário político uma figura fundamental para derrotar Chagas Vasconcelos em 1988, o médico João Ananias Vasconcelos. Com a experiência de médico sanitário, em contato direto com as comunidades, João Ananias construiu bases para concretizar seu projeto de “mudança”⁸⁵ em 1988. A campanha de 1982, da qual saíra derrotado, fora um laboratório para canalizar os primeiros anseios de uma política pensada sem a presença asfixiante do grupo de Chagas Vasconcelos.

Durante estas três décadas, vimos o protagonismo das teatralizações e disputas pelo poder nas mãos de dois grupos. O primeiro, liderado por Chagas Vasconcelos tomava a cena política, o segundo, liderado por José Arcanjo, embora ofuscado pelo primeiro, foi importante para a compreensão de um período de nossa história e na interpretação de elementos de uma cultura política cujas marcas ainda se fazem sentir. Sob o ponto de vista de José Valdemir

⁸⁴ Com a volta do pluripartidarismo em 1979, surgiram novos partidos políticos. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi criado a partir de partidários do Antigo MDB, enquanto a maioria dos que compunham a Arena se realocaram no Partido Democrático Social (PDS).

⁸⁵ O termo suscita problematizações, considerando o contexto no qual está inserido. João Ananias era filho de José Ananias Vasconcelos, primo e aliado de Chagas por décadas, cujo rompimento da aliança se dera em 1982. Tendo em vista a perpetuação da família na política municipal, coloca-se em questão a proposta de mudança como elemento discursivo do plano de governo de João Ananias.

Vasconcelos⁸⁶, um elemento diferenciava sobremodo o protagonismo de Chagas Vasconcelos em relação a José Arcaño: “[...] não pode se misturar política com trabalho, política também é uma profissão, ele (José Arcaño) não era político, ele não tinha habilidade política, totalmente diferente do Chaga, que o Chaga tinha era habilidade política mesmo, entendeu? Então foi isso, o sucesso do Chaga foi isso, sua habilidade política [...]”⁸⁷.

Elemento interessante que sobressai da fala de José Valdemir é a profissionalização da política. Pensada como carreira, a atividade política é o *métier* daqueles que desenvolvem habilidades específicas e melhor se saem nesta tarefa. Bourdieu atribui a este destaque de determinados sujeitos no campo político de capital político. O acúmulo de determinadas habilidades, títulos e demais instrumentos dão credibilidade às ações destes sujeitos no interior de um dado grupo.

Seria a habilidade, ressaltada por José Valdemir, a explicação para a emergência e perpetuação de um único grupo no monopólio do poder municipal? Certamente, tal fator, sozinho, não justifica o controle de Chagas Vasconcelos durante três décadas; mas, somado às outras ponderações feitas no decorrer deste tópico, esse fator, pelo menos, oferece-nos a possibilidade de uma leitura problematizadora de um período ainda pouco explorado.

4.3 Crise e declínio do poder carismático

“O vendaval político que atingiu o Ceará a partir de meados dos anos 80 arrastou sólidas lideranças e desestruturou os agrupamentos organizados em torno delas. Desde então, os obstáculos encontrados pelos derrotados para reassumirem o poder e a sucessiva ampliação do domínio dos que os sucederam são indicativos de que esse tempo assinala o fechamento de um ciclo de poder e a inauguração de outro”.

(Auxiliadora Lemenhe, 1995, p. 181).

Perscrutar esse movimento passa por considerar a afirmação de líderes ditos carismáticos e pela determinação de uma série de fatores que os projetam como tais. Sabe-se, desta forma, que o fundamento do poder carismático está no reconhecimento por parte de dada sociedade ou grupo da “missão” assumida pelo portador do carisma. Sem o reconhecimento

⁸⁶ José Valdemir Vasconcelos foi vice na chapa do PDS 1, encabeçada por João Ananias Vasconcelos, em 1982.

⁸⁷ José Valdemir Vasconcelos, 69 anos. Entrevista concedida a Rafael Júnior dos Santos em 13 de fevereiro de 2016. In SANTOS, R. J. dos. Manda Brasa na Arena: práticas e representações do bipartidarismo em Santana do Acaraú (1966-1979). Sobral, UVA, 2016 (Trabalho de Conclusão de curso).

dessa sociedade, a “autoridade carismática” perde a razão de ser, sua exigência fracassa e a estrutura que a forjou tende a declinar (FERREIRA, 2001).

O vendaval a que se refere Lemenhe, em certa medida, provocou o abalo no sistema que mantinha consolidadas liderança políticas e sua rede de sustentação. Decerto, as transformações no campo da política a partir da década de 1980 não puseram fim em práticas como o clientelismo e o personalismo, contudo, desestabilizou grupos tradicionais da política brasileira. Neste aspecto, lideranças forjadas sob o poder do carisma perderam significativamente a força em seus redutos eleitorais. No que diz respeito ao Ceará, os anos 1980 presenciaram a ascensão de uma burguesia empresarial, cujo discurso mudancista ia de encontro a tradicionais figuras políticas e suas práticas associadas ao atraso. A chegada de Tasso Jereissati ao posto de governador do Estado em 1986 inaugurou um novo estágio na história política do Ceará. Esta renovação – apesar de operada por um discurso de mudança e ataque às “forças do atraso” representada pelos “velhos coronéis” – fora um projeto burguês, pois tinha na linha de frente jovens empresários preocupados em vencer um tradicional domínio de base agrária (LEMENHE, 1995, p. 182).

Por outro lado, no fim dos anos 1980 deu-se a intensificação do processo de abertura política após a transição operacionalizada a partir do final dos anos 1970 com a Anistia. Este contexto de democratização proporcionou ainda a emergência de sujeitos instrumentalizados por um discurso progressista e, em oposição, às práticas consideradas vencidas, cujos efeitos foram nocivos ao desenvolvimento da sociedade. Dentro deste contexto, começa a declinar a estrutura construída por Chagas Vasconcelos que o manteve como pilar do poder político em Santana do Acaraú por três décadas.

Seguindo na linha investigatória traçada desde o início deste trabalho, temos buscado identificar os pontos onde se dão determinados começos e rupturas. Momentos nos quais o acontecimento deixa escapar sua historicidade. Deste modo, analisar o processo de declínio desta figura política exige a demarcação temporal do momento no qual o modelo projetado para dar existência e sobrevivência a ele começa a mostrar suas primeiras fissuras. Assim, voltemos a uma etapa amplamente discutida anteriormente: as eleições ao Senado em 1978. O resultado delas apresentou-nos um panorama para pensar esta nova etapa na trajetória política de Chagas Vasconcelos.

Apesar de jovem, Chagas tem uma apreciável experiência política e isso adquirida ao longo dos vários mandatos parlamentares que exerceu e de sua liderança na política de sua terra natal, Santana do Acaraú onde mais uma vez saiu-se consagradoramente votado. É essa sua experiência política que lhe dá essa tranquilidade na certeza de que, se não triunfou nas urnas, afirmou-se de forma mais ampliada no conceito político do

Ceará [...]. Perdeu, como ele próprio afirma⁸⁸, mas de cabeça erguida podendo encarar hoje, não apenas seus adversários, mas os correligionários e a opinião pública de todo o Estado (JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ, 01 dez. 1978, p. 03).

Se na ótica da imprensa cearense e na do próprio Chagas, o resultado de 1978 teve um balanço positivo em sua trajetória política, em nossa análise propomos uma visão menos conformista. Ressaltar idiosincrasias como juventude, experiência e liderança – elementos que ajudaram a constituí-lo como figura política – não exclui o fato de que naquelas eleições o fazer político de Chagas Vasconcelos foi posto em questão. A estrutura que o mantinha politicamente seguro há quatro mandatos consecutivos como deputado estadual falhou em 1978 e, isto, era indicativo de que esta falha afetaria diretamente resultados de eleições posteriores.

Após deixar a cena pública em 1978, Chagas retornou em 1982 ingressando em sua primeira candidatura à Câmara Federal. A campanha a deputado federal em 1982 ocorreu concomitante a de prefeito, na qual Chagas indicou como candidato à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú o médico Francisco das Chagas Feijão e sua filha, Socorro Vasconcelos, como vice. O resultado foi favorável a todos, Vasconcelos garantiu uma vaga em Brasília enquanto seu grupo político continuou governando Santana. Apesar do resultado de 1978 ter sido uma sombra neste último processo eleitoral, aquele ainda não era o momento de liquidação da dominação carismática de Chagas Vasconcelos. No entanto, a administração de Socorro Vasconcelos, somada às transformações no quadro político a partir dos anos de 1980, mencionadas anteriormente, foram o ápice no colapso do sistema de dominação político-carismática de Chagas Vasconcelos.

Conforme dissemos no último tópico, a conjuntura política dos anos 1980 em consonância com a saturação de um modelo de política que há trinta anos governava Santana, foram favoráveis à eleição do médico João Ananias Vasconcelos nas eleições de 1988. Neste pleito, Chagas Vasconcelos indicou como cabeça de chapa do PMDB o jovem engenheiro agrônomo Antônio de Pádua Arcanjo para disputar com João Ananias, do PSB. A escolha do jovem recém-saído da faculdade de agronomia à época indica a preocupação do grupo em manter a hegemonia na política municipal. A juventude associada ao espírito de mudança dos anos 1980, pensada estrategicamente, proporcionaria a continuidade do poder tradicional camuflado pela ideia do novo.

⁸⁸ O ato de confessar/reconhecer a derrota poderia revelar uma eventual fraqueza, entretanto, é preciso pensá-lo enquanto estratégia discursiva. De acordo com Patrick Charaudeau, a figura da *confissão* compõe um complexo conjunto de traços pessoais de caráter, corporalidades, comportamentos e declarações verbais que formam o que o autor denomina de *ethos* político. O *ethos* está relacionado às expectativas dos cidadãos em relação aos políticos e seus modos de ser. Tais expectativas se constroem, conforme Charaudeau, a partir de imaginários que atribuem valores positivos ou negativos a estes modos de ser. Ver CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. – 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017. p. 137.

O discurso de encerramento da campanha de Antônio de Pádua em 1988 sugere a reprodução de um fazer político já conhecido pelos santanenses. Embora jovem, Totonho, como era conhecido, apropriou-se da repetição de um discurso cujos elementos remetiam a práticas políticas em visível desgaste. Vejamos a seguir um trecho do discurso:

O coração da gente fica alegre, a alma da gente fica alegre de vermos que vocês confiam em nós, de vermos que vocês confiam em Chagas Vasconcelos, de que vocês confiam no PMDB e essa confiança não é em vão, essa confiança vem de 30 anos [...]. E eu me orgulho, meus caros conterrâneos, eu me orgulho sinceramente de ser o candidato de vocês, de ser o candidato do PMDB e, principalmente, de ser o candidato da confiança de Chagas Vasconcelos [...] (ARCANJO, Comício de encerramento da campanha para prefeito de 1989, Leandro Studios, 2005).

A dominação de cunho personalista com forte apelo ao poder carismático se estrutura numa rede de solidariedade e reciprocidade que tem como um de seus sustentáculos a confiança. Retomando o que fora dito na abertura deste tópico, o poder carismático requer o reconhecimento por parte daqueles que conferem à “autoridade carismática” uma espécie de missão. Ao confiar o cargo a Antônio de Pádua, é como se Vasconcelos transferisse temporariamente o carisma e, por conseguinte, a “missão” de representar esse poder a ele confiado pelos seus eleitores. O apelo à experiência dos trinta anos também o legitima como herdeiro de Chagas Vasconcelos e “digno” de guiar os destinos de sua gente.

A segunda parte do discurso de Antônio de Pádua traz outro elemento para ser pensado neste processo de “transferência” de poder:

[...] E por isso, meus caros conterrâneos, fica aqui o meu compromisso, o compromisso veemente e verdadeiro de querer trabalhar por Santana, de querer trabalhar pela minha gente. Deus é testemunha disso: que eu quero trabalhar por vocês e que vou trabalhar pela minha Santana para dar os melhores dias para a minha gente, porque só assim, meus caros conterrâneos, eu estarei de bem com vocês, eu estarei de bem com Deus, eu estarei de bem com Chagas Vasconcelos, porque ele me confiou, diante de tantos amigos que ele tem, de tantos companheiros que o PMDB contém, ele confiou a mim, confiou a este jovem que vocês veem [...] (*idem*).

Assim como a confiança, o compromisso garante a preservação dos laços de lealdade que mantém coesos o grupo e seu líder. A fala do candidato deixa subtendido o temor em não conseguir responder positivamente à missão delegada por Chagas Vasconcelos. Neste ponto do discurso, o recurso ao sentimento denota um saber jogar com as sensações do público. Ao reafirmar repetidas vezes seu compromisso com Chagas Vasconcelos, Antônio de Pádua enfatiza a emoção de ser o depositário desta confiança. À sua direita, Chagas inclina o rosto e o esconde com uma das mãos sugerindo estar emocionado com as palavras de seu correligionário. Vejamos na imagem a seguir:

Figura 11 – Chagas se emociona enquanto Totonho discursa.



Fonte: Acervo pessoal do autor (2019).

A demonstração de sentimentos constitui um recurso importante no discurso político para a identificação e aproximação com o público. Ao jogar com essas figuras, o político transparece uma imagem mais humana a seus eleitores e, estes, por sua vez, veem-se nele representados.

A transferência de poder, cuja eficácia comprovava-se nos trinta anos anteriores às eleições de 1988, não funcionou com Antônio de Pádua Arcanjo. A campanha da oposição, liderada pelo médico João Ananias, do PSB, investiu no ataque às forças consideradas tradicionais que há trinta anos dominavam a política de Santana do Acaraú. Neste sentido,

[...] o médico João Ananias acreditava ter quebrado a hegemonia de 30 anos, dando fim a Era Chagas e entrando no Novo Tempo. Um grande fator que contribuiu para a sua vitória foi o trabalho como médico e liderança política na zona rural entre 1982 e 1988, ele levava saúde e esclarecimento para o povo. João foi feliz até no slogan da campanha “Santana tem Cura”, convocando a população a virar uma página na história de Santana do Acaraú (BRAGA, 2015, p. 52).

No fragmento supracitado, o autor José Irineu Braga classifica a chegada de João Ananias à Prefeitura de Santana do Acaraú como marco inaugural de um novo tempo. Se considerarmos o contexto de transição política, João Ananias poderia, numa primeira olhadela, representar um novo estágio na política municipal. Por outro lado, João – como ressalta o próprio Irineu Braga em parágrafos anteriores – “é filho da própria oligarquia que diz ter

combatido, pois, seu pai José Ananias foi prefeito duas vezes da Era Chagas” (*idem*). A ideia do novo é, desta forma, (re)apropriada por segmentos da mesma família que, em certa medida, propõe formas alternativas de perpetuar seu domínio na política local.

João Ananias fez uma administração voltada para a participação, sob o argumento de que nos trinta anos anteriores não era permitida a participação do povo nas decisões da administração pública. Esta palavra fora fundamental para caracterizar o projeto de mudanças proposto na campanha e, conseqüentemente, reafirmar a ausência dela nas administrações anteriores. Em 1992, João Ananias concluiu seu primeiro governo e lançou a candidatura do médico José Ari Fonteles para as eleições daquele ano. Para concorrer com o candidato da situação, Chagas articulou uma coligação do PMDB com o PSDB e lançou como candidato o empresário do ramo da movelaria, José Aldenir Farias. A tentativa de repetir os áureos tempos nos quais figurava como mandatário local tivera no empresário Aldenir Farias uma esperança.

Na campanha de Farias em 1992, o discurso de Chagas Vasconcelos centrou-se na exaltação de seus feitos que, segundo ele, eram essenciais à Santana e no ressentimento com os adversários. A seguir, acompanhemos um trecho de um de seus discursos na campanha de 1992:

[...] E às vezes, nas caladas da noite, quando me falta o sono, eu volto ao passado na relembração de quatro anos atrás e o vento ainda me traz as imagens e as vozes daqueles comícios da campanha anterior. Quando os meus adversários diziam que era preciso acabar com o Chagas Vasconcelos, que eu era a doença que estava infelicitando a terra santanense. E eu, meus amigos, que tinha e tenho um coração exclusivamente voltado para servir, eu que desde a idade de 14 anos tenho trabalhado. Consegui ser advogado, consegui ser prefeito da minha terra, consegui ser deputado estadual por 16 anos, consegui ser deputado federal por 4 anos. Fui procurador do IAPAS, o cargo mais alto da autarquia, durante 35 anos, fui funcionário da Prefeitura de Fortaleza, fui presidente da FEBEM, fui presidente do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua e da União Estadual dos Estudantes. Passei esta vida toda, santanenses, para chegar no fim dela, quando o sol já se põe no ocaso da minha existência, para ouvir nas praças da minha terra pelas vozes e pelas bocas de conterrâneos meus que têm nas veias o meu próprio sangue, para dizer que eu sou a peste, a doença que deve ser afastada de Santana [...] (VASCONCELOS, Comício da Campanha de Farias para Prefeito, 1992).

A maneira como Chagas se coloca neste momento de sua fala sugere a inconformação diante do evidente declínio de sua ‘missão’ enquanto autoridade carismática. Sem o reconhecimento que lhe era necessário, o líder carismático apela à memória de suas realizações pessoais a fim de que o público valorize sua dedicação e seus préstimos à cidade. A presença de procedimentos expressivos é também importante de ser observada neste momento do discurso. A oratória compõe, neste sentido, elementos que apreendem a atenção do público e legitimam e impõem a autoridade do orador sobre ele. Procedimentos como uma dicção lenta, um ritmo cadenciado na produção de frases, a articulação das sílabas e uma pronúncia denotam

um controle do orador sobre si e a preocupação deste em se fazer compreender por seu público (CHARAUDEAU, 2017, p. 170).

Jogar com estes elementos discursivos era a forma de tentar reverter a quebra de sua hegemonia no monopólio da política municipal concretizada na derrota nas eleições de 1988. Diante disto, o discurso de Chagas para eleger Farias em 1992 buscava despertar no eleitorado sentimentos de culpa, remorso e arrependimento.

Santanenses, depende de vocês se vocês se deixarem levar novamente pelas palavras de só promessas e nada mais, se vocês forem escutar aquelas fanfarrônicas dos nossos adversários e depositarem o voto contra o Farias, o Chagas Vasconcelos não vai sofrer coisa alguma. Não! Eu vou ficar na minha posição, eu continuarei o mesmo, continuarei a ser aquele mesmo homem que fui até agora, mas você não, santanense! Você que precisa duma prefeitura, você que não tem nada na vida a não ser os caminhos para andar e o sol que é de todos nós. Você que só tem a prefeitura, você ainda não pensou nisto, você talvez ainda não tenha meditado, mas a prefeitura não é minha, e sim é de vocês (VASCONCELOS, Comício da Campanha de Farias para Prefeito, 1992).

Chagas faz uso de uma espécie de “chantagem eleitoral”, descredibilizando o discurso dos seus opositores e reafirmando como necessária sua presença na administração de Santana. Apropriar-se da figura do pobre como incapaz e vítima do poder público nos remete a elementos recorrentes do discurso de Chagas Vasconcelos, analisados com mais precisão no segundo capítulo. De outro modo, a retomada destes elementos discursivos compõe ainda a tentativa do líder carismático em comprovar que não foi privado de sua força. Ela o legitima enquanto portador de sua missão. De acordo com Max Weber, em determinado momento “o portador pode perder o carisma, sentir-se ‘abandonado de seu deus’, como Jesus na cruz, mostrar-se a seus sequazes como ‘privado de sua força’: neste caso, sua missão está extinta, e a esperança aguarda e procura um novo portador” (1999, p. 326 *apud* FERREIRA, 2001, p. 29). O temor pela emergência de um novo “portador de carisma” explica, em certa medida, a necessidade de Chagas Vasconcelos em jogar com os procedimentos apresentados até aqui, utilizando-os como estratégia de retomada do monopólio da política municipal.

O resultado das eleições de 1992 comprovou mais uma vez a ineficácia do modelo de política que vigorou em Santana até 1988 sob a tutela de Chagas Vasconcelos. Com o apoio de João Ananias, o candidato vitorioso foi o médico Ari Fonteles, do PSB. Neste mesmo pleito, Chagas se candidatou a vereador e conseguiu eleger-se como um dos mais votados, porém, diante da derrota de seu candidato a prefeito e do extenso currículo de sucessos eleitorais de outrora, este último parecia irrisório. A segunda derrota consecutiva para o executivo municipal era um indicativo de que, embora o “poder carismático” opere significativamente para a perpetuação de um líder por determinado período, ele sozinho não é capaz de garantir sua

permanência. A formação numa tradição de dominação personalista impediu várias dessas lideranças de perceberem a emergência de uma oposição voltada para uma retórica de mudança, assim como uma paulatina diversificação no eleitorado (LEMENHE, 1995, p. 144). Práticas clientelistas balizadas em laços de lealdade e na mercantilização do voto a partir dos anos 1980 e 1990 já não surtiam o mesmo efeito registrado em períodos anteriores.

As tentativas seguintes de voltar à Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú continuaram sem êxito. Em 1996 e 2000, Chagas lançou candidatura própria para disputar o cargo com João Ananias Vasconcelos e José Aldenir Farias, respectivamente. João Ananias foi eleito para seu segundo mandato em 1996, enquanto Chagas amargava mais uma derrota nas urnas. Após reviravoltas no jogo político, Farias, que fora aliado de Chagas e candidato pelo seu grupo em eleições anteriores, aliou-se a João Ananias, em 2000, e venceu as eleições daquele ano.

Seguindo nesta perspectiva da singularidade histórica do acontecimento, a partir dos anos 2000 é possível identificar um estágio novo na trajetória política de nossa personagem. Ao disputar em 2002 uma vaga para a Assembleia Legislativa do Ceará, a presença de Chagas Vasconcelos na política santanense parecia assumir a partir dali um outro patamar. Uma carta anônima lançada no período de campanha nos auxilia a explorar um pouco mais deste “novo estágio”. Vejamos:

Santanenses, às vezes fico pensando e me perguntando: será meu Deus, que nós santanenses só iremos aplaudir e render merecidas homenagens a este ilustre filho de Santana do Acaraú, ‘SÓ’ depois que ele estiver morto dentro de um caixão? ‘SÓ’ depois que estivermos segurando a alça do seu caixão? ‘SÓ’ depois que jogarmos terra sobre seu corpo? Não santanense, não vamos deixar para amanhã o que é justo fazer hoje. Você deve estar se perguntando: de que maneira podemos homenagear o Dr. Chagas? Pois eu lhes digo que é de uma maneira muito simples: Dr. Chagas, este ano de 2002 é candidato a Deputado Estadual, então, basta você homenagear ao Dr. Chagas votando nele nesta eleição, aí você estará demonstrando para o Dr. Chagas que uma ‘GRATIDÃO SE GUARDA DENTRO DO CORAÇÃO’: eis aí a grande oportunidade de ‘você’ dizer ao Dr. Chagas que ele ainda tem amigos dentro de sua terrinha, que lhe são gratos por tudo que ele já tenha feito, por você, por seu pai, por sua mãe ou por qualquer pessoa de sua família (CARTA ABERTA AOS SANTANENSES, 2002).

O enunciado acima instiga a pensar a presença desta personagem na cidade sob uma perspectiva diferente do que havia representado décadas atrás. A carta sugere o gesto de votar em Chagas não apenas como troca de favor, mas como homenagem e gratidão que, de todo modo, não deixam de ser marcas dos atos clientelistas. A figura política inventada a partir de 1958 e materializada por uma série de narrativas a posteriori, a partir dos anos 2000 passava a compor o imaginário político da cidade, inaugurando um poder de dimensões espectrais. Esta

“nova” fase concretizar-se-ia com a morte de Chagas Vasconcelos em 2003, cujo processo discutimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Nesta senda, a apropriação da imagem de Chagas Vasconcelos após sua morte mobiliza e produz sentidos de acordo com o que temos proposto em nossas discussões. Nas campanhas eleitorais seguintes, surgiram candidatos de diferentes grupos evocando esta imagem e a herança simbólica nela embutida. Nas últimas eleições para o executivo, personagens diferentes emergem como herdeiros deste legado.

Figura 12 – Panfleto de campanha do vereador Victor Vasconcelos.



Fonte: Francisca das Chagas Rosa. Acervo pessoal do autor (2018).

Na imagem acima, identificamos a última geração de políticos da família Vasconcelos representada pelo neto de Chagas, o jovem advogado Victor Vasconcelos. Ao declarar-se como herdeiro de uma tradição política, Victor joga com elementos presentes em um discurso que é (re)apropriado pelas novas gerações da política de Santana do Acaraú. O discurso ufanista de amor à terra natal foi uma das práticas mais recorrentes no fazer político de Chagas Vasconcelos. A repetição deste discurso figura, portanto, como estratégia de legitimação de um legado que se pretende hereditário.

Se em vida o carisma foi um dos responsáveis pela ascensão e consolidação de Chagas Vasconcelos como chefe político, após sua morte estes movimentos de reapropriação de sua imagem e memória, assim como do discurso que o inventou, demonstram a limitação do poder carismático e inauguram movimentos ainda mais complexos de serem analisados. Ao perscrutar a crise e declínio na estrutura de poder político-carismático e os movimentos pós morte de Chagas Vasconcelos, pretendemos uma análise que problematize e instigue o surgimento de novas questões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever é um gesto que carrega uma infinidade de sentidos. Disse Clarice Lispector: “escrever é procurar entender, é reproduzir o irreproduzível, é sentir até o último fim o sentimento que permaneceria apenas vago e sufocador. Escrever é também abençoar uma vida que não foi abençoada” (1999). Embora faça parte de um processo de fabricação circunscrito pela investigação das fontes históricas, a escritura do historiador não deixa de ser um constante exercício de “procurar entender”.

Dar sentido, materializar o mundo pela escrita pode soar ambicioso. Entretanto, o que é o ato de escrever um texto senão um gesto que põe em evidência relações de poder-saber? Seleccionamos, fazemos escolhas, damos singularidade a acontecimentos que talvez não tivessem relevância. Personagens ganham centralidade, outros ocupam espaços antes impensáveis dentro da trama histórica. A partir de uma compreensão balizada inicialmente pelo poder e suas implicações, que atravessa considerável parte desse trabalho, busquei problematizar a construção da personagem Chagas Vasconcelos. Neste sentido, fizemos um percurso investigativo pelos discursos que materializaram esta figura de sujeito.

Para fugir do fascínio inicial que nos seduzia a realizar uma espécie de “biografia não autorizada”, resolvemos pensar este sujeito para além do protagonismo de uma história. Buscamos evidenciar as lutas e disputas pelo poder no momento em que se pretendia “inventar” um personagem novo para a história política de Santana do Acaraú. Tivemos a percepção de que este ponto de emergência inaugurou um movimento diferente na política municipal. A partir do “nascimento público” de Chagas Vasconcelos, Santana do Acaraú entrava para um estágio complexo de sua história política, um período longo e de intensas reviravoltas no cenário político da cidade. Problematizar as relações que desencadearam deste processo possibilitou-nos articular as práticas políticas de Chagas Vasconcelos com a compreensão do próprio espaço da cidade.

Dessa forma, as ações e lutas pela perpetuação e salvaguarda da memória de Vasconcelos iniciadas após sua morte nos ajudaram a ver sob outros olhares o espaço da cidade. A partir do início de sua vida pública em 1958, é como se as práticas e relações de Chagas Vasconcelos com a política de Santana do Acaraú fossem pensadas para que a cidade se adaptasse a ele, e não o contrário. O movimento de renomeação dos espaços públicos em 2003 sugere a consolidação da tentativa de grupos que sabem o valor político da memória de ocupar a cidade. Embora realizadas após sua morte, estas ações formalizariam um projeto de “colonização” do espaço citadino pretendidas pelo próprio Vasconcelos ainda em vida. Ainda

que suas ações como prefeito tenham sido tímidas neste sentido - renomeando logradouros em 1959 ou sendo homenageado através da nomeação do hospital municipal com o nome de sua mãe nos anos 1960 - elas abrem brechas para chegarmos às considerações aqui apontadas.

A travessia pela atividade político partidária de Chagas Vasconcelos no parlamento cearense e na Câmara Federal foi imprescindível para que o discurso ganhasse centralidade e consistência em nosso texto. Buscamos, nos pronunciamentos do deputado nas duas casas legislativas, destacar temas que consideramos relevantes para a composição de suas práticas políticas e que, conseqüentemente, ajudaram a criar uma figura de sujeito para Chagas Vasconcelos. Dessa forma, o discurso enquanto categoria de análise ajudou-nos a refletir sobre as relações entre o sujeito, a linguagem e a história. A dispersão que atravessa o sujeito no discurso foi essencial para que identificássemos as várias e possíveis posições assumidas por Chagas Vasconcelos, a partir de quando ele assumia esta função de sujeito.

Em virtude disso, a análise do discurso nos fez pensar a função sujeito não necessariamente associada a um sujeito específico, como se o discurso dependesse dele para seu funcionamento. Isso posto, estamos de acordo com Helena Naganime Brandão de que:

[...] a concepção de discurso como campo de regularidade, em que diversas posições de subjetividade podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações. Para Foucault, o sujeito do enunciado não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral e nem a fonte ordenadora, móvel e constante, das operações de significação que os enunciados viriam manifestar na superfície do discurso (BRANDÃO, 2012, p. 35).

Desta forma, esta concepção de discurso foi importante para captarmos determinados atos de fala de Chagas Vasconcelos como a repetição de discursos existentes e, que a partir de quando ele se posicionava como sujeito, estes eram (res)significados. A apropriação de temas pertencentes a diferentes formações discursivos nos mostrou que Chagas não era a fonte e tampouco o ponto de partida destes discursos, conforme nos advertiu Foucault.

Retomando a questão da atividade partidária, realizamos um percurso pela vivência de Chagas no Movimento Democrático Brasileiro e tivemos a possibilidade de elucidar capítulos interessantes da história do Ceará. A candidatura ao Senado Federal, em 1978, inseriu-se numa complexa rede de acontecimentos que trouxe à tona a fragilidade do sistema partidário brasileiro durante a Ditadura de 1964. A presença de Chagas nestes momentos específicos da história política do Ceará funcionou como ponto para investigarmos estruturas de poder, assim como redes de solidariedade e reciprocidade que mantinham grupos e famílias tradicionais no comando da política do Estado.

Enveredar pelos meandros do sistema partidário durante o regime militar deu-nos um panorama sobre o complexo funcionamento e atividade da oposição à Ditadura de 1964. A atuação de Chagas Vasconcelos conduziu-nos por uma rede de fios interligados, que por vezes dificultava identificar diferenças entre as práticas de governistas e oposicionistas. A percepção de que o partido é, antes de tudo, reunião de homens com aspirações ora harmônicas ora divergentes foi fundamental para problematizarmos as relações entre a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro. Tal percepção, associada à noção de que a cultura política interfere, em certa medida, no comportamento político de sujeitos e grupos, permitiu-nos estabelecer considerações sobre a estrutura partidária atual.

A sobrevivência de uma estrutura de poder tradicional com base no personalismo, no mando e no clientelismo pôs em evidência a eficácia da coesão entre o grupo político que dominou Santana durante três décadas. A força dos laços familiares também explica a perpetuação e consolidação deste sistema. Percebemos, contudo, que embora forte e articulada para perdurar, esta estrutura não era inquebrável. As ações aparentemente coesas e concentradas na liderança de Chagas Vasconcelos, aos poucos convergiram para um colapso na rede de sustentação que mantinha o grupo no monopólio do poder em Santana do Acaraú. De certo modo, as ações e práticas do grupo de Chagas Vasconcelos não conseguiram acompanhar e adaptar-se às transformações no sistema político. O esgotamento dessas práticas abriu espaço para emergência de outros personagens que, embora ligados por laços de parentesco ao grupo anterior, souberam apropriar-se estrategicamente do discurso de mudança do fim dos anos 1980.

Outro aspecto interessante veio ao encontro de nosso trajeto investigativo e nos auxiliou na explicação da continuidade deste modelo de política por um longo período. A dominação carismática, com base nas considerações de Weber, foi um fator preponderante para que tivéssemos o entendimento da consolidação da imagem e, por conseguinte, das práticas de Chagas Vasconcelos em momentos nos quais não era possível de serem explicadas apenas pelo viés da cultura política. Desta forma, o carisma foi peça fundamental para compreensão não só do processo de perpetuação da imagem de Chagas, mas também para identificar onde e por quais meios ela veio a ruir.

Em virtude destas considerações, os elementos que estão postos em discussão aqui nos fazem questionar a eficácia do poder das elites. O carisma, a cultura política, o discurso ou tantos outros elementos interpostos aqui são indicativos da eficácia de um poder arbitrário que se pretende unilateral? Decerto que não, a eficácia deste poder depende em certa medida “da aceitação implícita e dissimulada por parte da maioria do povo” (ADILSON FILHO, 2009, p.

230). O carisma, por exemplo, sem o reconhecimento daqueles que conferem ao líder ou autoridade carismática uma “missão”, não tem razão de ser.

O poder é, nesta perspectiva, o entrelaçamento de relações entre burgueses e proletários, políticos e eleitores etc. Pensá-lo deste modo deu a este trabalho uma significação diferente do que tínhamos em mente a respeito das relações que se dão entre os sujeitos. Nossa própria relação com a política, enquanto pesquisador, eleitor e historiador passou a ser pensada a partir deste espectro no qual o poder se manifesta nas disputas, lutas e teatralizações dos atores sociais.

As conclusões às quais chegamos no percurso deste trabalho, decerto, são provisórias. Se as considerações feitas ao longo destes capítulos não explicam a invenção deste sujeito, sua materialização pelos elementos discursivos e ações posteriores que o elevaram a um patamar espectral, pelo menos elas lançam questões, suscitam novos modos de pensar o sujeito e sua relação com a história, com a memória e com o tempo. Evidentemente, algumas brechas ainda permanecem em aberto, algumas delas pelos obstáculos encontrados no decorrer da travessia, outras pelos limites do pesquisador. Seja como for, é imperativo dizer, contudo, este trabalho foi o resultado de um empenho coletivo.

FONTES

1. PERIÓDICOS

Jornal Correio do Ceará. Fortaleza, mar. 1972; jul. 1973 e jul. a dez. de 1978.

Jornal *Correio Santanense*. Edição de homenagem a Chagas Vasconcelos. Santana do Acaraú. Ano II/nº 20. ago. 2003.

Jornal Gazeta de Notícias. Fortaleza, set. 1959.

Jornal Tribuna do Ceará. Fortaleza, jul. 1973 e jul. a dez. 1978.

Jornal Unitário. Fortaleza, mar. 1972.

2. DOCUMENTOS DO PODER LEGISLATIVO

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Prestando contas*. Discursos pronunciados pelo Deputado Chagas Vasconcelos. Brasília: Coordenação de Publicações, 1984.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado. Diário do Legislativo. Fortaleza, set. 1976.

SANTANA DO ACARAÚ. Câmara Municipal. Atas das sessões referentes aos anos de 1966-1988; 2003-2005 e nov. de 2016.

3. DOCUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE). Secretaria de Informática. Coordenação de Estatísticas e Informações eleitorais. Seção de Estatísticas. Eleições Municipais de 1958, 1962, 1966, 1970, 1972, 1976. Disponível em: www.tre-ce.gov.br.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos; eleições municipais de 1972. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1988. Disponível em: bd.camara.gov.br.

4. DOCUMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

BRASIL. Ato complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organização que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem e dá outras providências. Brasília, DF, nov. de 1965. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html>

5. AUDIOVISUAL

COMÍCIO de encerramento da campanha a prefeito de Santana do Acaraú de Totonho e José Olavo. Produção de Igo Braga. Santana do Acaraú: Leandro Studios, 2005. 1 DVD (108 min.).

COMÍCIO da campanha de Farias para prefeito em 1992. Santana do Acaraú, 1992.

6. LIVROS

ANDRADE, Antonio Paes de. *O itinerário da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BRAGA, José Irineu (Igur Braga). *Santana em fatos e lendas*. – Santana do Acaraú: o autor, 2015.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1958.

7. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Estátua de Chagas Vasconcelos – 2004

Bairro Dr. Chagas Vasconcelos – 2004

Praça Vereador Chagas Vasconcelos – 2004

Tribuna Vereador Chagas Vasconcelos – 2004

EEEP Francisco das Chagas Vasconcelos – 2013

CRAS Chagas Vasconcelos – 2016

8. OUTROS

CARTA aberta aos santanenses, carta aberta ao grande guerreiro. Santana do Acaraú, 2002.

PANFLETO o advogado dos pobres: o amigo de todos os santanenses. Tipografia Gráfica: Sobral, 1958.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne; PATTO, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

ADILSON FILHO, José. **A cidade atravessada**: velhos e novos cenários na política belo-jardinense. Recife: COMUNIGRAF, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.

ANDRADE, Paes. **O itinerário da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BARROS, José D. Assunção. **História e memória**: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.

_____. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. *In*: ROLLEMBERG, Denise *et al.* **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-46.

_____. Os partidos. *In*: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano Nóbrega da. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do executivo. **Revista de Sociologia Política**, v. 24, n. 58, p. 31-58, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216.

BRAGA, Diego. O regime civil-militar em Alegrete (RS): partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. **Revista Latino-Americana de História UNISINOS**, v. 4, n. 14, p. 207-227, 2016.

BRAGA, José Irineu (Igur Braga). **Santana em fatos e lendas**. – Santana do Acaraú: o autor, 2015.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Alessandra. *As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro*. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n.2, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, v. 25, n. 2, p. 503-524, 2007.

DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 - 1985)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar E., 1998.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**; tradução de Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FERREIRA, Hamilton. **Dominação política: liderança carismática e populismo: um estudo sobre a dominação e a transição do poder político em Montes Claros na década de 80**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v. 3).

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v. 4). p. 167-207.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Coronelismo, enxada e voto. **Revista de Administração de Empresas**, v. 18, n. 1, p. 105-108, 1978.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 1988.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista Veredas**, v. 14, n. 2, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo Companhia das letras, 2002.

GRIMBERG, Lúcia. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora ao “partido do sim, senhor”. In REIS, Daniel Arão et al (Orgs). **O Golpe Militar e a Ditadura (1964-2004).** São Paulo: Edusc, 2004.

HARTOG, François. **Crer em história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. **Evidência da história: o que os historiadores veem.** Belo horizonte: Autêntica Editora, 2017.

IIDA, Clarisse Lumi Nakao; MUSSE, Christina Ferraz. O “Diário Mercantil” no golpe militar de 1964: das manchetes de política às memórias de jornalistas. In: **Anais do 3º Encontro Regional Sudeste de História e Mídia. Anais...** Rio de Janeiro (RJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2014.

KINZO, Maria D’Alva Gil. (1988). **Oposição e autoritarismo no Brasil. Gênese e trajetória do MDB. 1966/1979.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Revista Estudos Históricos** 13.24 (1999): 227-250.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis.** São Paulo: ANNABLUME; Edições UFC, 1995.

LIRA, Luiz Tadeu. **Semente da minha terra: Santana do Acaraú com sua história.** Santana do Acaraú: Coleção Marapatá Santana, 2011.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACHADO, José Wellington de Oliveira. **Memórias, Poéticas e Temporalidades: A Invenção estética de Limoeiro do Norte (1943 a 1957 e 1957 a 2016)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

MALVESTIO, Mateus Roberto Spósito. **Cultura política e clientelismo: uma análise conceitual**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. – Franca: [s.n.], 2016.

MARTINS, Ismênia de lima; CORTE, Andrea Telo da. Imigração, cidade e memória. *In: ROLLEMBERG, Denise et al. Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 117-132.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Cultura política e lugares de memória. *In: ROLLEMBERG, Denise et al. Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 445-464.

MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 22, p. 133-187, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. **Revista de Sociologia e Política**, n. 06-07, p. 201-212, 1996.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, 9. 109-137, jan./mar. 2018.

_____. (1993). **Partido e sociedade. A trajetória do MDB**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, Departamento de História/UFMG, mimeo.

_____. O MDB e as esquerdas. *In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUDROVCI, Maria Inés. Por que Clío retornou a Mnemosine? *In: ROLLEMBERG, Denise et al. Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 101-116.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a Historiografia Brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 5, n. 10 abr.-out., 2012.

NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, v. 10, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PAMUK, ORHAN. **Istambul: memória e cidade; tradução de Sergio Flaksman**. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PROST, Antoine. As palavras. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988. p. 295-330.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de História. **Cadernos Cedes**, v. 30, n. 82, p. 397-411, 2018.

REIS, Daniel Arão *et al.* (Orgs.). **O Golpe Militar e a Ditadura (1964-2004)**. São Paulo: Edusc, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Antônia Luana Soares. “**Num era ela todo tempo no poder, mas quem ele candidatava ganhava!**”: O MDB e a liderança de José Maria Melo em Guaraciaba do Norte-CE (1963-1988). Sobral: UVA, 2017.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento ["Memory, History, Oblivion", palestra na **Conferência Internacional Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism**. Budapeste, 8 mar. 2003]. 2016. n.p.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Rev. Bras. de Hist.** São Paulo v, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 309-325.

SANTOS, R. J. dos. **Manda Brasa na Arena: práticas e representações do bipartidarismo em Santana do Acaraú (1966-1979)**. Sobral, UVA, 2016. (Trabalho de Conclusão de curso).

SILVA, Clódson dos Santos. **Do lado de cá & do lado de lá [manuscrito]: tempos e espaços dos conflitos da “política” em Santana do Acaraú-CE**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. **O Bipartidarismo na Zona Norte Cearense**. Relatório (Pós-doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza: UFC, 2018.

TELLES, Marcus Vinícius de Moura. Presença do passado e produção de sentido: Hayden White e Eelco Runia. **XXVIII Simpósio Nacional de História/ANPUH. Anais... Florianópolis**, p. 1-16, 2015.

VIEIRA, Lucas Schuab. A Imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. **Revista de resenhas de comunicação e cultura**, 2013.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. **Fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa. Brasília , DF: Universidade de Brasília, 1999.

WILDE, Oscar. **Contos completos**. Trad. Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Editora Bughera, s/d.